

Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia

Mestrado em Direção e Gestão Desportiva

Dissertação

**Igualdade de género no desporto: as políticas públicas em
Portugal e na União Europeia**

Ana Rita Martins Grenha

Orientador(es) | Clarinda de Jesus Pomar
José Manuel Saragoça

Évora 2021



Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia

Mestrado em Direção e Gestão Desportiva

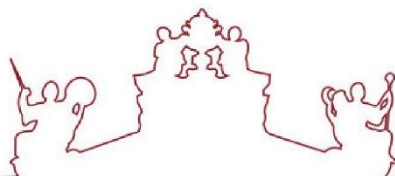
Dissertação

Igualdade de género no desporto: as políticas públicas em Portugal e na União Europeia

Ana Rita Martins Grenha

Orientador(es) | Clarinda de Jesus Pomar
José Manuel Saragoça

Évora 2021



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências e Tecnologia:

Presidente | Jorge Duarte Bravo (Universidade de Évora)

Vogais | José Manuel Saragoça (Universidade de Évora) (Orientador)
Maria Paula Monteiro Pinheiro da Silva (Universidade do Porto) (Arguente)

Évora 2021



“Em que é que nos tornamos quando pousamos o guião escrito pela história e pela memória, quando cada pessoa pode ser vista liberta das narrativas culturais ou pessoais que herdámos ou forjámos? Quando conseguirmos, nós também, sentir na boca o sabor dessa liberdade.”

- Rebecca Walker

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e à minha orientadora: professor José Saragoça e professora Clarinda Pomar. Agradeço o tempo disponibilizado, a ajuda prestada, as horas que vos roubei para que hoje terminássemos esta aventura. O vosso conhecimento é extraordinário e as vossas palavras de incentivo trouxeram-me até aqui. Obrigada por acreditarem que eu seria capaz. É uma vitória para mim, mas que vos dedico com todo o prazer.

À Maria que foi o meu braço direito nesta temporada de confinamento e isolamento e que esteve sempre preocupada para que nunca me faltasse nada para continuar. A luta foi tua também que nunca me deixaste desistir. As pessoas especiais ocupam lugares especiais. Obrigada.

À minha tia Rosa que é a minha segunda mãe. Todos os telefonemas de preocupação, de saudade e de amizade foram cruciais para que a esperança fosse a palavra de ordem neste caminho que se revelou mais longo que o previsto. Obrigada por teres o coração do lado certo e por me dares e ensinares tanto, a vida toda. És espetacular!

Ao meu pai que toda a vida me ensinou que o desporto não é para rapazes: é para quem quer. A tua paixão pelo desporto está nos meus genes! Obrigada por me fazeres acreditar que o meu lugar de mulher é onde eu quiser, onde sou feliz. Obrigada por me olhares sempre com admiração e orgulho. Para nós só há espaço para o trabalho, competência e dedicação. Obrigada, pai!

Às minhas duas avós e ao meu avô. À minha avó Mariana que já não está comigo para partilharmos as duas esta vitória com o nosso café de domingo, mas sei que o seu coração é todo orgulho e felicidade. À minha avó Maria e ao meu avô Manuel que são dois pilares da

minha vida: não é suficiente o meu agradecimento. A vossa luta a vida toda não foi em vão: sou eu que me orgulho de vocês. Obrigada por me darem a força e o exemplo e me mostrarem que o caminho é em frente, sempre!

Ao meu irmão Pedro que olho com tanto amor e admiração. Sempre do meu lado, preocupado e pronto para ajudar. O teu apoio foi incondicional e indispensável. As minhas conquistas são tuas também. Sempre serão.

À minha irmã Sara. As palavras já faltam. Obrigada por me ensinares a ganhar asas para voar. És a minha maior inspiração. A tua dedicação, coragem, resiliência e confiança foram exemplos exímios para que eu soubesse que o caminho, embora longo, jamais iria ficar a meio. As minhas conquistas são tuas porque os teus passos são os meus. Obrigada por me ensinares tão bem a seguir esta estrada.

À minha mãe que é a mulher mais forte do mundo. Mostras-me todos os dias que as dificuldades fazem parte do nosso crescimento. Obrigada por me dares espaço para ser quem quero ser. A tua missão comigo foi sempre bem-sucedida. A tua dedicação às tuas filhas e ao teu filho não tem limites. Sou hoje tudo o que plantaste em mim. Obrigada, mãe!

*“O desporto faz parte da herança de todos os homens e mulheres e a sua ausência
nunca poderá ser compensada”*

- Pierre de Coubertin

Igualdade de Género no Desporto: Políticas Públicas em Portugal e na União Europeia

Resumo

A igualdade de género no desporto ainda está longe de ser uma realidade, tanto em Portugal como na generalidade dos países da União Europeia, fruto de obstáculos e resistências de diversa natureza, que continuam a justificar investigação científica.

O principal objetivo deste estudo consistiu em analisar a situação atual das políticas públicas para a igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia e prospetivar esta realidade no horizonte de 2030.

Desenvolveu-se uma investigação de cariz qualitativo, suportada empiricamente por entrevistas semiestruturadas a peritos/as em diversas áreas, sendo os dados tratados e analisados com uma técnica de «análise de conteúdo».

Os principais resultados mostram que têm existido mudanças significativas ao longo dos anos, mas não suficientes, no que respeita à igualdade de género no desporto, que o obstáculo mais difícil de ultrapassar está relacionado com o sexismo e os estereótipos de género e que a melhor forma de combater os obstáculos é através da educação e de medidas de ação positiva. Outra das conclusões prospetiva um cenário de otimismo moderado, que remete para um progressivo avanço a caminho da igualdade de género no desporto.

Palavras-chave: Desporto; Igualdade de Género; Prospetiva; Políticas Públicas.

Gender Equality in Sports: Public Policies in Portugal and in the European Union

Abstract

Gender equality in sport is still far from being a reality, both in Portugal and in most European Union countries, as a result of multiple obstacles and resistances which continue to justify scientific research.

This study's main objective was to analyze the current situation on public policies for gender equality in sport in Portugal and in the European Union, making a prospective to this reality in the horizon of 2030.

A qualitative investigation was developed, supported empirically by semi-structured interviews with experts in different areas. The data was treated and analyzed with a "content analysis" technique.

There have been significant changes over the years regarding to gender equality in sports, although they're not enough. The most difficult obstacle to overcome is related to sexism and gender stereotypes and the best way to tackle existing obstacles is through education and positive action measures. Other conclusion is that the future will be of breakthrough in a perspective of moderate optimism, which lead us to a progressive advance towards gender equality in sports.

Keywords: Sports; Gender Equality; Prospective; Public Policies.

Índice Geral

AGRADECIMENTOS	V
Resumo	VIII
Abstract	IX
Índice de Figuras	XI
Índice de Tabelas	XIII
Lista de Siglas/Acrónimos	XV
Introdução	16
I Parte – Enquadramento Teórico	21
1. Principais Conceitos	21
a) Género	21
b) Igualdade de Género	24
c) Desporto	27
d) Políticas Públicas	29
2. Igualdade de Género no Desporto	33
a) O Género na História do Desporto	34
b) Benefícios da Igualdade de Género no Desporto	39
c) Obstáculos à Igualdade de Género no Desporto	43
d) Sexismo	54
II Parte – A (des)Igualdade de Género em Portugal e na União Europeia	56
1. Participação de Mulheres e Homens na Prática Desportiva	56
2. Participação de Mulheres e Homens em Cargos de Decisão nas Organizações Desportivas	62
3. Profissões na Área do Desporto Desempenhadas por Mulheres e Homens	65
4. Políticas Públicas para a Igualdade de Género no Desporto em Portugal e na União Europeia	71
5. Medidas orientadas para a Igualdade de Género.	84
6. Futuro da Igualdade de Género no Desporto	86
III Parte – Estudo Empírico em Portugal	88
1. Problemática e Objetivos do Estudo	88
2. Metodologia	90
a) Natureza do Estudo	90
b) Participantes	91
c) Recolha e Análise de Dados: Instrumentos e Procedimentos	91
3. Apresentação e Discussão dos Resultados	94

Conclusões	123
Referências Bibliográficas	133
Anexos.....	141

Índice de Figuras

Figura 1. - Percentagem de pessoas que praticam ou não desporto na União Europeia.....	56
Figura 2. - Com que regularidade se pratica desporto ou exercício físico na União Europeia e em Portugal.....	57
Figura 3. - Proporção de mulheres e homens em posições de tomada de decisão nas confederações europeias olímpicas, em 2015.....	64
Figura 4. - Linha temporal das políticas públicas para a igualdade de género em Portugal e na União Europeia.....	77

Índice de Tabelas

Tabela 1. - Barreiras práticas/do meio envolvente.....	43
Tabela 2. - Barreiras pessoais/para a mulher.....	46
Tabela 3. - Barreiras Sociais, Culturais e Religiosas.....	49
Tabela 4. - Análise de conteúdo - categorização.....	93
Tabela 5. - 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.1. Mudanças.....	96
Tabela 6. - 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.2. Acontecimentos.....	98
Tabela 7. - 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.3. Políticas públicas e IG no desporto.....	98
Tabela 8. - 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.4. Situação Atual.....	101
Tabela 9. - 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.5. Obstáculos.....	104
Tabela 10. - 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.6. Políticas públicas não concretizadas.....	107
Tabela 11. - 2. Papel dos atores desportivos - 2.1. Relevância dos clubes, instituições e associações desportivas.....	108

Tabela 12. - 2. Papel dos atores desportivos - 2.2. Atores mais relevantes.....110

Tabela 13. - 3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030 - 3.1.

Medidas e ações políticas.....113

Tabela 14. - 3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030 - 3.2.

Situação da IG no horizonte de 2030.....119

Lista de Siglas/Acrónimos

AR – Assembleia da República

CDP – Confederação do Desporto de Portugal

CID – *Consejo Iberoamericano del Deporte*

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

COI – Comité Olímpico Internacional

COP – Comité Olímpico de Portugal

EIGE – *European Institute for Gender Equality*

FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*

FPF – Federação Portuguesa de Futebol

IG – Igualdade de Género

IOC – *International Olympic Committee*

IPDJ, I.P. – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

UE – União Europeia

WSFF – Women's Sport and Fitness Foundation

Introdução

O desporto é um fenómeno social, um dos maiores da Europa e, talvez, do mundo. A palavra desporto vem associada a sentimentos positivos e benéficos como a alegria, a amizade, o *fair-play*, a competição saudável, o bem-estar físico e psicológico, entre tantas outras (European Commission, 2014). O desporto é, não só, um espaço de culto do próprio ser que o pratica, como também um espaço de lazer, de saúde, de ajuda, um espaço do qual é bom fazer parte. É no espaço desportivo que nos podemos expressar, libertar as emoções, as frustrações, aprender que a derrota é o início do percurso e que o que a separa da vitória é uma linha ténue, mas que exige esforço, superação e resiliência. No entanto, o desporto como mote de igualdade muitas vezes fica esquecido na nossa sociedade. Sabemos que a competição deve ser realizada de igual para igual, pois no desporto não há espaço para as injustiças, mas também sabemos que a balança não tem os mesmos pesos nem as mesmas medidas. Ainda assim, aceitamos, com frequência, a injustiça e fechamos os olhos. Este é o momento de fazermos algo em prol do nosso desporto que desde sempre nos ensina que, ao não ter barreiras físicas, tem espaço para todas e todos que dele queiram fazer parte.

A igualdade de género é uma questão bastante atual e, ao mesmo tempo, bastante arcaica, global e que está afeta às várias áreas sociais. A desigualdade de género acentua diferenças sociais, económicas e políticas por todo o mundo, nas suas diversas máscaras: ora em forma de desigualdades salariais, desigualdades de acesso ao trabalho, de apoios, de violência, de abusos, até cair no esquecimento por parte de a quem este tema não interessa ser lembrado nem falado. Está longe de ser um tema ultrapassado, no entanto muitas são as mentalidades obsoletas que decidem ocultá-lo porque, infelizmente, ainda convém a

muitas pessoas que a mulher continue a ser o “Segundo Sexo”, como nos lembrava tão bem a, sempre contemporânea, Simone de Beauvoir (1970).

Ao analisar profundamente a questão da igualdade de gênero no desporto, percebemos que o desporto tem sido, tradicionalmente, dominado pelos homens quer em termos de participação como de administração e governo (EIGE, 2017). Facilmente se entende que é necessário um maior posicionamento por parte dos governos, dos estados e dos próprios organismos que gerem o desporto com a criação de mais políticas públicas que cheguem aos organismos responsáveis pelos vários desportos e que, sequencialmente, tenham efeito nos municípios, clubes, associações, instituições e nos indivíduos. É necessário entender o que são as políticas públicas, como se constroem e como atuam na nossa sociedade para que as possamos implementar com sucesso. Esta é uma ferramenta que julgamos essencial no processo da igualdade de gênero no desporto.

Tendo em conta esta problemática e as suas variantes, este tema foi escolhido em consciência, com a noção de que é urgente alcançar a igualdade de gênero no desporto por sabermos que o desporto é esta ferramenta espetacular ao alcance de todas/os. Urge trazer as mulheres para este espaço tão salutar que é o desporto, onde não deve existir marginalização de ninguém, onde as causas sociais tomam forma, onde as pessoas se unem, onde o sentimento tem expressão e onde todas/os temos algo a conquistar. A inclusão deve ser a palavra de ordem, mas para isso é necessário que os governos estejam atentos, que as políticas públicas se ajustem e que a sociedade esteja aberta a esta mudança positiva.

Esta problemática leva-nos às duas grandes questões que nos mobilizam para esta investigação:

- “a) Qual a situação de Portugal e da União Europeia no que respeita às políticas públicas para a igualdade de género no desporto?
- b) Quais os “cenários” de futuro para o horizonte 2030, em Portugal, no que respeita à igualdade de género no desporto?”

De forma a conseguirmos responder a estas questões, formulámos um conjunto de questões subsidiárias que irão servir os propósitos da investigação:

- ✓ Qual é a situação de Portugal e da União Europeia no que diz respeito à igualdade de género no desporto?
- ✓ Quais são as políticas públicas na União Europeia orientadas para a promoção da igualdade de género no desporto?
- ✓ Quais são as políticas públicas que Portugal elegeu para a promoção da igualdade de género no desporto?
- ✓ Que avaliação fazem os especialistas sobre a implementação destas políticas e que medidas/ações concretas propõem?
- ✓ Como é que especialistas portugueses prospetivam a igualdade de género no desporto em Portugal, no horizonte de 2030?

No seguimento destas questões, elaborámos um conjunto de objetivos a atingir neste estudo, sendo eles:

- Efetuar um diagnóstico da situação atual da (des)igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia (identificar os benefícios da igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia; identificar as políticas públicas relativas

à igualdade de género no desporto em Portugal e na UE; determinar os obstáculos à igualdade de género, bem como os desafios e propostas de ação em Portugal e na UE).

- Analisar a opinião de especialistas portugueses na área acerca destas políticas públicas de promoção da igualdade de género, bem como de medidas/ações que propõem.
- Antecipar «futuros possíveis» para a igualdade de género no desporto em Portugal no horizonte de 2030, segundo especialistas.

A nossa investigação dividiu-se, então, em três partes distintas de forma a respondermos às questões de partida, alcançando os objetivos a que nos propusemos. Na **primeira parte** é feito um enquadramento teórico, esboçando os vários conceitos relacionados com o tema, compreendendo duas temáticas: primeiro a conceptualização do objeto de estudo, para logo depois descrever a igualdade de género no desporto, enquadrando historicamente o tema, identificando os seus benefícios e obstáculos.

A **segunda parte** do trabalho faz um retrato da situação atual da desigualdade de género em Portugal e na União Europeia, dividindo-se em 5 importantes pontos: o primeiro sobre a participação das mulheres e dos homens no desporto, mostrando as diferenças estatísticas entre os dois géneros em termos de praticantes e atletas. O segundo ponto aborda a questão da participação de mulheres e homens em cargos de decisão nas organizações desportivas, revelando alguns números que marcam drasticamente as diferenças no acesso a estas posições de poder. O terceiro ponto mostra as diferenças existentes nas profissões na área do desporto desempenhadas por mulheres e homens, tais como: treino desportivo, comunicação social e arbitragem. O

quarto ponto debruça-se sobre as políticas públicas para a igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia, juntando numa linha do tempo todas as políticas públicas sobre o tema e resumindo cada uma delas individualmente. O quinto ponto descreve as ferramentas úteis para alcançar a igualdade de género no desporto, daqui destacando-se a educação como fator muito importante, bem como a integração da perspectiva de género em todas as políticas sobre desporto. Por fim, o sexto e último ponto antecipa, do ponto de vista da literatura existente, o futuro da igualdade de género no desporto terminando por desmistificar a utopia da plena igualdade no desporto, acreditando que iremos um dia alcançá-la.

A **terceira parte** é referente ao estudo empírico que realizámos em Portugal. Esta última parte analisa o conteúdo das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas, apresentando o respetivo quadro categorial temático. O estudo empírico foi realizado com a finalidade de recolher dados e analisá-los de forma a respondermos às questões que dizem respeito à situação da igualdade de género no desporto em Portugal. O primeiro ponto explica a problemática e os objetivos do estudo, e o segundo ponto a metodologia utilizada. No terceiro ponto faz-se a apresentação e discussão dos resultados.

Terminamos o estudo com as conclusões considerando para este efeito, de forma integrada, a revisão de literatura e os resultados das entrevistas.

I Parte – Enquadramento Teórico

1. Principais Conceitos

a) Género

O conceito de género é um conceito social que remete para as diferenças existentes entre homens e mulheres, diferenças essas não de carácter biológico, mas resultantes do processo de socialização. Já há muito tempo que vários autores e várias autoras vêm debatendo e estudando este tema. Margaret Mead publica um estudo no qual coloca em causa a teoria de que o género é baseado na constituição biológica, argumentando que será, ao invés, uma construção cultural (conforme citado em Vicente, 2019). O género é, assim, o conjunto de qualidades e de comportamentos que as sociedades esperam dos homens e das mulheres, formando a sua identidade social (Caritas Portuguesa, 2008-2010). O género é um princípio de organização, reproduzido e disseminado, de forma pública e privada, em todos os contextos sociais, sendo o seu processo de assimilação bastante complexo (Hargreaves, 1994).

Não tem sido consensual o entendimento da forma como os homens e as mulheres adquirem as características específicas do seu género. Assim, pode-se encontrar na literatura duas perspetivas distintas: as perspetivas essencialistas e as perspetivas construtivistas (Pomar, 2006). Nas perspetivas essencialistas o critério diferenciador do género é o critério biológico pressupondo-se que são as diferenças biológicas entre homens e mulheres que irão determinar as diferenças a nível psicológico e comportamental. Esta corrente sugere que os comportamentos sociais são influenciados diretamente pelo sexo biológico com que se nasce, ou seja, as pessoas nascem com uma “predeterminação comportamental, um

comportamento padronizado da parte de cada um dos sexos biológicos existentes (Vicente, 2019, p.130). Por outro lado, as perspectivas construtivistas entendem o género e as suas diferenças de uma forma mais complexa e pluridimensional considerando-o como resultado de um processo sociocultural desenvolvido através do relacionamento familiar, escolar, e nas variadas instituições (Pomar, 2006). Esta corrente defende que o género se define nas relações sociais e comportamentais, não tendo uma relação direta unicamente com base na biologia (Vicente, 2019). Noche (2014) vai de encontro a esta perspectiva construtivista do género, indicando que é na família que se encontram as primeiras interações sobre o que é ser homem ou mulher; afirma, igualmente, que a própria escola tem um papel fundamental na socialização diferenciada. As crianças têm um sexo biológico à nascença, mas não têm identidade masculina nem feminina. No entanto, como elas são “mergulhadas” no mundo social onde as diferenças de género estão implícitas, rapidamente constroem uma identidade. O género tem a ver com o comportamento esperado de acordo com as características sexuais. Existe uma suposição generalizada de que as mulheres têm um conjunto de características que é constante e comum a todas e que são muito diferentes das características comuns aos homens.

Na análise social, a forma mais popular de explicar como os indivíduos adquirem as suas identidades de género tem sido através do conceito de socialização. A família é o primeiro agente de socialização – o sítio onde, desde a infância, raparigas e rapazes aprendem formas de comportamento que correspondem às expectativas sociais para o seu sexo e influenciam o seu futuro envolvimento no desporto (Hargreaves, 1994). Em 2007, Deutsch no seu estudo sobre esta temática, afirma que o género está sempre em construção à luz das conceções normativas sobre mulheres e homens. Indica também que o género não é aquilo que o ser humano é, mas sim aquilo que o ser humano faz. Uma caracterização

“simplista” do género, ou seja, de ordem exclusivamente biológica, leva a que, constantemente, o ser humano justifique comportamentos individuais atribuindo características ditas “normais” diferentes para homens e mulheres.

A diferença entre género e sexo parece clara, no entanto estas duas categorias são utilizadas todos os dias como se tivessem o mesmo significado (Hargreaves, 1994). Ou seja, o conceito de género serve como princípio dinâmico, versátil e poderoso de estruturação social e modela, de acordo com padrões estereotipados de comportamentos, atitudes, formas de utilizar o corpo, as expectativas (Noche, 2014). O género é um aspeto emergente contínuo da interação social (Deutsch, 2007). A feminilidade não é, portanto, uma condição estática (o que a socialização, os modelos de papéis sexuais assim como os biológicos tendem a sugerir), mas sim um processo que muda historicamente e de acordo com as estruturas económicas, ideológicas, políticas e sociais. Além disso, é o resultado de um compromisso ativo num mundo de imagens de género que são colocadas em prática no dia-a-dia e, portanto, tornam-se parte da vida quotidiana (Hargreaves, 1994). Ou seja, o conceito de género é uma realização que é criada e recriada nas interações sociais (Deutsch, 2007).

Importa, fundamentalmente, entender que existe uma diferença entre sexo e género que nem sempre é respeitada: o termo sexo é utilizado de forma a distinguir os indivíduos conforme as suas características biológicas, enquanto o termo género é utilizado para descrever os indivíduos a partir da sua categoria sexual de pertença, ou seja, a palavra sexo remete para diferenças biológicas e fisiológicas entre homens e mulheres enquanto a palavra género remete para a construção cultural das características masculinas e femininas (Pomar et al., 2012). Nesta linha de pensamento, entende-se que o ser humano não nasce

com um género definido, tornar-se-á, com as suas vivências, num homem ou numa mulher com características singulares.

b) Igualdade de Género

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos determina no seu artigo 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito”. No artigo 23º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia está definido: “Igualdade entre homens e mulheres – Deve ser garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração. O princípio da igualdade não obsta a que se mantenham ou adotem medidas que prevejam regalias específicas a favor do sexo sub-representado”. A igualdade de género é um valor fundamental da União Europeia (UE), um objetivo desta e uma força motriz do crescimento económico (Comissão Europeia, 2015). A própria Constituição da República Portuguesa no seu artigo 13º (Princípio da Igualdade) consagra a igualdade de género.

O Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (2006) define a igualdade das mulheres e dos homens como sendo um direito fundamental para todos e todas, constituindo um valor capital para a democracia. A fim de ser completamente conseguido não é suficiente que este direito esteja legalmente reconhecido, sendo necessário o seu efetivo exercício em todos os aspetos da vida: política, económica, social e cultural. A Cáritas Portuguesa (2008-2010) completa, definindo que a igualdade entre mulheres e homens, ou igualdade de género, significa igualdade de direitos e liberdades para a igualdade de oportunidades de participação, reconhecimento e valorização de mulheres e de homens em

todos os domínios da sociedade: político, económico, laboral, pessoal e familiar. Em 2018, o Conselho da Europa conclui que a igualdade de género implica direitos iguais para homens e mulheres, bem como a mesma visibilidade, empoderamento, responsabilidade e participação em todas as esferas da sociedade. A plenitude da cidadania deve estar em conformidade com os direitos humanos universais e não com conceitos e julgamentos sexistas (Jacinto, Marques, Almeida & Carvalho, 2015). À luz destas ideias, Noche (2014) descreve a igualdade de género como sendo uma função dos processos de socialização que têm lugar mediante uma série de agentes sociais (família, meios de comunicação, escola, entre outros). As relações de género têm sido caracterizadas por serem diferentes de cultura para cultura, religião para religião, ou de uma sociedade para outra; por serem influenciadas por diferentes fatores, tais como a etnia, classe social, condição e a situação das mulheres; por evoluírem no tempo e por serem dinâmicas e estarem no centro das relações sociais; e, também, por se distinguirem pela sua desigualdade, existindo uma hierarquização dos géneros, pela qual os homens têm, geralmente, um lugar privilegiado em relação às mulheres (Cáritas Portuguesa, 2008-2010).

Pomar et al. (2012) assume que as diferenças entre homens e mulheres não têm sido sinónimo de diversidade, mas sim de desigualdades em todos os aspetos da vida de ambos. Vicente (2019) vai mais longe e explica as diferenças entre os homens e as mulheres como um sistema social onde os homens têm acesso privilegiado às várias áreas da sociedade, detendo mais poder que a mulher e tendo supremacia sobre tudo. A realidade das mulheres ainda se distancia do conceito de cidadania presente no catálogo dos direitos humanos (Jacinto et al., 2015). Hargreaves (1994) defende que a “socialização de género” resulta em desigualdade entre os sexos e na discriminação contra as mulheres e Deutsch (2007) indica que independentemente de alguém estar a falar com uma médica ou um médico, uma

advogada ou um advogado, uma mecânica ou um mecânico, a percepção dessa pessoa e a sua interação com ela ou com ele será sempre filtrada através de umas “lentes de género”. São as próprias pessoas que agem de acordo com a noção de que irão ser julgadas por aquilo que é suposto ser um comportamento feminino ou masculino (Deutsch, 2007). Quando a “categoria sexo” é ativada, os estereótipos associados são também ativados. Assim sendo, os homens são automaticamente vistos como sendo mais competentes, atribuindo-se-lhes, à partida, algumas vantagens (Deutsch, 2007). Todas as pessoas são prejudicadas com a existência destes estereótipos, homens e mulheres, embora os estereótipos tenham por base o poder e privilégio (Vicente, 2019). São os homens, na sua grande maioria, que controlam as fontes necessárias para implementar a justiça no que à igualdade de género diz respeito e a verdade é que estas questões têm sido relegadas para as mulheres, aparecendo como sendo de pouco interesse para os homens (Connell, 2005). Ainda hoje se pode observar que a percentagem de mulheres que chegam a cargos de decisão ou cargos políticos é muito inferior à percentagem de homens nos mesmos cargos, mesmo sabendo que há mais mulheres com o ensino superior do que homens (Vicente, 2019). Pode afirmar-se que enquanto o poder dos homens sobre as mulheres permear a sociedade, é irreal imaginar que a legislação acerca da igualdade de género vai alterar os exemplos diários de discriminação sobre as mulheres (Hargreaves, 1994).

Por outro lado, Connell (2005) defende que quem formula, implementa ou monitoriza as políticas de género refere-se praticamente sempre às mulheres e nunca aos homens, como por exemplo os nomes dos seguintes organismos: *Women in Sport Commission* (Mulheres na Comissão Desportiva), ou *International Working Group on Women and Sport* (Grupo de Trabalho Internacional sobre Mulheres e Desporto), ou a *Associação Portuguesa Mulheres e Desporto*. Não existe nada igual para agir em relação aos homens. A

maior parte dos documentos de políticas acerca da igualdade de género não falam nos homens enquanto grupo, no entanto os homens estão sempre presentes, pois em cada declaração acerca das desvantagens das mulheres existe uma comparação implícita com os homens (Connell, 2005). Se é verdade que a maior parte dos executivos, profissionais de topo, donos de escritórios e empresas são homens, também é verdade que são os homens que ocupam os cargos mais perigosos, sofrem mais lesões industriais e são os principais alvos de violência militar e assaltos criminosos. Em 1994, Hargreaves no seu estudo indica que nas sociedades ocidentais modernas, os homens são vítimas no sentido de serem forçados de maneira brutal a subjugar as suas sensibilidades a favor de exibições agressivas de masculinidade. Urge, por isso, entender igualdade olhando para os dois lados da moeda e analisando o conceito na verdadeira aceção da palavra. É importante para que os homens entendam a conquista da igualdade como sua também. Os homens devem, assim, partilhar igualmente as lutas de resistência pois têm uma contribuição enorme a dar à luta feminista no sentido de expor, confrontar, opor e transformar o sexismo dos seus pares homens.

Em 2015, Jacinto et al. defende ainda que a realidade social pode ser alterada por todos nós e que a educação e a política devem trabalhar de mãos dadas para melhorar a igualdade de género, transversal no tempo e no espaço.

c) Desporto

Em 1934, o barão Pierre de Coubertin, fundador dos Jogos Olímpicos da era moderna, define desporto como “um culto voluntário e habitual de exercício muscular intenso suscitado pelo desejo de progresso e não hesitando em ir até ao risco” (Pires, 2007, p.114).

O artigo 2º da Carta Europeia do Desporto (1992) entende por desporto “todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”. Identificam-se 3 diferentes formas de fazer desporto nesta definição: a primeira com o intuito de melhorar a “condição física e psíquica”, ou seja, qualquer exercício físico orientado para a melhoria dos índices físicos e também psicológicos. A segunda forma de desporto presente na definição acima descrita tem como objetivo “o desenvolvimento das relações sociais”, quer dizer qualquer tipo de atividade física praticada com alguém, regendo-se por regras, ou não, que auxilie na componente social da pessoa. Por fim, a terceira forma de prática desportiva tem como objetivo “a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”, isto é a prática desportiva em contexto de jogo com regras, normas e com intuito competitivo.

A definição utilizada na Carta Europeia do Desporto tem sido utilizada pelas várias instâncias do desporto europeu e nacional. Em Portugal, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.), que é o organismo criado pelo Governo para as áreas do desporto e juventude, assume a definição de desporto presente na Carta Europeia do Desporto e utiliza-a em cada referência sua à atividade desportiva.

Existem, no entanto, diferentes formas de conceptualizar a palavra desporto que poderá, dependendo da análise, ter diferentes aceções. De acordo com Marivoet (2002, p.32) o desporto pode ser definido tendo em conta quatro elementos: movimento, lazer, competição e institucionalização; a autora acrescenta que “cada um destes elementos (...) traduz os diferentes tipos de formas de desporto que se expressam no sistema desportivo”. O IPD, IP (2011, p. 13) define atividade física como “qualquer movimento corporal produzido

pela contração muscular que resulte num gasto energético acima do nível de repouso”, ao passo que o exercício físico é “definido por movimentos corporais planeados, organizados e repetidos com o objetivo de manter ou melhorar uma ou mais componentes da aptidão física”. O desporto será, no seguimento destas definições, o exercício físico e as suas componentes orientadas para um determinado jogo com regras e normas próprias e com objetivos competitivos além do intuito de melhorar, progredir e desenvolver várias competências.

Para este estudo, será utilizada a definição de desporto presente na Carta Europeia do Desporto e que rege, em grande parte, todas as organizações desportivas europeias. A Carta Europeia do Desporto apresenta um conceito lato de desporto. Durante este estudo entendemos desporto como qualquer forma de atividade física desde uma deslocação a pé, ao dispêndio energético das tarefas do quotidiano, a um treino no ginásio ou a participação desportiva em contexto de competição.

d) Políticas Públicas

As políticas públicas, de acordo com Galvão (2016) citando Rocha (2010), são políticas desenvolvidas pelo governo e outras autoridades públicas, correspondendo ao conjunto de iniciativas e decisões do Estado de forma a trazer o bem-estar da população (Fadigas, 2015). Januário (2010), ao citar Bonafont (2004, p.34), define política pública “como um processo de intercâmbio e negociação entre atores públicos e privados que interagem entre si com a finalidade de potenciar recursos e informação num contexto institucional concreto.”. As políticas públicas abrangem todas as áreas da vida social. Nos regimes democráticos que se

verificam na União Europeia e em Portugal, estas políticas são o resultado da soma de interesses, vontades e prioridades (Fadigas, 2015) e fazem parte da coesão social que estrutura e modela a vida em sociedade. Paipe (2016, p.19) completa a definição de política pública definindo-a como “o conjunto de programas, de ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou económico.”. As políticas públicas visam, portanto, a produção de resultados sempre a favor das populações, como é, por exemplo, o aumento dos rendimentos e do nível de formação dos mais desfavorecidos (Galvão, 2016), ou seja, são ações do Estado que respondem às pretensões dos cidadãos (Rocha (2010) citado por Fadigas (2015)). O governo intervém nas políticas públicas com um objetivo público: garantir os direitos sociais da população (Januário, 2010; Paipe, 2016).

É importante entender que as políticas públicas são a consequência da organização política e administrativa de um país e da sua organização social, sendo o resultado das ideologias dominantes em cada governo e “transpõem para a esfera da organização da sociedade os princípios orientadores que dão forma ao modelo de Estado” (Fadigas, 2015, p.10). Januário (2010) e Paipe (2016) acrescentam que as políticas públicas requerem recursos materiais e humanos, devendo não só ter a capacidade de resolver problemas públicos como também garantir resultados políticos. Tal como Galvão (2016) indica quando refere Boneti (2007), as políticas públicas são o resultado do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder que são constituídas por grupos económicos, políticos, classes sociais e outras organizações da sociedade.

De acordo com Januário (2010), existem 5 fases do ciclo das políticas públicas, às quais Galvão (2016) retira uma, englobando-a na segunda etapa, defendendo 4 fases apenas:

- Identificação do problema e o a sua inclusão na agenda governamental, cuja etapa passa pelo processo de percepção de um problema, ao seu debate público e à sua entrada na agenda política;
- A formulação das medidas da política em causa, bem como os seus objetivos, e a legitimação da decisão que passa pela elaboração dos argumentos, desenho dos objetivos e estratégias da ação;
- Tomada de decisão acerca das soluções propostas: esta é a etapa sugerida por Januário (2010) que Galvão (2016) retira do ciclo das políticas públicas, juntando à etapa seguinte;
- Implementação da política que consiste no aprovisionamento dos recursos necessários para a concretização da medida;
- Por fim, a avaliação dos resultados e a mudança de forma a acompanhar e avaliar os programas de ação das políticas públicas implementadas.

A implementação, de acordo com Galvão (2016), é uma das fases mais importantes neste ciclo das políticas públicas, sendo uma etapa dinâmica cujo processo tem início na determinação de objetivos, culminando nas ações realizadas para os atingir. Desde o planeamento, organização do sistema administrativo e recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, os agentes políticos devem planear a política pública e sua implementação sabendo que esta poderá sofrer influências de circunstâncias externas. As políticas públicas podem, assim, nesta fase do ciclo, ficar comprometidas devido a fatores não planeados e que tenham influências externas.

A avaliação das políticas públicas é outra fase bastante importante do ciclo. De acordo com Galvão (2016), a análise das políticas públicas tem como objetivo compreender as regras de funcionamento da ação pública, analisar as suas continuidades e rupturas e os processos/determinantes do seu desenvolvimento. Em última instância, mas não menos importante, a análise e avaliação das políticas públicas ajuda os responsáveis políticos a tomarem as suas decisões.

Por fim, é importante entender quem são os responsáveis pelas políticas públicas. Constantino (1999, p.73) afirma que “à política compete definir os objetivos, traçar orientações, determinar as estratégias. À gestão e aos seus quadros dirigentes compete adotar os procedimentos necessários a essa efetivação (...)”. Existem diversos atores sociais que podem ser públicos (estatais, representam o governo) ou privados e podem ser indivíduos, grupos de interesse ou instituições, conforme Rocha (2010) citado por Galvão (2016). A autora define atores sociais públicos como os três poderes da administração pública: poder executivo, legislativo e judicial. Os atores privados, conforme indica a autora, são os que não possuem vínculo direto com a administração do Estado, mas que exercem influência, tais como os trabalhadores, empresas, grupos de interesse, organizações e os *media*. As políticas públicas dirigidas ao desporto são da responsabilidade do poder do estado sobre as instituições que dirigem o desporto, bem como a sua organização e a forma como conduzem as atividades (Januário, 2010).

2. Igualdade de Género no Desporto

O desporto é a maior atividade social na Europa e é do interesse de todos os cidadãos dos vários estados-membros. O movimento desportivo tem mais influência do que qualquer outro movimento social (Tuyckom, Scheerder, & Bracke, 2010) sendo evidentemente, uma criação humana e, como tal, é uma expressão de cultura, um objeto de conhecimento e um fator de desenvolvimento (Constantino, 1999). A prática desportiva, argumenta Noche (2014), está relacionada com as necessidades psicológicas básicas tais como competência, autonomia e a própria relação com os pares, defendendo ainda no seu estudo que os alunos que praticam desporto são os que, em maior percentagem, se preocupam mais com os problemas sociais, ou seja, há uma ligação clara entre a atividade física e os valores de solidariedade, respeito, empatia, entre outros.

Para Noche (2014) a igualdade de presença nos cenários económico, político e social entre homens e mulheres é um requisito de justiça que, no entanto, nunca foi cumprido. O desporto está tradicionalmente associado às características masculinas, tais como força e resiliência, velocidade e espírito competitivo (EIGE, 2017) e, por isso, especialmente neste setor da sociedade, as percentagens são muito diferentes, havendo quase sempre uma tendência para o sexo masculino assumir essas percentagens. O fenómeno desportivo é onde se encontra mais diversidade, incluindo a de género (Noche (2014)), ou seja, a palavra diversidade não estará associada, obrigatoriamente, a algo positivo. As vitórias alcançadas pelas mulheres são menos valorizadas, pois competem num meio onde os atletas masculinos têm um maior protagonismo e maiores salários (Amnistia Internacional, 2008). Jacinto et al. (2015) defende esta ideia, afirmando que a incorporação da mulher no desporto faz-se

imitando o modelo masculino e que as referências utilizadas no desporto praticado por mulheres são sempre as referências dos homens, por isso os resultados são, a nível de competição, sempre inferiores.

A participação feminina existe há tanto tempo quanto tempo existe o desporto. Tal como Constantino (1999) afirma na sua obra, o desporto é um direito de cidadania, ou seja, um direito de todos e não apenas de alguns. Urge agir para que a participação desportiva não continue a ser do domínio dos jovens do sexo masculino, mas sim ao alcance de todas as pessoas independentemente das idades, etnia, género e habilidade (Tuyckom et al., 2010) e será à escala do poder local que melhor se pode começar por dar conteúdo prático ao exercício do direito à participação desportiva (Constantino, 1999). A realidade, ainda que ingénua mas totalmente verdadeira, é que o desporto poderá ser usado como um meio para atingir a igualdade de género através dos valores estabelecidos, tais como o *fair-play*, a não discriminação e o trabalho de equipa (EIGE, 2017), pois o desporto é um espaço ímpar (Jacinto et al., 2015).

a) O Género na História do Desporto

Desde sempre que as mulheres têm sido discriminadas e a sua presença não muito bem-vista no desporto. A luta pela igualdade de direitos é antiga, tanto “quanto o modelo de sociedade patriarcal em que ainda hoje vivemos” (Vicente, 2019, p.56). Trolan (2013) afirma que durante muitos anos os homens e as mulheres têm sido inseridos na sociedade de formas diferentes, exemplificando: aos homens é-lhes ensinado que devem praticar desporto e que o desporto é um espaço de homens, ao passo que às mulheres lhes é

ensinado que o desporto é um espaço apenas de homens. Nas primeiras olimpíadas gregas era vedada a participação das mulheres. Durante muitos anos as diferenças biológicas entre homens e mulheres foram utilizadas como justificação para limitarem as mulheres na sua participação desportiva. Durante a época Vitoriana estas diferenças biológicas foram utilizadas para criar ideias sociais sobre o género e defender as desigualdades entre homens e mulheres no desporto (Hargreaves, 1994). O desporto moderno surge na Era Vitoriana, durante um período de prosperidade e paz no auge da Revolução Industrial (Hargreaves, 1994). Esta época ficou marcada por ser um espaço de confrontação física masculina, não havendo lugar para as mulheres que tinham como principal função procriar e, acreditava-se, a atividade física podia enfraquecer esta função do sexo feminino (Hargreaves, 1994 e Jacinto et al., 2015). O conceito de família Vitoriana consolidou-se sobretudo durante o auge do capitalismo industrial. O modelo idealizado era de uma família respeitadora centrada no homem que era “o chefe da casa”, cuja figura era de autoridade, e que atuava principalmente na esfera económica da casa. A relação entre o homem e a mulher era vista como uma relação recíproca na qual a mulher estava dependente do marido, era a dona de casa e quem cuidava das crianças, deixando mais tempo disponível para o homem poder ganhar dinheiro para sustentar a família. Este modelo familiar aplicava-se às classes médias, mas nas classes trabalhadoras o ordenado dos homens raramente era suficiente para suportar as despesas da família e os ganhos das suas esposas eram, durante o século XIX, essenciais (Hargreaves,1994). No entanto, e independentemente desta situação, para a sociedade em geral, o trabalho da mulher era sempre secundário ao seu papel na família enquanto esposa, mãe e dona de casa, o que fazia parte do ideal Vitoriano acerca da divisão sexual do trabalho.

A extensão com que esta esta visão da família foi uma realidade é menos importante que a forma como foi integrada nas opiniões médicas dominantes da época sobre o corpo feminino e elevado a um conceito que permeou a consciência social, afetando a participação feminina nas atividades físicas. A família Vitoriana tornou-se uma forma de sexismo institucionalizado que dominou as relações sociais. Hargreaves (1994) explica que o Darwinismo social e a sua ideia principal da sobrevivência do mais apto, tornou-se “moda” no final do século XIX. No debate sobre as mulheres, a teoria evolucionária de Darwin foi empregue de forma a justificar que a maternidade é a principal função das mulheres. O argumento nesta altura era o de que demasiada atividade cerebral iria esvaziar os recursos de energia fixos e limitados do corpo feminino, a tal ponto que resultaria em condições patológicas. O problema estaria no facto de as mulheres necessitarem de muita energia para as suas funções reprodutoras, o que lhes deixava o mínimo de energia disponível para as suas outras funções (físicas, psicológicas e intelectuais). No entanto, durante o século XIX, vários médicos acreditavam que formas “gentis” de exercício físico, praticado com bastante moderação, poderiam ajudar na saúde da mulher e na sua habilidade para criar crianças.

A procura de educação para as mulheres tornou-se bastante ligada aos avanços no desporto e educação física para o género feminino. A educação física e o desporto feminino foram influenciados por uma combinação de fatores incluindo as alterações na posição da mulher na sociedade, o debate sobre o exercício físico para as mulheres, o que acontecia na educação física nas escolas para rapazes, e a opinião das educadoras e dos educadores, professoras e professores de educação física, médicos e médicas. À medida que as mulheres agiam e faziam demandas crescentes após a mudança do século (para o século XX), os argumentos sobre a sua biologia “inferior” ganharam intensidade e as mulheres tiveram que encontrar estratégias para superá-las (Hargreaves, 1994). Os jogos olímpicos modernos

nascerem, nesta altura (1896) sob a égide do Barão Pierre de Coubertin que exclui as mulheres não lhes sendo permitido participar. Não obstante, a cooperação, inteligência, limpeza, justiça, maneiras exemplares, moderação, autocontrolo e o respeito pela autoridade eram celebrados no desporto como sendo virtudes femininas. Os desportos femininos foram penetrados pela moralidade burguesa e apoiados por teorias médicas, tornando-se assim parte integrante da ideologia dominante. Hargreaves (1994) defende ainda que os anos entre as duas grandes guerras representaram um período notável de desenvolvimento do desporto para as mulheres. A I Grande Guerra surge como ponto de mudança (Vicente, 2019), pois foi uma experiência única e libertadora para várias mulheres, deixando-as com confiança para desrespeitar restrições antigas e recriar significados culturais. A própria rádio e televisão ajudaram nesta luta da mulher e o desporto. Antes da II Guerra Mundial quase todos os países europeus tinham garantido, através das suas constituições, o direito ao voto para as mulheres (Vicente, 2019). Nesta altura, começaram a produzir-se filmes acerca da importância do desporto para a saúde. Os governos começaram a incentivar as pessoas de todas as classes, idades e dos dois sexos a participar nalgum desporto ou a fazer exercício físico. As ideologias tradicionais do desporto feminino estavam, finalmente, a mudar e as mulheres alternaram de uma posição marginal para um lugar mais equitativo nas agendas políticas. Para Hargreaves (1994) a hegemonia masculina nunca foi absoluta no desporto. Independentemente da história nos mostrar, no geral, a subordinação das mulheres, sempre foi possível para as atletas proeminentes afirmarem-se e quebrarem as imagens convencionais de feminilidade.

Desde sempre que têm sido atribuídos papéis tradicionais tanto às mulheres como aos homens. Estes papéis significam dissuadir as mulheres de se envolverem em vários setores da sociedade, incluindo a participação e competição desportiva (Comissão Europeia,

2014). São visíveis os contornos discriminatórios no seio da atividade desportiva pois era restrito para determinados grupos sociais e a sua prática fazia parte de um determinado estilo de vida, o conhecido espírito burguês (*Consejo Iberoamericano del Deporte* [CID], 2011; Hargreaves, 1994). Em 1999, Constantino defende que o desporto moderno surge representando os ideais utópicos da sociedade industrial – a crença de que perante a igualdade de oportunidades, o sucesso surgirá sempre aos melhores. CID (2011) reforça idealizando que desporto é sinónimo de igualdade, pois estabelece os seus próprios limites, as suas leis e criou o conceito de *fair-play*. O desporto, o seu conceito e aquilo que é na verdadeira aceção da palavra varia de cultura para cultura, de país para país, pois tem rasgos culturais próprios e específicos. Constantino (1999) defende esta ideia, afirmando que o desporto é um produto social e, deste modo, tem consistência dinâmica. CID (2011) afirma que a competição desportiva é pautada pelo valor de igualdade no sentido em que as competições, mesmo dentro da própria modalidade, são distintas tendo em conta os níveis, as idades, os escalões e até o sexo. Esta igualdade é parcial pois existe apenas dentro da competição da modalidade. É preciso analisar tudo aquilo que envolve o desporto.

Conforme indica Amnistia Internacional (2008), a discriminação de género exprime-se na baixa taxa de participação feminina, na dificuldade que as mulheres têm em relação aos homens em construir uma carreira, bem como na maior visibilidade e audiência nas competições masculinas. Atualmente, Vicente (2019, p.76) completa indicando que existem “(...) muitas metas por alcançar, nomeadamente a da promoção da igualdade desportiva efetiva, bem como a aplicação dessa medida no tratamento que dão às atletas que patrocinam ou no salário (...)”. Tuyckom et al. (2010) e Matheson e Congdon-Hohman (2011) acreditam que o futebol, tal como o desporto no geral, é, maioritariamente, considerado uma atividade de homens em termos de participação e de apoio, o que acontece muito

devido à imagem masculina associada à prática desportiva. A primeira vez em que as mulheres competiram em todos os desportos nuns jogos olímpicos foi em 2012, em Londres (Comissão Europeia, 2014), o que leva a crer que a luta pela igualdade de género no desporto é, para além de recente, uma luta com um longo caminho pela frente.

A história encarregou-se de criar normas específicas de género, pois desde sempre que o desporto é dominado por homens, e isto levou a uma participação muito baixa por parte das mulheres. Acresce a este facto que a própria história e cultura dos países não é apenas a causa de diferentes níveis de participação no desporto, como também influencia a desigualdade de género na participação desportiva; por exemplo, as mulheres do sul da Europa (Portugal, Grécia, Itália) têm uma percentagem muito baixa de participação desportiva, enquanto os níveis de participação no desporto das mulheres escandinavas (Suécia, Finlândia e Dinamarca) e da Holanda são mais elevados (Tuyckom et al., 2010). Em 1994, Hargreaves no seu trabalho sobre as mulheres e o desporto, assume a crucial importância dos homens no desenvolvimento das questões de género realçando o papel importante daqueles que, de certa forma, foram ajudando as mulheres no seu percurso não as proibindo e ainda lhes dando ferramentas para a sua prática desportiva.

b) Benefícios da Igualdade de Género no Desporto

Conforme consagrado no artigo 2.º do Tratado da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a igualdade entre mulheres e homens é um direito fundamental e constitui um dos valores comuns sobre os quais esta se alicerça. Em 2010, na Declaração da Comissão Europeia por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher,

é dito que a coesão económica e social, o crescimento e a competitividade sustentáveis, assim como a abordagem do desafio demográfico dependem de uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres. A Comissão Europeia defende também, nessa declaração, que o equilíbrio entre os sexos em matéria de tomada de decisões, na vida política e económica e nos setores público e privado, contribuirá para que a Europa conceba políticas mais eficazes, desenvolva uma sociedade baseada no conhecimento consciente desta problemática e criará uma democracia mais sólida e próspera.

O desporto, no geral, traz inúmeros benefícios para quem o pratica, não só em termos estéticos, como de saúde física e mental, assim como outros valores associados a uma melhor vivência em sociedade. Na verdade, o desporto contribui para a condição física, a saúde, a economia, o autodesenvolvimento e a passagem de valores e habilidades como a disciplina, trabalho de equipa, respeito e perseverança (Comissão Europeia, 2014), portanto encoraja a interação social, melhora a educação, comunicação e capacidade de negociar e liderar (EIGE, 2015). Além de ter um papel crucial na saúde, bem-estar e inclusão social dos cidadãos, o desporto pode desafiar os estereótipos de género. *Women on Boards* (2016, p.3) adianta que “quando se injeta a perspetiva feminina no setor desportivo, tal como noutros setores de negócios, tudo e todas as pessoas beneficiam”. Da mesma forma que beneficiam os homens, Dixon, Warner, e Bruening (2008) afirmam que o desporto também tem os mesmos benefícios para as mulheres, interessando, por isso, atraí-las e mantê-las inseridas no contexto desportivo por vários motivos como a saúde e prevenção da obesidade e de outras doenças relevantes, a proteção de fatores de risco na adolescência, assim como a necessidade de desafiar as premissas de género e melhorar a sub-representação feminina no treino e administração desportiva.

A participação das mulheres no desporto ajuda a remover estereótipos e atitudes negativas associadas ao desporto, desafiando, assim, os estereótipos de género, bem como a discriminação, além disso pode tornar-se um veículo para a promoção da equidade de género e do empoderamento das mulheres (Wadesango, Machingambi, Ashu & Chireshe, 2010). Matheson e Congdon-Hohman (2011) acrescentam ainda que poderá existir uma importante ligação entre o desempenho desportivo de uma nação e o valor económico da sua indústria no desporto, tanto no mercado interno como em termos de comércio exterior, o que, claramente, é mais um benefício para um modelo desportivo mais equitativo. A literatura económica providenciou evidências claras de uma forte correlação positiva entre a igualdade de género numa sociedade e o nível de desenvolvimento económico de um país (Bredtmann, Crede, & Otten, 2014). Desta forma, a igualdade de género no desporto pode gerar benefícios económicos, o que será do interesse não só das organizações desportivas como também dos *stakeholders* e indústrias relacionadas, incluindo os *media* (Comissão Europeia, 2014). Parece claro que se houver uma maior participação e popularidade do desporto, seja qual for a modalidade, existirá uma maior “mão-de-obra”, o que significa um aumento da procura pelo conhecimento acerca desse desporto, procura de equipamentos, inclusive procura de notícias. O sucesso das mulheres no desporto está relacionado com as suas oportunidades económicas e os seus direitos políticos (Bredtmann et al., 2014). Para as organizações desportivas, a igualdade de género está associada a uma imagem positiva (significa que a organização está atenta à mudança social), crescimento económico (as mulheres representam cerca de metade da população), o aumento dos recursos humanos, bem como análises multifacetadas que geram decisões melhor fundamentadas e melhor desempenho (Council of Europe, 2018).

Existem, de acordo com a Comissão Europeia (2014), pesquisas e estudos no desporto que mostram que as mulheres e os homens com mais competências e educação têm benefícios interessantes a nível pessoal, social e organizacional. Na educação obrigatória uma das competências que os alunos devem adquirir é a competência social e cidadania de forma a se tornarem seres humanos no sentido mais lato da palavra. Em 2014, Noche encontra uma relação entre a prática desportiva das raparigas e rapazes e a sua influência no desenvolvimento da competência social e de cidadania. Possivelmente, mais nenhuma outra disciplina será tão rigorosa a transmitir estes valores como o desporto, o que, claro, depende da forma como se quer orientar a atividade física. Para as mulheres, a prática desportiva dar-lhes-á oportunidades únicas de desenvolverem qualidades sociais, de identidade, autonomia pessoal e solidariedade, além de outros valores sociais e democráticos que se podem desenvolver, tal como reforça Noche (2014). Por isso, a prática desportiva é um dos caminhos mais adequados para formar o carácter das pessoas, pois está associado a competências pessoais relacionadas com o desempenho cívico: perseverança, equilíbrio, segurança, autoestima positiva, liderança, energia vital e desejo de aprender (Noche, 2014). Em 2017, EIGE completa esta ideia afirmando que o desporto pode dar às mulheres acesso a espaços públicos (onde podem desenvolver novas capacidades, aproveitar a liberdade de expressão e movimento) e que pode promover a educação, comunicação, capacidade de negociação e liderança. A prática desportiva poderá, por isso, permitir que as mulheres façam escolhas melhores e independentes nas suas vidas, pode também ser um canal de informação acerca da sua saúde e saúde reprodutiva. O desporto é, por isso, o meio para o empoderamento das mulheres numa sociedade de homens. Wadesango et al. (2010) acredita também que a presença das mulheres nas posições de liderança e tomada de decisão no desporto, vai fazer com que existam cada vez mais

exemplos no desporto, sendo que estas mulheres podem trazer mais diversidade em várias áreas relacionadas com o desporto, tais como a administração, o treino desportivo, a arbitragem e também o jornalismo desportivo. Noche (2014) defende ainda uma relação tripla implícita: igualdade de género – prática desportiva – educação para a cidadania; são conceitos que estão intimamente ligados e que, juntos, podem quebrar barreiras.

c) Obstáculos à Igualdade de Género no Desporto

Women's Sport and Fitness Foundation (WSFF, 2008) e *EIGE (2017)* escrevem sobre as barreiras à participação desportiva das mulheres e das jovens, afirmando que a participação feminina no desporto apresenta taxas muito mais baixas do que a masculina. Um estudo de Noche (2014) corrobora esta afirmação, indicando que a prática desportiva das raparigas é menor que a dos rapazes, falando também na perceção estereotipada do desporto (desportos vistos como adequados para as raparigas e outros adequados para os rapazes). *Fredricks & Eccles (2005)* indicam que as diferenças nas taxas de participação desportiva estão ligadas às diferenças na perceção das competências dos dois sexos, o que, por sua vez, poderá variar consoante a experiência que cada um tenha em casa e nos meios onde estão inserido/as. *Appleby e Foster (2013)* rematam esta questão levantando a problemática da ética entre o desporto e o género: a sociedade acredita que existem desportos adequados para raparigas e outros para rapazes o que poderá ser, talvez, o maior

obstáculo das mulheres. Todas os obstáculos culminam num conceito comum: os estereótipos de género¹.

Segundo a WSFF (2008), existem três tipos de barreiras à participação desportiva das mulheres e raparigas: barreiras práticas, barreiras pessoais e barreiras sociais e culturais. Já Appleby & Foster (2013) escrevem sobre os 3 tipos de barreiras existentes denominando-as da seguinte forma: barreiras do meio envolvente, barreiras culturais e religiosas e barreiras para as mulheres. Embora as denominações sejam diferentes, o seu conteúdo é igual.

Tabela 1: Barreiras práticas/do meio envolvente. Adaptado de WSFF (2008) e Appleby & Foster (2013).

Barreiras Práticas/do Meio Envolvente	
- Falta de tempo e falta de espaços para acolher as crianças.	- Responsabilidades com o lar;
	- Tomar conta das crianças e/ou das pessoas de terceira idade com necessidades;
	- Sentimento de egoísmo ao tirar tempo para o lazer/desporto quando, além do trabalho, tem que ser mãe, familiar, esposa, “dona de casa”.
- Falta de dinheiro.	- Tendência geral para ter um salário menor que o dos homens;
	- Mães solteiras têm ainda menos capacidade financeira, o que afetará não só as mães como as crianças na prática desportiva.
- Falta de transportes.	- Mães com crianças;
	- Mulheres mais velhas;

¹ Estereótipos são ideias simplificadas sobre grupos de pessoas e referem-se a pensamentos e sentimentos sobre essas pessoas. São generalizações que não têm em conta as diferenças individuais de cada ser humano. Podem ser baseados na raça, etnia, idade, sexo, orientação sexual – em praticamente todas as características das pessoas. Podem ser positivos, mas são, maioritariamente, negativos. Estereótipos de género são geralmente definidos como um “conjunto de crenças estruturadas e socialmente valorizadas acerca dos comportamentos, atividades e características psicológicas apropriadas ao homem e à mulher” (Pomar, 2006, p.63).

	- Mulheres com deficiência;
	- Mulheres que vivem nos meios rurais.
- Segurança pessoal.	- Falta de segurança na via pública;
	- Falta de segurança nos transportes públicos;
	- Falta de segurança fora e dentro do próprio meio desportivo.
- Financiamento.	- Falta de financiamento dos clubes, associações e organizações desportivas;
	- Falta de financiamento por parte dos patrocinadores.
- Acesso às instalações desportivas.	- Instalações com horários limitados para as mulheres;
	- Acessos com limitações para mulheres com deficiência.
- Viver em zonas urbanas vs zonas rurais.	- Difícil acesso à prática;
	- Divulgação escassa das atividades desportivas existentes;
	- Difícil mobilidade.

Às mulheres é-lhes reservado o papel de mães e donas de casa, tendo aliás sido desaconselhadas durante vários anos a desenvolverem qualquer tipo de atividade desportiva, pois era uma área reservada aos homens (Marivoet, 2002). Por norma, as mulheres são quem fica encarregue de tomar conta das crianças, dos familiares com deficiência e até dos familiares mais velhos que carecem de mais cuidados. Além destas obrigações, as mulheres hoje em dia trabalham, ou seja, o tempo que lhes resta para atividades desportivas e de lazer é muito pouco. Mesmo que lhes sobre algum tempo para este tipo de atividades, muitas mulheres sentem-se culpadas por não dedicarem todo o tempo disponível a cuidar da família e da casa (Appleby & Foster, 2013). “Os condicionalismos de tempo, e da guarda dos filhos, apresentados pelas mulheres, também não têm sido tomados em consideração pela oferta desportiva (...)” (Marivoet, 2002, p.51)

e, por isso, as mulheres acham os horários das instalações desportivas bastante inconvenientes para as suas tarefas diárias (Tiifu, 2016). Para a WSFF (2008) as mulheres, em média, auferem salários mais baixos do que os dos homens, logo têm menos disponibilidade financeira para se envolverem na prática desportiva. Além disso, normalmente, as mães solteiras têm a seu cargo as crianças, logo têm mais despesas e menos dinheiro para o desporto, assim como as crianças de pais solteiros têm menos oportunidades de participar em atividades desportivas pois, por norma, os pais não têm essa capacidade financeira (Appleby & Foster, 2013).

A falta de transportes é um problema que afeta todas as mulheres (Tiifu, 2016), especialmente, as mães com crianças para transportar, as pessoas mais idosas, bem como as mulheres com deficiência. Afeta também as mulheres que vivem em meios rurais e cujos meios de transporte são escassos para as cidades onde podem praticar desporto (Appleby & Foster, 2013; WSFF, 2008).

A falta de segurança, por sua vez, é uma outra barreira à prática desportiva das mulheres pois estas podem não se sentir totalmente seguras nos transportes públicos, nem a praticar desporto ao ar livre. Este é também um problema que afeta mulheres de outras culturas e religiões, pois sofrem de racismo, bem como as mulheres homossexuais (WSFF, 2008). As mulheres com algum tipo de deficiência também poderão ser vítimas de *bullying*, o que as impede de se deslocarem para praticarem desporto.

O financiamento/investimento das instituições desportivas e outras é, também, uma grande barreira à prática desportiva igualitária entre homens e mulheres. Os clubes, as organizações e associações desportivas preferem financiar desportos praticados por homens, relegando as mulheres para último plano. Os próprios patrocinadores não investem

tanto em desportos praticados por mulheres, pois também não existem as bases necessárias para tornarem o desporto no feminino mais atrativo do ponto de vista financeiro. Os próprios prémios atribuídos e os rendimentos das mulheres desportistas são inferiores aos dos homens, fazendo com que as atletas de alto rendimento não beneficiem de igual tratamento (Lopes, Ferreira, Monteiro, Saleiro & Múrias, 2016).

O acesso às instalações desportivas é outro problema que impede, muitas vezes, a participação feminina. Os horários tardios disponibilizados nas instalações desportivas para as mulheres obrigam-nas a deslocações na rua sozinhas, aumentando a sua insegurança (Tiifu, 2016). A maioria dos clubes, organizações e associações desportivas gerem as suas instalações de forma a permitirem que os homens ocupem os espaços desportivos nas horas mais convenientes. Desta forma, as horas mais tardias ou menos ajustáveis são as que estão livres para as mulheres utilizarem os espaços desportivos, o que lhes limita bastante a prática (WSFF, 2008). Os próprios acessos às instalações desportivas não estão, muitas das vezes, bem planeados para pessoas com deficiências tornando-se assim numa grande barreira para estas mulheres.

Tabela 2: Barreiras pessoais/para a mulher. Adaptado de WSFF (2008) e Appleby & Foster (2013)

Barreiras Pessoais/para a Mulher	
- Imagem corporal.	- Insatisfação corporal;
	- Relação com a imagem corporal negativa;
	- Medo de ser julgada pelo seu corpo.
- Roupas e equipamento.	- Equipamento desportivo caro;
	- Equipamento desportivo para as mulheres que deixa a descoberto demasiadas partes do corpo;
	- Zonas desportivas que têm um determinado <i>dress code</i> que, dependendo da cultura e religião, pode ser um entrave.
- Falta de confiança.	- Autoavaliações negativas da sua performance;
	- Competição.

- Influência parental, das amizades e das pessoas adultas.	- Maior ênfase aos comentários de outras pessoas sobre a sua performance;
	- Falta de apoio;
	- Falta de modelos na família ou amigas/os que possam incentivar à prática desportiva.
- Avaliação social.	- Medo da avaliação social sobre o seu corpo;
	- Medo da avaliação social sobre a sua performance;
	- Medo da observação constante dos homens.

Geralmente, as mulheres apresentam maior insatisfação com os seus corpos do que os homens, e a relação entre a atividade física e a imagem que têm dos seus corpos é um círculo vicioso: quanto mais conscientes estão sobre a sua imagem corporal, menos querem participar em atividades desportivas pois têm vergonha de exibir o seu corpo e receio dos julgamentos que a sociedade possa fazer WSFF (2008). Outro problema com a imagem corporal passa pelo tipo de roupas desportivas que estão na moda: hoje em dia, as roupas desportivas para mulheres deixam os seus corpos muito descobertos o que, para algumas mulheres de determinadas etnias, culturas e religiões pode ser um grande entrave. As mulheres muçulmanas e islâmicas só podem aparecer em frente aos homens com o seu típico vestuário. Para além disso, as mulheres obesas ou com algum tipo de deficiência, na sua maioria, não se sentem bem em vestir o tipo de roupa desportiva que existe pois não se querem expor e atrair atenções indesejadas (WSFF, 2008).

O equipamento e roupas desportivas podem ser demasiado caros. O maior problema que WSFF (2008) encontra nesta questão é que as mulheres que não utilizam determinado equipamento em certos desportos se sentem deslocadas. Para além disso, e como aliás já foi referido, as roupas desportivas modernas podem deixar demasiadas partes do corpo a descoberto o que, para algumas mulheres, é motivo para não praticarem desporto. A acrescentar a estes entraves, existem zonas desportivas que, devido às regras impostas

sobre o tipo de roupa adequado, não permitem a entrada e utilização destas por parte de mulheres de outras culturas e religiões. Por exemplo, nas piscinas, por norma, não se pode entrar com t-shirts nem com outro tipo de vestuário sem ser o fato-de-banho, o que é fator de exclusão para mulheres muçulmanas e islâmicas (WSFF, 2008).

As mulheres, normalmente, apresentam valores de confiança mais baixos do que os homens o que faz com que as suas autoavaliações sobre as suas performances sejam, geralmente, mais baixas do que os rapazes. Para além disso, a confiança também está diretamente relacionada com a competição. Quanto mais confiança existe, mais vontade para competir existirá. Muitas mulheres não gostam da competição por este motivo, o que as leva a desistirem do desporto ou a praticarem atividades desportivas onde não existe competitividade, como é o caso da ginástica, yoga e atividades aeróbicas (WSFF, 2008).

As mulheres adolescentes dão maior ênfase aos comentários dos adultos, do que os homens adolescentes que se guiam mais pelos resultados da competição como base do seu julgamento pessoal sobre as suas capacidades físicas (WSFF, 2008). As mulheres sentem também falta de apoio por parte da família, amigos e adultos que as rodeiam que as possam incentivar à prática desportiva (Tiifu, 2016); se na família ou entre os amigos elas não têm ninguém que pratique desporto nem que as incentive a tal, o mais provável é que também elas não venham a praticar desporto (Appleby & Foster, 2013). Portanto, a falta de exemplos na família, amigos e adultos próximos é, sem dúvida, mais uma barreira a enfrentar para a prática desportiva.

Outro medo comum que as mulheres enfrentam está relacionado com a avaliação social. As mulheres têm medo de que a sociedade avalie o seu corpo e a sua performance, sofrendo, inclusive, de ansiedade com estas questões (Appleby & Foster, 2013). Estes medos

estão relacionados com o estigma do desporto ser masculino. Para além disso, as mulheres têm também receio da observação e olhares constantes dos homens que fazem com que não se sintam bem em meios desportivos.

Tabela 3: Barreiras Sociais, Culturais e Religiosas. Adaptado de WSFF (2008) e Appleby & Foster (2013)

Barreiras Sociais, Culturais e Religiosas	
- A cultura desportiva dominada por homens.	<ul style="list-style-type: none"> - O desporto culturalmente considerado pouco feminino; - Desporto visto como o oposto de feminino. - Reprodução Homóloga
- Atitudes e preconceitos sobre sexualidade.	- Existem desportos socialmente aceitáveis para rapazes e outros para raparigas;
	- Homofobia.
- Atitudes e preconceitos sobre deficiência.	- Pouca informação sobre o treino adaptado;
	- Rejeição por parte das outras pessoas que partilham o mesmo espaço desportivo;
	- Falta de exemplos.
- Atitudes e preconceitos sobre etnia e religião.	- Grupos étnicos em minoria com baixa participação desportiva;
	- Preconceitos socialmente institucionalizados sobre diferentes etnias;
	- Comportamentos esperados para mulheres de diferentes grupos étnicos.
- Assédio e abuso sexual.	- Assédio sexual nos espaços desportivos;
	- Abuso sexual por parte dos treinadores ou colegas que frequentam o mesmo espaço;
	- Pouca importância dada ao assédio sexual por parte dos clubes, organizações e associações desportivas.
- Invisibilidade feminina – o papel dos <i>media</i> e a falta de modelos no desporto.	- Baixa representação no setor desportivo;
	- Pouca cobertura mediática;
	- Poucos exemplos no feminino com exposição mediática.

A própria cultura desportiva representa uma barreira à participação feminina. Muitas mulheres não praticam desporto pois vêem esta atividade como sendo uma atividade dominada pelos homens. As próprias organizações desportivas, tal como indica Marivoet (2002, p.48) dão preferência “aos escalões masculinos, “guetisando-se” as jovens atletas num conjunto reduzido de modalidades consideradas mais adequadas à condição feminina”. Esta cultura masculina faz com que, para muitas mulheres, serem vistas como atletas e mulheres desportivas as coloque à margem daquilo que é ser feminina e daquilo que é ser mulher (WSFF, 2008).

Existem vários preconceitos associados ao desporto, como o que a sociedade considera apropriado para homens e apropriado para mulheres, o que, claramente, é mais uma barreira à prática desportiva (Lopes et al., 2016). Marivoet (2002) associa a fraca adesão da mulher à atividade desportiva aos preconceitos sobre o ideal de feminilidade que persiste na sociedade. Associado a esta cultura, vêm os juízos de valor de uma sociedade preconceituosa: se as mulheres praticam determinados desportos considerados masculinos, então são homossexuais, e se os homens praticam determinados desportos considerados mais femininos, então também eles são homossexuais, sendo a palavra homossexualidade utilizada como um adjetivo pejorativo. Estas ideias concebidas de forma errada, levam a que muitas mulheres desistam da prática desportiva com medo de serem vistas como homossexuais, bem como a que muitos pais tirem as suas crianças de determinados desportos para que não sejam vistas da mesma forma, numa sociedade que não aceita a homossexualidade (WSFF, 2008).

Outro grande obstáculo à participação das mulheres no desporto é a reprodução homóloga. Sartore & Cunningham (2006) explicam que a reprodução homóloga se refere à

contratação e promoção de trabalhadores/as que mais se assemelham a quem contrata, logo a quem toma as decisões de contratar e/ou promover. O *Council of Europe* (2019) acredita que a reprodução homóloga se perpetua há décadas e leva à sobre representação dos homens. Afirma também que no desporto a reprodução homóloga assume a forma de treinadores e dirigentes, pois são estes que contratam ou promovem outros treinadores e dirigentes homens para assumirem estas funções. Assim, a perpetuação desta tendência resulta na formação de uma barreira invisível, porém bastante forte, para as mulheres e minorias raciais dentro do contexto organizacional (Sartore & Cunningham, 2006).

As mulheres com deficiência praticam ainda menos atividade física do que as mulheres sem deficiência. Isto deve-se a um conjunto pouco favorável de situações. Existem poucas pessoas com capacidades de dar treino adaptado às pessoas com deficiência, pois também existe pouca informação sobre os desportos adaptados. Para além disso, conforme indica WSFF (2008) existe rejeição por parte das pessoas que partilham o mesmo espaço desportivo e, como se não bastasse, outra grande barreira tem a ver com a falta de exemplos de atletas com deficiência que sejam conhecidos e cuja comunicação social divulgue.

Existem também barreiras para os grupos étnicos em minorias. Por exemplo, as taxas de participação destes grupos de etnias diferentes são mais baixas o que, em parte, se deve a preconceitos socialmente institucionalizados sobre diferentes etnias e aos comportamentos esperados para mulheres de diferentes grupos étnicos. Mesmo entre os grupos de diferentes etnias, as mulheres pertencentes a esses grupos apresentam taxas de participação desportiva muito inferiores aos homens desses mesmos grupos étnicos (WSFF, 2008). Existem, inclusive, julgamentos preconcebidos sobre o que cada grupo de pessoas, de acordo com a sua etnia pode ou não fazer e é capaz, ou não, de fazer, por exemplo: a

sociedade europeia acredita que as raparigas asiáticas não podem usar fato-de-banho, que as pessoas africanas são boas apenas no atletismo e no basquetebol; estes juízos de valor podem limitar as oportunidades destas pessoas quer na participação, como no treino, como na gestão desportiva (WSFF, 2008).

O assédio e o abuso sexual são outras barreiras graves à prática desportiva das mulheres. De acordo com WSFF (2008) existem evidências claras que mostram que há mulheres que preferem desistir da prática desportiva do que terem que estar sujeitas ao assédio sexual por parte dos técnicos, treinadores e colegas homens ou, até, ao abuso sexual. Por vezes, as mulheres e raparigas preferem continuar a sua prática desportiva e sofrerem deste tipo de abusos, mas em silêncio com receio das consequências. O assédio e o abuso sexual acontecem muitas das vezes pois os clubes, associações e organizações desportivas não dão a devida importância aos sinais que evidenciam estas situações.

As mulheres estão sub-representadas no desporto a todos os níveis e em todos os setores, especialmente “quando subimos na hierarquia”, conforme afirma Lopes et al. (2016). A baixa representação feminina no desporto pode levar a que as mulheres acreditem que não pertencem ao mundo desportivo (WSFF, 2008). Como se não bastasse, as mulheres têm muito pouca cobertura mediática em comparação com os homens. Em média, apenas 4% das notícias desportivas, tanto a nível nacional como local, são dedicadas às mulheres (WSFF, 2008). Esta é uma questão muito importante, pois os *media* têm um papel fundamental na transmissão de informação e conhecimento, podendo moldar opiniões e atitudes sobre as mulheres e o desporto e, por sua vez, conseguindo influenciar a participação desportiva. Como não existe praticamente nenhuma exposição mediática das mulheres na prática desportiva, também existem poucos exemplos no feminino com

exposição mediática, o que leva à falta de modelos que possam influenciar, positivamente, a prática desportiva no feminino.

d) Sexismo

O Conselho da Europa (2020) afirma que o sexismo pode ser uma atitude, palavra, até um gesto que se baseia no pressuposto de que certas pessoas são inferiores devido ao seu sexo, acrescentando que este afeta, maioritariamente, as mulheres. O Instituto Europeu para a Igualdade de Género define o sexismo como ações ou atitudes que discriminam pessoas apenas com base no género. Vicente (2019, p. 28) explica que “o sexismo engloba todos os movimentos que se mostrem motivados pela busca da supremacia de um dos géneros. O sexismo não é, por isso, um comportamento exclusivo de homens ou de mulheres, mas sim uma forma de pensamento preconceituoso, assente na discriminação sexual, que promove a desigualdade entre as pessoas.”.

O sexismo é prejudicial, pois gera sentimentos de autocensura o que leva as pessoas que dele sofrem a afastarem-se, a mudarem os seus comportamentos e o que, por sua vez, gera problemas de saúde. É o sexismo que está na base da desigualdade de género, afetando muito mais as mulheres do que os homens (Conselho da Europa, 2020; Vicente, 2019). No entanto o sexismo também pode afetar os homens que não agem de acordo com os papéis de género estereotipados.

O Instituto Europeu para a Igualdade de Género associa a palavra sexismo a poder, pois quem não o tem sofre de discriminação por parte de quem o detém. Está relacionado com estereótipos de género, pois as atitudes discriminatórias estão baseadas em considerações e generalizações incorretas sobre o género.

O Conselho da Europa (2020) dá exemplos claros de sexismo no desporto:

- As mulheres desportistas que são representadas nos meios de comunicação apenas de acordo com o seu papel familiar e não pelos seus feitos e competências;
- O facto de se continuar a banalizar os resultados desportivos das mulheres;
- Desprezar ou julgar os homens que praticam desportos considerados femininos;
- Apresentar as mulheres a vestirem roupas consideradas sexualizadas como “decoração” nos eventos desportivos.

Os estereótipos sexistas acabam por limitar a escolha das pessoas que pretendem praticar certos desportos considerados masculinos ou femininos, o que provoca autocensura e leva as pessoas a desistirem da prática desportiva que mais gostam. É certo que afeta mais as mulheres, mas em ambos os casos o sexismo é prejudicial e, fazendo uma apropriação do mote do Conselho da Europa, devemos “acabar com ele”.

II Parte – A (des)Igualdade de Género em Portugal e na União Europeia

1. Participação de Mulheres e Homens na Prática Desportiva

O termo desporto implica duas perspetivas diferentes que são consideradas pela União Europeia: o desporto profissional e o desporto enquanto atividade de lazer. Ou seja, a União Europeia considera que o desporto profissional, amador e ainda o exercício físico praticado apenas sem competição, por lazer, saúde ou outros motivos, fazem parte do conceito da palavra desporto. Tradicionalmente, o desporto tem sido dominado por homens, quer em termos de participação, como de direção, gestão e treino entre outras profissões relacionadas com o desporto. Tanto na Europa, como pelo resto do mundo, a participação dos homens tem sempre sido superior à das mulheres. Nos últimos 20 anos, têm acontecido mudanças significativas e a diferença quanto ao envolvimento entre os géneros tem ficado cada vez mais estreita (EIGE, 2017).

Antes de serem revistos os dados estatísticos de participação desportiva desagregados por sexo, é importante saber os dados estatísticos da população residente mundial, europeia e portuguesa. Em 2015, *United Nations (UN)* indicou que 50.4% da população mundial é constituída por homens e 49.6% por mulheres. O Instituto Europeu para a Igualdade de Género, de acordo com os dados do *Eurostat*, estimou que, em 2017, 51.1% da população pertencente à União Europeia era constituída por mulheres e 48.9% por homens. Em Portugal, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG, 2017) refere que as mulheres constituem cerca de 52.6% da população residente, enquanto os homens

preenchem os restantes 47.4%. Pode concluir-se que, embora a população mundial seja maioritariamente constituída por homens, na Europa a realidade é contrária: existem mais mulheres. Em Portugal, a percentagem de mulheres é ainda superior à percentagem europeia.

Em 2018, a Comissão Europeia lançou o Eurobarómetro Especial 472 sobre Desporto e Atividade Física. Os dados deste Eurobarómetro foram recolhidos em dezembro de 2017. Este estudo tem dados sobre os 28 Estados-Membros da União Europeia. Aqui, 46% da população diz nunca praticar desporto. Por outro lado, 33% da população pratica desporto, pelo menos, uma vez por semana e 7% fá-lo regularmente (pelo menos 5 vezes por semana), ao passo que 14% indicam que raramente praticam desporto.

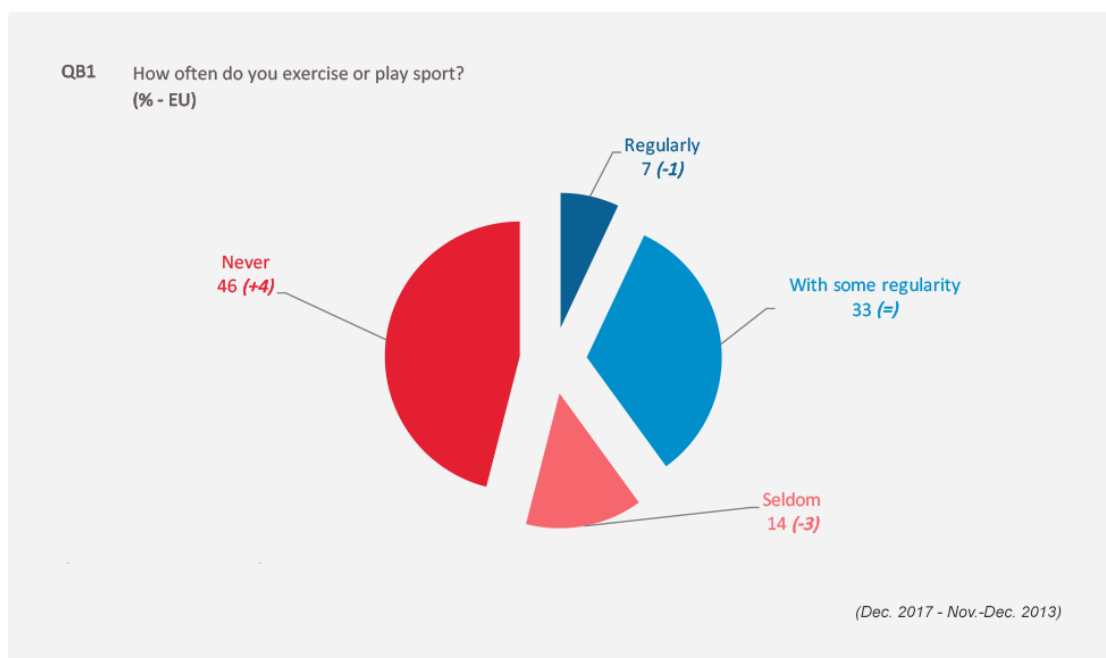


Figura 1 Percentagem de pessoas que praticam ou não desporto na União Europeia. Imagem extraída de European Commission (2018, p.7).

A proporção de pessoas que praticam desporto é maior em países como a Finlândia (69%), Suécia (67%) e Dinamarca (63%) do que em países do Sul como a Bulgária, Grécia e

Portugal, onde 68% da população não pratica desporto. Desta forma, em Portugal apenas 32% da população pratica desporto, um número baixo em comparação com a média europeia: 54%.

De acordo com o Eurobarómetro 472 e em relação aos dados desagregados por sexo, pode verificar-se que os homens praticam mais desporto e exercício físico do que as mulheres: 44% dos homens europeus fazem exercício físico com alguma regularidade, comparativamente a 36% de mulheres que o fazem. Para além disso, 56% dos homens europeus nunca ou raramente praticam desporto e 64% das mulheres também. Em Portugal os dados são ainda menos positivos: 74% da população portuguesa nunca ou raramente pratica desporto ou exercício físico. Os homens continuam, em Portugal, a ser mais ativos que as mulheres: 68% dos homens portugueses nunca ou raramente praticam desporto, enquanto 78% das mulheres nunca ou raramente praticam desporto ou exercício físico.

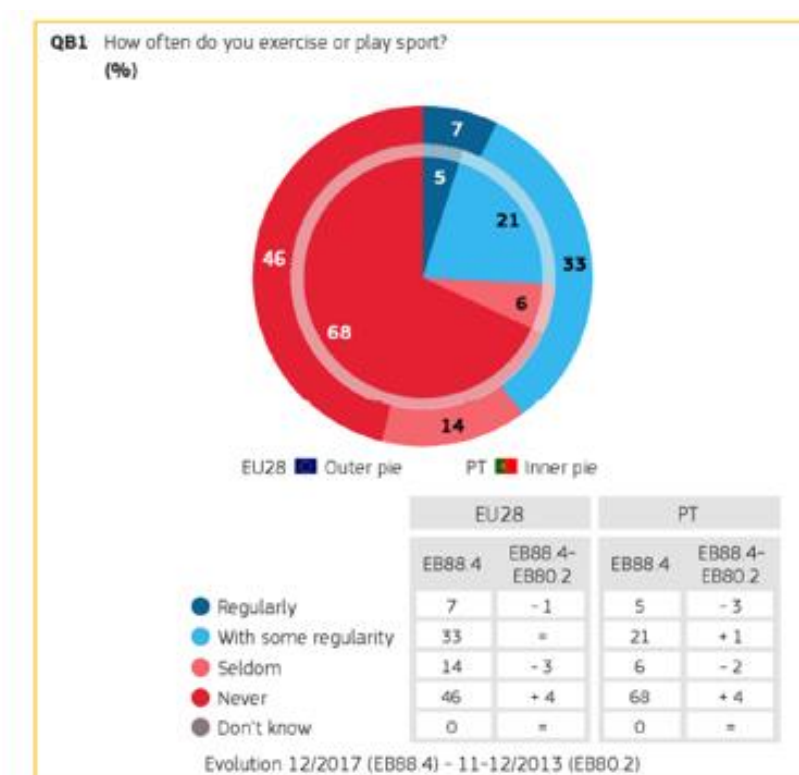


Figura 2: Com que regularidade se pratica desporto ou exercício físico na União Europeia e em Portugal - dados desagregados por sexo. Imagem extraída de European Commission (2018, p.7).

Na Europa, os homens indicam que praticam mais exercício físico e desporto num clube desportivo ou no trabalho (15%, comparando com 11% de mulheres na mesma situação). A maior parte das mulheres europeias indica que pratica exercício físico e desporto em casa (35%, comparando com 29% de homens) ou no caminho entre casa e escola, ou casa e trabalho/supermercados (25% em comparação com 20% de homens). Em Portugal, apenas 16% das pessoas praticam desporto ou exercício físico num clube desportivo, em comparação com 30% de pessoas na UE que praticam desporto ou exercício físico num clube.

O Eurobarómetro 472 de 2018 fala também sobre a relação entre a educação e a percentagem de praticantes de exercício físico. Existe uma relação explícita entre o desporto e a educação, pois 73% das pessoas que deixaram o sistema educativo aos 15 anos ou mais cedo assumem não praticar qualquer tipo de desporto, enquanto entre as pessoas que terminaram o ensino obrigatório este número cai para 52% e para quem prosseguiu mais estudos para além dos 20 anos, este número é ainda menor – 31%. De acordo com a *European Commission* (2016), nos últimos 20 anos as mulheres têm vindo a ultrapassar, em número, os homens no que diz respeito a licenciaturas e estudos com grau académico. Em Portugal, 71,2% das pessoas sem nenhuma escolaridade são mulheres, o que traduz, segundo a CIG (2017), a falta de escolarização da população mais idosa. Por outro lado, 60,9% das pessoas com ensino superior completo são mulheres (CIG, 2017) o que vai de encontro aos acontecimentos dos últimos 20 anos. Portanto, se existem mais mulheres com mais estudos académicos do que homens, esperar-se-ia que, em conformidade com as evidências encontradas no Eurobarómetro 472, o número de praticantes desportivos desagregado por sexo fosse maior no sexo feminino.

Portugal, quer em comparação com a União Europeia, quer individualmente em relação a cada estado-membro, tem das piores percentagens relativamente à prática desportiva. Embora nos últimos anos tenha existido cada vez mais uma maior preocupação por parte das entidades competentes, a verdade é que Portugal continua com uma baixa percentagem de praticantes de desporto. Se para a prática no geral os indicadores não são animadores, é claramente previsível que a luta para aumentar os níveis de participação desportiva das mulheres não será fácil, tanto pelas razões culturais e históricas evidentes, como pelo facto de o povo português apresentar, no geral, uma baixa participação desportiva.

Relativamente ao desporto federado, os dados embora diferentes continuam a ser representativos das desigualdades de género existentes no desporto. Em 2019 foi lançado um estudo realizado em conjunto pelo Conselho Europeu e pela União Europeia que rastreou os dados da participação desportiva federada dos desportos olímpicos (segregados por sexo). Nem todos os países da União Europeia participaram, mas dos 28 estados-membros participaram 18, incluindo Portugal. Em termos percentuais, apenas 30% das atletas federadas são mulheres, ao passo que 70% são homens. Em Portugal e de acordo com o mesmo estudo (que apenas engloba os desportos olímpicos, ou seja, federações de 28 desportos), 30% das pessoas que praticam desporto federado são mulheres, o que contrasta com os restantes 70% dos seus pares homens federados. Se isolarmos apenas o desporto de elite, os números melhoram embora ainda não sejam os ideais: de acordo com o mesmo estudo, 41% das mulheres e 59% dos homens na União Europeia praticam desporto ao mais alto nível da competição. Em Portugal os dados não são tão equiparados, sendo que 32% das atletas são mulheres e 68% são homens. Esta percentagem é calculada com base no número

de atletas que participaram nos últimos Jogos Olímpicos de Verão e Inverno, segregados por género e por país.

Em Portugal, o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P) tem os dados dos/as praticantes segregados por sexo e por modalidade. Desde 1996 (primeiros dados recolhidos) até 2018 tem sido notável o aumento do número de praticantes, bem como o aumento do número de mulheres a praticar desporto, mas não suficiente. Em 2018, houve um total de 203,188.00 mulheres a praticar desporto, num universo de 667,715.00 praticantes. Aproximadamente 30,4% do total de praticantes são mulheres, tal como indica o estudo *“All in: Towards Gender Balance in Sport”* (Council of Europe, 2019).

No nosso país, as federações que apresentam paridade de género em termos de número de atletas (ou seja, têm pelo menos 40% de atletas mulheres) são: Desportos Equestres (60% de mulheres inscritas), Patinagem (55,8% de mulheres inscritas), Voleibol (55,7% de mulheres inscritas), Natação (54,8% de mulheres inscritas), Corfebol (48% de mulheres inscritas), Campismo e Montanhismo (43,6% de mulheres inscritas), Andebol (40,9% de mulheres inscritas), Badminton (40,1% de mulheres inscritas) e Basquetebol (40% de mulheres inscritas). Existem apenas duas federações desportivas que não respeitam o limiar da igualdade de género por terem mais mulheres inscritas do que homens: Dança Desportiva (65,3% de mulheres inscritas) e Ginástica (85,9% de mulheres inscritas). Todas as restantes federações desportivas portuguesas – 45 – têm mais inscritos do sexo masculino do que feminino. As federações que apresentam menos mulheres inscritas são: Aeromodelismo (0,40%), Aeronáutica (2,4%), Motociclismo (2,7%), Bilhar (2,8%),

Columbofilia (3,2%), Pesca Desportiva (3,3%), Tiro com Armas de Caça (4,4%), Voo Livre (4,9%) e Futebol (5,2%)².

Estes dados confirmam que as mulheres são bastante condicionadas pelos estereótipos e pelas barreiras culturais que lhes são impostas: as que praticam desporto acabam por, maioritariamente, praticar desportos que socialmente são mais aceitáveis para mulheres devido às suas características e não escolhem os desportos que tradicionalmente são associados às características masculinas.

2. Participação de Mulheres e Homens em Cargos de Decisão nas Organizações Desportivas

Embora a participação feminina no desporto em vários setores tenha vindo a aumentar nos últimos anos, conforme relata o EIGE (2017), as mulheres continuam sub-representadas nos postos de tomada de decisão quer a nível local, nacional ou europeu e o argumento é o de que a hierarquia no desporto é dominada pelos homens (Wadesango et al., 2010). Hardin e Shain (2005) indicam que o tempo de carreira das mulheres no desporto é de 10 anos e que a maioria nunca chega a atingir o topo, nem os lugares de decisão e liderança. As barreiras que as mulheres encontram nas posições de tomada de decisão poderão, em parte, ser explicadas pelos diferentes valores, atitudes e comportamentos historicamente associados às mulheres e aos homens, como também pela conotação masculina atribuída ao desporto (EIGE, 2017) e devido à discriminação de género presente

² Dados retirados do *site* do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.: <https://ipdj.gov.pt/es-tat%C3%ADsticas>

no mercado de trabalho (Wadesango et al., 2010). Wadesango et al. (2010) defendem que existem três fatores que explicam o poder dos homens dentro das organizações desportivas: a hegemonia masculina, a reprodução homóloga e a discriminação de género, preconceito e homofobia.

Em 2015, apenas 14% das posições de topo de tomada de decisão nas federações desportivas nos estados-membros eram ocupadas por mulheres, alternando desde 3% de mulheres nestas posições na Polónia e 43% na Suécia. Na maior parte dos países, a percentagem de mulheres a ocupar estes postos está abaixo dos 20% (EIGE, 2017). O limiar da igualdade de género, considerado pela União Europeia, é quando se atinge, no mínimo, representação em 40% de um dos sexos. A Suécia, de acordo com os dados do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, é o único estado-membro que cumpre esse requisito, tendo 43% das mulheres nos postos de tomada de decisão das suas federações desportivas. Segundo o mesmo estudo do EIGE (2017), Portugal apresenta uma percentagem inferior a 14%, ou seja, inferior à média europeia. Nas próprias confederações olímpicas na Europa, as mulheres continuam com uma baixa representação: 14% de mulheres nas posições de tomada de decisão. No entanto, e como confirma o EIGE (2017), agravando ainda ao facto de ser uma percentagem realmente baixa, as mulheres que se encontram nestas posições estão a ocupar cargos menos prestigiados e não tão bem remunerados, ou seja, esta poderá ser uma estatística que engana no sentido em que poderá haver discriminação na seleção e recrutamento para este tipo de cargos. Portanto, mesmo as percentagens que demonstram que existem mulheres em cargos de decisão, esses cargos podem não ser tão importantes no sentido em que as suas decisões estarão dependentes do aval de superiores (homens, no geral).

Em Portugal existem, de acordo com dados de 2017 do Instituto Português do Desporto e Juventude, no total, 34.068 mil dirigentes desportivos, dos quais 86,9%, aproximadamente, são homens e 13,1%, aproximadamente, são mulheres. Existem apenas duas federações desportivas em Portugal que tem mais mulheres do que homens na sua gestão – a federação portuguesa de ginástica e a federação portuguesa de dança desportiva. Esta situação poderá ser explicada pelo facto de a ginástica e dança terem sido sempre mais associadas às mulheres do que aos homens devido às suas componentes físicas mais expressivas, subteis, componentes essas que estão, culturalmente, ligadas ao sexo feminino. Pomar et al. (2012, pp. 83 - 84) aborda esta questão, afirmando que existem “percepções diferenciadas quanto à adequação dessas atividades aos papéis de género” e que “as conceções estereotipadas de masculino e feminino (...) medeiam e dirigem as percepções quanto à adequação dessa atividade aos rapazes e às raparigas (...)”.

Em 2015, quando os dados para o estudo da EIGE (2017) foram recolhidos, 9 das 28 confederações europeias tinham uma cota de género para os cargos de tomada de decisão (comité executivo, presidência e quadro da direção) e apenas uma confederação falhou no cumprimento desta cota. Em 4 das 19 confederações sem esta cota de género não existiam mulheres nos cargos de tomada de decisão. As barreiras que as mulheres enfrentam para conseguirem ocupar os cargos de tomada de decisão e gestão podem, em parte, ser explicadas pelos diferentes valores, atitudes e comportamentos historicamente associados aos homens e às mulheres, mas também pela conotação masculina dada ao desporto. Wadesango et al. (2010) afirmam que a falta de mulheres no treino desportivo, administração e arbitragem pode perpetuar o estereótipo de que as mulheres não têm capacidade nem competência para assumirem tais posições, fator que é um entrave enorme a todas as mulheres que querem alcançar estas posições no desporto. Para além disso, este

cenário tem um impacto bastante negativo no marketing e financiamento do desporto no feminino. Os governos devem ser desafiados para apresentarem critérios transparentes para a escolha de profissionais para ocuparem as posições de tomada de decisão no desporto e garantir que os corpos administrativos eleitos têm uma composição que respeita a balança de género (Wadesango et al., 2010).

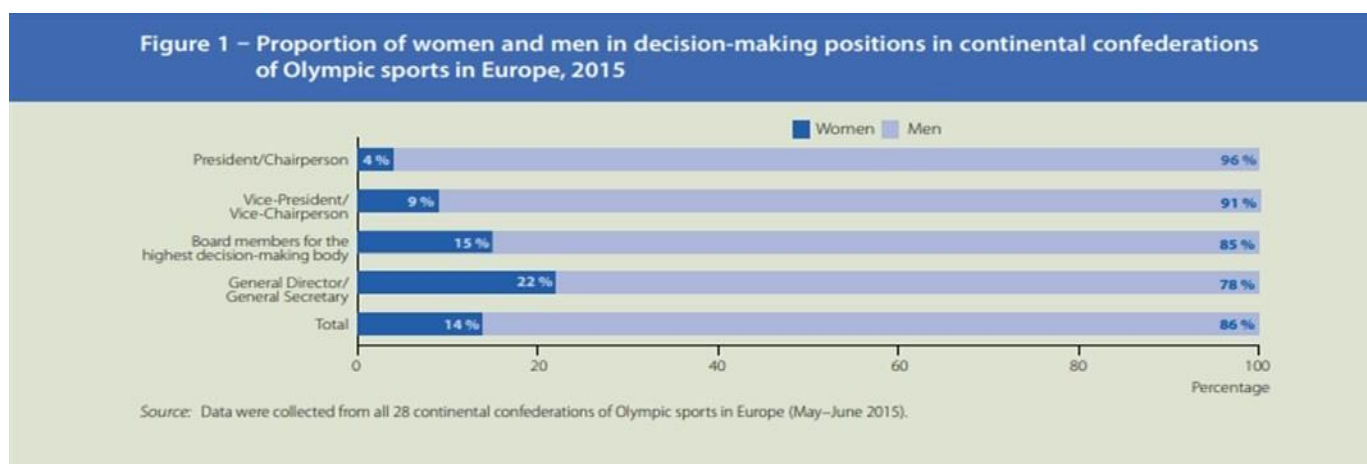


Figura 3: Proporção de mulheres e homens em posições de tomada de decisão nas confederações europeias olímpicas, em 2015. Imagem recolhida de EIGE (p.1).

3. Profissões na Área do Desporto Desempenhadas por Mulheres e Homens

• Treino Desportivo

O treino desportivo é uma área onde se manifestam, claramente, as diferenças de género na participação, a par das questões previamente abordadas. As mulheres estão, mais uma vez, sub-representadas a todos os níveis da competição, a nível local e internacional. Enquanto profissão, o treino desportivo é dominado pelos homens (EIGE, 2017). Estima-se

que apenas 20% a 30% das mulheres a nível europeu sejam treinadoras, o que representa um número bastante baixo tendo em conta o número de mulheres com cédula de treinadoras, de acordo com o Instituto Europeu para a Igualdade de Género. As mulheres treinadoras exercem maioritariamente em desportos onde a percentagem de participação feminina é maior (como por exemplo a ginástica, dança, patinagem artística, e desportos equestres) e em escalões de formação, desde crianças a adolescentes que competem a nível local e regional. Os homens dominam o treino de modalidades tradicionalmente associadas aos homens, mesmo quando praticadas por mulheres, ao passo que as mulheres estão mais presentes no treino desportivo em modalidades mais associadas a características femininas (Council of Europe, 2019). No geral, o número de treinadoras é desproporcional ao número de mulheres que estão associadas ao desporto. Isto significa, de acordo com o EIGE (2017), que muitos homens estão a treinar mulheres, até mesmo nos desportos maioritariamente praticados por mulheres, e muito poucas mulheres estão a treinar homens. No plano do alto rendimento, o número de mulheres treinadoras ainda é, incrivelmente, mais baixo, sendo que quando existem mulheres a treinar atletas na competição de alto rendimento, estas são, normalmente, treinadoras-adjuntas de um treinador homem (EIGE, 2017).

Em Portugal, de acordo com os últimos dados do IPDJ, em 2018, existiam 18.593 mil treinadoras e treinadores desportivos, sendo que cerca de 87,4% são homens e cerca de 12,6% são mulheres. Não existe nenhuma federação desportiva em Portugal onde a percentagem de treinadoras seja superior à de treinadores. A cultura masculina no desporto está a segregar as mulheres treinadoras (Council of Europe, 2019). Este desequilíbrio agudo pode ser explicado por perceções estereotipadas sobre o treino desportivo ser uma área masculina que requiere traços tradicionalmente masculinos e também pela predominante hegemonia masculina que domina o setor. No geral, as treinadoras escasseiam e quando

elas entram no mundo do treino desportivo enfrentam uma infinidade de barreiras que faz com que seja praticamente impossível entrar e prosperar na profissão. LaVoi e Baeth (2018) defendem que a baixa representação feminina nesta área e nas áreas de liderança é o resultado de barreiras ideológicas e estruturais devido aos estereótipos de género, bem como a outros fatores socioculturais (como a homofobia, misoginia, racismo e discriminação de género). De acordo com o *Council of Europe* (2019) os estudos mostram que os fatores organizacionais continuam a afetar as carreiras das treinadoras. As barreiras sistemáticas que alienam as mulheres treinadoras das organizações públicas desportivas incluem locais de trabalho dominados por homens, padrões masculinizados para progressão e recrutamento, ambientes de trabalho que não são propícios para a família, as redes de trabalho dominadas por homens e a falta de exemplos no feminino (*Council of Europe*, 2019).

O EIGE (2017) defende que deve existir uma preparação “amiga do género”, pois irá reduzir as taxas de abandono das mulheres do desporto, ao mesmo tempo que atacará os estereótipos sexistas de género e criará um clima social e educacional positivo. As mulheres nas posições de liderança (como as treinadoras) desafiam os estereótipos de género e liderança, trazem diferentes perspetivas e tomadas de decisão. Há necessidade de colocar em prática medidas de combate às barreiras multidimensionais (a nível individual, interpessoal, organizacional e cultural) que estão a desencorajar e a evitar que as mulheres se tornem treinadoras ou que evoluam nas suas carreiras de treinadoras (*Council of Europe*, 2019). LaVoi e Baeth (2018) acreditam que as mulheres devem estar mais envolvidas no treino desportivo de forma a poderem mudar a estrutura organizacional do desporto tal como o conhecemos: a estrutura que privilegia os homens.

• Comunicação Social

A comunicação social é uma instituição que preserva o poder dos homens sobre as mulheres e tende a construir esta barreira do que é socialmente aceite para homens e mulheres, como os desportos que são socialmente aceites para homens e para mulheres (Trolan, 2013). Os homens dominam o jornalismo desportivo e isso confirma-se através dos números apresentados nos últimos jogos olímpicos e paralímpicos: no Rio de Janeiro e em PyeongChang onde a percentagem de jornalistas mulheres rondou os 6% a 20% apenas (Council of Europe, 2019). Hardin e Shain (2005) concluem que a baixa percentagem de mulheres a trabalhar na comunicação social relacionada com o desporto espelha a baixa percentagem de mulheres atletas que têm cobertura mediática. Além disso, ainda defendem que a marginalização da mulher no desporto é o motivo pelo qual a cobertura mediática das mulheres é escassa. Council of Europe (2019) completa informando que como a comunicação social no desporto é dominada por homens, é dada mais visibilidade aos desportos tradicionalmente praticados por homens (como futebol) e mais cobertura mediática aos homens atletas e à sua performance (Council of Europe, 2019). A hegemonia masculina no desporto está refletida na comunicação social. Os *media* têm tirado as atletas dos holofotes através da pouca cobertura mediática e do tipo de cobertura que banaliza estas atletas (Hardin & Shain, 2005). Council of Europe (2019) reforça o questionário feito pela Imprensa Internacional Desportiva em 2011 que concluiu que mais do que 90% dos artigos são escritos por jornalistas homens e mais do que 85% dos artigos escritos são sobre desporto no masculino. Apenas 8% dos artigos desportivos foram escritos por mulheres jornalistas. As mulheres não estão apenas sub-representadas na comunicação social desportiva, como também os tópicos que as jornalistas cobrem tendem a ser estereotipadamente associados aos papéis femininos, ou seja, as mulheres jornalistas tendem a cobrir temas como

entretenimento, educação, estilo de vida e saúde, enquanto o desporto é uma área dominada pelos homens (*Council of Europe, 2019*).

Em Portugal, os números díspares mantêm-se quando segregamos os dados do número de jornalistas no desporto por género. Martins & Cerqueira (2018) indicam que existem 456 jornalistas a trabalhar no setor desportivo no país, dos quais 388 são homens e apenas 68 são mulheres (85% de homens jornalistas e 15% de mulheres jornalistas).

Os editores de jornais desportivos dizem que não se sentem responsáveis por dar cobertura ao desporto feminino, mas sim aquilo que realmente interessa ao público, enquanto os jornalistas desportivos utilizam uma ideia de neutralidade que lhes permite serem misóginos e resistentes à cobertura do desporto feminino e, ao mesmo tempo, permite-lhes declararem-se como sendo neutros quanto à informação que produzem (Hardin & Shain, 2005). Sendo que as mulheres não apresentam as mesmas resistências que os homens apresentam a fazer cobertura ao desporto feminino, Hardin e Shain (2005) sugerem que a solução passa por contratar mais mulheres para a comunicação social desportiva.

Hardin e Shain (2005) defendem que as barreiras sistemáticas são as que realmente impedem as mulheres de alcançar cargos de liderança e subir nas suas carreiras, o que as faz abandonar a profissão de jornalista no meio desportivo. Também as barreiras de conciliação com o trabalho e a família são um entrave a estas mulheres. Os estereótipos de género que persistem na nossa sociedade explicam, em parte, a disparidade de resultados encontrados no jornalismo desportivo (Martins & Cerqueira, 2018).

A posição das mulheres no jornalismo desportivo é a mesma do que as mulheres atletas: elas não são valorizadas na indústria desportiva, visto que a mesma é construída sobre pressupostos e padrões masculinos (Hardin & Shain, 2005).

- **Arbitragem**

Apesar do aumento do número de mulheres como juízes e árbitras, as árbitras do futebol feminino continuam sub-representadas, sendo este um fenómeno global. As árbitras de futebol perfazem 10% da totalidade de árbitros/as registados nas associações-membro da FIFA (Reid, 2016). As árbitras estão sujeitas às conceções e práticas definidas através do discurso estereotipado da sociedade que se reflete na forma através da qual ela entende as suas experiências de género como árbitra (Reid, 2016). Estes estereótipos influenciam as atitudes e comportamentos de quem lidera as equipas de arbitragem, dos/as árbitros/as e jogadores/as, contribuindo para a marginalização das mulheres e discriminação sexual no desporto (Reid, 2016).

No Portugal contemporâneo os números relativos à arbitragem feminina também não são animadores. Em 2018, segundo o IPDJ declara, existem 15962 árbitros/as/juízes no total de todas as modalidades federadas. Deste número, apenas 24% são mulheres.

Reid (2016) defende que a mulher é obrigada a provar constantemente as suas capacidades de arbitragem em campo e encontrar formas para acabar com o estigma e a discriminação de que é alvo, o que, claramente, dificulta e atrasa o processo de integração da mulher no desporto.

4. Políticas Públicas para a Igualdade de Género no Desporto em Portugal e na União Europeia.

O setor desportivo tem vindo a ganhar mais atenção na União Europeia enquanto área política pois interfere com a educação, saúde e políticas de negócios. O Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu, enquanto instituições europeias, têm dado cada vez mais importância ao desporto e, também, à igualdade de género em todas as vertentes da sociedade, incluindo o desporto. Em 2006, nasce no seio da União Europeia, o Instituto Europeu para a Igualdade de Género, um órgão autónomo da UE, criado para contribuir e fortalecer a promoção da igualdade de género e integrar as questões de género em todas as políticas da União Europeia e dos seus Estados-Membros. Desde 2009, depois do Tratado de Lisboa, que o desporto se tornou uma competência da União Europeia. A atividade coordenada da União Europeia em matéria de igualdade de género na política desportiva teve início em 2010 quando o Conselho da União Europeia, nas suas Conclusões sobre o papel do desporto como fonte e motor de inclusão social, introduziu o objetivo de incentivar a igualdade entre mulheres e homens no desporto (EIGE, 2017). Em 2014, conforme indicado pelo EIGE (2017), o Conselho da União Europeia especificou as suas Conclusões sobre a igualdade de género no desporto, educação, juventude e cultura e a partir daqui chamou a atenção dos Estados-Membros para:

- Desenvolver e manter planos de ação ou estratégia sobre a igualdade de género no desporto;
- Integrar a perspetiva de género em todos os aspetos da política desportiva e promover a eliminação dos estereótipos de género;

- Destacar o valor da diversidade e equilíbrio de género na gestão desportiva promovendo a igualdade de género a todos os níveis;
- Aumentar a balança de género nos quadros executivos e comités na área do desporto, bem como na gestão e treino, tentando remover os obstáculos não legislativos que impedem as mulheres de assumir estas funções;
- Lançar, em cooperação com os órgãos desportivos internacionais, um “quadro de compromisso” sobre igualdade de género no desporto;
- Desenvolvimento de materiais educativos para a formação de gestores desportivos e treinadores para promover a igualdade de género a todos os níveis de educação e treino desportivo;
- Incluir objetivos de igualdade de género como condição para a concessão de financiamento público a organizações desportivas.

A Comissão Europeia divulgou, em 2011, a “Comunicação do desenvolvimento da dimensão desportiva da União Europeia” na qual se propôs a agir em relação ao acesso das mulheres aos cargos de tomada de decisão, lutar contra os estereótipos de género e promover igual acesso ao desporto para as mulheres no geral, bem como para as mulheres de pequenos grupos como diferentes etnias (EIGE, 2017). Após estas conclusões, a Comissão Europeia criou um grupo de especialistas para desenvolverem uma proposta de ações estratégicas e específicas sobre a igualdade de género para o período de 2014-2020. Os especialistas identificaram um número de áreas prioritárias para agir: igualdade de género na tomada de decisão, no treino desportivo, na comunicação social e a violência no desporto com base no género (EIGE, 2017).

O Parlamento Europeu abordou a questão da igualdade de género em 2003 na Resolução sobre Mulheres e Desporto. Nesta Resolução, conforme explícita (EIGE, 2017), o Parlamento Europeu afirma a necessidade de garantir a igualdade de acesso ao desporto entre homens e mulheres, a todos os níveis, em particular:

- Abolir a distinção entre modalidade feminina e masculina no desporto de alto rendimento;
- Tomar medidas para melhorar a participação das mulheres em funções técnicas e na tomada de decisões;
- Tomar medidas para proteger a saúde das atletas;
- Adotar medidas para prevenir e eliminar o assédio e abuso sexual.

Em 2007, o Parlamento Europeu voltou a referir as questões de género na Resolução do papel do desporto na educação. Mais recentemente, em 2012, o Parlamento Europeu na Resolução sobre a dimensão europeia no desporto voltou a abordar as questões da igualdade de género (EIGE, 2017):

- Encoraja a Comissão Europeia e os Estados-Membros a reconhecerem a importância do desporto como meio de promover, entre outras coisas, a emancipação das mulheres;
- Solicita às organizações desportivas que incentivem a participação das mulheres no desporto, bem como nos órgãos de decisão através da garantia de um acesso igualitário às atividades e instalações desportivas e aborda a questão das mulheres provenientes de meios desfavorecidos, pedindo a promoção da participação feminina dando igual visibilidade e destaque às mulheres.

- Incentiva os Estados-Membros a adotarem medidas que permitam às mulheres conciliar a sua vida desportiva, familiar e profissional, promovendo a igualdade entre homens e mulheres nas políticas governamentais em prol do desporto;
- Incita a Comissão Europeia a estimular o intercâmbio de informações e boas práticas no que à igualdade de oportunidades diz respeito em termos de género;
- Solicita à Comissão Europeia e todos os Estados-Membros que integrem a perspetiva de igualdade de género em todas as suas atividades relacionadas com o desporto;
- Incentiva a Comissão Europeia e os Estados-Membros a moverem o seu foco para o acesso das mulheres aos cargos de tomada de decisão no desporto, bem como a cobertura mediática que lhes é dada;
- Solicita à Comissão Europeia e aos Estados-Membros que apoiem e desenvolvam a investigação europeia sobre o carácter das atividades desportivas praticadas por mulheres, os motivos pelos quais as mulheres abandonam o desporto e também os motivos pelos quais as desigualdades de género persistem;
- Encoraja a criação de redes de comunicação entre mulheres no desporto para promover o intercâmbio de práticas e informações positivas.

Em Portugal, de acordo com o artigo 182.º da Constituição da República Portuguesa, a política geral do país é da competência dos governos, pelo que se torna importante rever os programas dos 21 governos constitucionais (Carvalho & Cruz, 2007). Todos os programas abordam o desporto, mas apenas 6 se propõem a tratar as questões da igualdade de género no desporto. O V Governo Constitucional (1979-80) propõe-se a criar condições para o

desenvolvimento do desporto feminino, tendo sido o primeiro governo a abordar a temática. No entanto, esta abordagem parece ser demasiado generalista reduzindo esta problemática apenas à prática desportiva em si (Carvalho & Cruz, 2007). O IX Governo (1983-85) incluiu no seu programa a intenção de desenvolver medidas para aumentar a prática desportiva no feminino. O X governo (1985-87) volta a abordar a questão da prática desportiva para as mulheres no âmbito do “Desporto para Todos”. O XIII governo (1995-99) refere, no seu programa, que a sua intenção é aumentar a prática desportiva das mulheres no âmbito dos tempos livres. O XVIII governo (2009-11) volta a referir o “Desporto para Todos” com a intenção de generalizar o desporto, incluindo incentivar as mulheres à sua prática. O XXI governo constitucional (2015- até ao presente) comprometeu-se, no seu programa, a “garantir a igualdade de acesso às atividades desportivas sem discriminações sociais, físicas ou de género”.

Carvalho e Cruz (2007), referem a falta de medidas e políticas concretas noutros domínios do desporto, tais como o treino, a arbitragem e os cargos de decisão. Até ao presente, os governos que abordaram esta problemática fizeram-no de uma forma generalista e superficial, não lhe dando a devida importância. Seria expectável, após a criação do Grupo de Estudos Mulher e Desportos (durante a vigência do V governo constitucional) que houvesse uma melhoria nas medidas tomadas no sentido de abranger outros temas dentro da igualdade de género no desporto (Carvalho & Cruz, 2007). Durante o mandato do XIII governo foi criado o primeiro instrumento de política governativa tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros: a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM). Desta forma, foi criado o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, em 1997, onde foi incluído o desporto. A partir daqui, foram redigidos os Planos Nacionais para a Igualdade (II, III, IV e V), nos quais foram integrados o tema do

desporto e da mulher. Recentemente, foi publicada a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018).

Em Portugal, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) é uma das organizações que trabalha mais diretamente a causa feminista, da igualdade de género, da cidadania, não discriminação e tolerância. Trata-se de um serviço central da administração direta do Estado integrada na Presidência do Conselho de Ministros. A CIG tem vindo a trabalhar, ao longo de 40 anos, em Portugal, de forma a conseguir uma sociedade mais justa e igualitária a todos os níveis através de políticas públicas.

No que respeita ao desporto, a legislação existente em Portugal a favor da igualdade de género é recente. Em 2007 foi lançada a Lei n.º 5, o diploma que aprova a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e que regula, no geral, toda a atividade desportiva no país. Entre outros artigos importantes, destaca-se o Artigo 2.º: Princípios da universalidade e da igualdade, o qual garante que “independentemente da sua ascendência, sexo, (...)” “todos têm direito à atividade física e desportiva”, assim como o facto de a “atividade física e o desporto” contribuirão “para a promoção de uma situação equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres”. O Artigo 3.º, Princípio da ética desportiva afirma que “Incumbe ao Estado adotar medidas tendentes a prevenir e a punir (...) qualquer forma de discriminação”. Em 2010, foi lançada a Resolução da Assembleia da República (AR) n.º 80/2010 que recomenda ao Governo a tomada de medidas de combate às discriminações entre mulheres e homens nas competições desportivas. O objetivo desta resolução da AR será fazer com que o governo “elimine as desigualdades nos prémios desportivos (*gender gap*)” e que “garanta (...) ao nível do apoio público a competições desportivas, o respeito pela legislação em vigor e o objetivo da promoção da igualdade entre homens e mulheres”.

A seguinte linha do tempo permite-nos ter uma noção temporal e espacial das políticas públicas mais relevantes na União Europeia e em Portugal que dizem respeito ao desporto e à igualdade de género. Desde 1976 até 2018, foram vários os documentos, legislações, políticas lançadas na tentativa de diminuir as diferenças entre homens e mulheres no desporto.



Figura 4: Linha temporal das políticas públicas para a igualdade de género em Portugal e na União Europeia.

No dia 24 de setembro de 1976, os ministros europeus do desporto adotaram a “Carta Europeia do Desporto para Todos”. A partir desta data, as políticas desportivas na Europa foram dotadas de um programa comum com base na convicção de que os valores desportivos contribuíam para a concretização dos ideais do Conselho da Europa. Os valores-base perpetuados nesta Carta são os de que o desporto deve ser acessível para todos, deve estar disponível para crianças e jovens em particular, deve ser praticado de forma saudável e segura, justa e tolerante, construídos com base em altos valores éticos, capaz de promover a autorrealização pessoal, respeitar o ambiente, proteger a dignidade humana e ser contra qualquer tipo de exploração.

Mais tarde, em 1992, e construída sobre os princípios da Carta Europeia do Desporto para Todos, foi adotada a Carta Europeia do Desporto que fornece o quadro para a política desportiva com a qual todos os países europeus se devem comprometer.

Dois anos depois, entre os dias 5 e 8 de maio de 1994, em Brighton, realizou-se a *Conferência Mundial sobre Mulheres e Desporto* que reuniu políticos e entidades responsáveis na tomada de decisão na área do desporto. A declaração que surgiu no seguimento desta conferência teve como principal objetivo promover uma conduta desportiva que permita a igualdade de género, bem como a participação das mulheres em todos os domínios do desporto. O objetivo predominante desta Declaração é o desenvolvimento de uma cultura desportiva que permita e valorize a participação das mulheres em todos os domínios do desporto, de forma equitativa e plena.

A 24 de Março de 1997 foi lançado, em Diário da República, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97 – O Plano Global para a Igualdade de Oportunidades. Esta foi a

primeira vez que o Estado Português lançou uma política pública no sentido de “fomentar a igualdade entre mulheres e homens nas políticas do desporto”.

Em 1999, no dia 1 de dezembro, foi feito o Relatório de Helsínquia, relatório este da Comissão Europeia para o Conselho Europeu. Com este Relatório houve a pretensão de salvaguardar as estruturas desportivas da época, bem como manter a função social do desporto no quadro comunitário. Neste último objetivo estava implícito o combate à desigualdade de género. Entre os dias 7 e 9 de dezembro de 2000, o Conselho Europeu reuniu em Nice lançando as Conclusões desse mesmo Conselho, sendo que foi redigida uma Declaração sobre as características específicas do desporto e as suas funções sociais na Europa. Entre outros assuntos, esta Declaração relembra a importância da igualdade de género no desporto. No ano seguinte, em 2001, foi feita uma revisão à Carta Europeia do Desporto, na qual foi introduzida a problemática da proteção do desporto e das/dos desportistas contra o assédio e abuso sexual, ou seja, mais um passo em direção à igualdade de género. Dois anos mais tarde, no dia 5 de junho de 2003, o Parlamento Europeu reuniu tendo lançado a Resolução sobre as Mulheres e o Desporto na qual, entre outras conclusões, ficou explícita a vontade de desenvolver uma estrutura para abordar as questões das mulheres e o desporto, garantir a igualdade de género no desporto de alto rendimento, proteger a saúde das atletas e aumentar a participação das mulheres nos cargos de decisão. Neste mesmo ano, a 25 de novembro, em Portugal é lançado o II Plano Nacional para a Igualdade que sugere, pela primeira vez, a integração da dimensão de género nas políticas e práticas desportivas.

Em Portugal, em 2007, foi aprovada a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007). Entre outros aspetos fundamentais que garantiram um ponto de viragem

no que ao desporto português diz respeito, este texto legislativo definiu uma série de princípios a cumprir, incluindo o Princípio da Universalidade e Igualdade (onde refere a igualdade de género). A vinte e dois de junho deste mesmo ano foi lançado o III Plano para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010), em Portugal. Um dos vários objetivos desse plano era a integração da perspetiva de género num dos domínios prioritários de política: a atividade física e desporto. Nesse mesmo ano foi também publicado o Livro Branco do Desporto. As ações presentes no Livro Branco, em conjunto, formam o Plano de Ação *Pierre de Coubertin* que se tornou essencial para a Comissão Europeia gerir todo o setor do desporto. O Livro Branco, no seu ponto 2.5. reforça a importância da igualdade de género no desporto.

Em 2009, entrou em vigor o Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia. O artigo 165.º deste Tratado veio confirmar o desporto como competência da União Europeia. A partir daqui, foi possível apoiar financeiramente, através de um orçamento, os programas desportivos. Para além disso, o desporto começou também a ser promovido noutras áreas políticas da União Europeia, como a saúde e a educação, e os ministros europeus do desporto começaram a reunir regularmente para discutirem estas questões.

A 30/7 de 2010, em Portugal, é lançada a Resolução da Assembleia da República n.º 80/2010 que recomenda ao governo a tomada de medidas de combate às discriminações entre mulheres e homens nas competições desportivas. No dia 18 de novembro desse mesmo ano, foram lançadas as Conclusões do Conselho Europeu sobre o papel do desporto como fonte e motor de uma inclusão social ativa. O ponto 4.4.1.4, incentiva “a igualdade entre homens e mulheres no desporto, especialmente no que se refere ao acesso ao

desporto e à representação nos órgãos de decisão, e incluindo medidas ativas contra os estereótipos sexistas”.

A 18/1 de 2011, em Portugal, é lançado o IV Plano Nacional para a Igualdade: Género, Cidadania e Não Discriminação (2011 – 2013). O Plano previu a adoção de várias medidas em torno de diversas áreas estratégicas, uma delas o desporto. As medidas com relação a esta área estratégica tinham como objetivo promover uma participação equilibrada entre homens e mulheres no desporto, bem como criar igualdade entre os géneros na distribuição dos prémios desportivos. No mesmo dia deste ano foi lançada uma Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de forma a desenvolver a dimensão europeia do desporto, onde refere a sua função social com enorme importância. Ainda neste mesmo ano, e no seguimento desta Comunicação, foi publicado o Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto 2011 – 2014 que abordou as várias funções do desporto, incluindo a função social onde está intrínseca a igualdade de género.

No dia 2 de fevereiro de 2012, o Parlamento Europeu lançou uma nova Resolução sobre a Dimensão Europeia do Desporto, na qual refere a pouca participação desportiva das mulheres, o pouco valor dado às mulheres atletas e a sub-representação das mulheres nos cargos de decisão no desporto.

Em 2013, em Portugal, é lançado o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação (2014 – 2017) que volta a abordar várias áreas estratégicas, uma delas o desporto. A medida aplicada neste plano com relação ao desporto baseia-se na promoção de ações de sensibilização para a igualdade de género e não discriminação.

Em 2014, pela primeira vez, o financiamento ao programa Erasmus+ 2014 – 2020 inclui a vertente desporto. Neste mesmo ano, o Conselho Europeu reúne e lança, pela primeira vez, Conclusões sobre a Igualdade de Género no Desporto nas quais define o ponto de situação na europa e convida os Estados-Membros, as organizações desportivas e os *stakeholders* a agirem. No decorrer deste ano, o Conselho Europeu promove o Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto 2014 – 2017 no qual garante a prioridade em alguns temas atuais, inclusive a igualdade de género no desporto. Por fim, e como o ano de 2014 foi recheado em declarações e documentos sobre o tema, em Helsínquia, surgiu a Declaração das Mulheres e do Desporto onde, resumidamente, foram feitas algumas alterações à primeira Declaração das Mulheres e do Desporto de Brighton, 1994. Estas alterações são especialmente a forma como a atividade física passa a ser vista como uma extensão essencial ao desporto organizado, especialmente para as mulheres.

Em 2018, é lançada, em Portugal, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018 – 2030, na qual, entre os vários objetivos estratégicos e específicos, um destes reporta a promoção da desconstrução de estereótipos no desporto.

5. Medidas orientadas para a Igualdade de Género.

A par da educação, que assume um papel fundamental na construção da sociedade e na remoção dos obstáculos e estereótipos que atrasam a igualdade de género, a política parece ser outra atividade essencial à igualdade de género (Jacinto et al., 2015; EIGE, 2017). Estes/as autores/as defendem a utilização de quotas de género no desporto, tanto a nível de número de atletas, como treinadores/as, juízes/árbitros/as, dirigentes, presidentes, entre outros. Como já reportado neste documento, o limiar mínimo para se considerar existir igualdade de género é 40% de participação de um dos sexos. O *International Olympic Committee* (IOC, 2018), bem como o *Council of Europe* (2019) defendem que parte das ferramentas utilizadas para aumentar o número de mulheres nos cargos de gestão e treino no desporto estão relacionadas com o procedimento de eleição ou nomeação que deve ser transparente e favorável ao género. Uma das ferramentas que o Council of Europe (2019) aconselha a utilizar é a ação positiva (ou medidas de discriminação positiva, embora este termo seja preterido pelo EIGE). As medidas de ação positiva são medidas adotadas para acelerar a melhoria da posição do género sub-representado (ou de grupos desfavorecidos) para alcançar a igualdade e para corrigir formas e efeitos de discriminação passados e atuais (Council of Europe, 2019). Um exemplo de medidas de ação positiva é precisamente a adoção de um sistema de cotas (a obrigatoriedade de existir um limiar mínimo de mulheres numa organização desportiva). Quanto ao número de atletas, a ferramenta mais eficaz para aumentar a adesão das mulheres aos espaços desportivos é permitir o acesso igualitário às instalações desportivas para ambos os géneros, bem como erradicar a violência de género nos espaços desportivos (Council of Europe, 2019).

Em 2014, a Comissão Europeia lança algumas diretrizes no sentido de dar ferramentas às instituições, clubes e associações desportivas para alcançar a igualdade de género: a consciencialização e disseminação, redes e parcerias, pesquisa, monitorização e avaliação, integração da perspetiva de género e suporte financeiro são as ferramentas que a Comissão Europeia (2014) considera mais importantes na procura da igualdade de género no desporto. EIGE (2017) afirma que a dimensão género deve ser integrada em todas as fases do ciclo político, tal como a Comissão Europeia (2014) defende: todas as políticas sobre desporto devem incluir uma perspetiva de género. Urge definir, planear, atuar e verificar as políticas integrando a perspetiva de género. Definir utilizando estatísticas de género, análise, avaliando o impacto de género e consultando *stakeholders* na área do género. Planear tendo em conta o orçamento de género, os requisitos de género na contratação, assim como os indicadores de género. Atuar treinando para a igualdade de género, consciencializando e fazendo uma transformação institucional sensível ao género. Verificar monitorizando e avaliando tendo em conta o género (EIGE, 2017).

Entende-se, assim, que a política e a educação devem estar de mãos dadas no que à igualdade de género diz respeito. Os clubes, associações e instituições desportivas devem ter em conta a integração da perspetiva de género, fazendo um planeamento para a igualdade de género no qual alocam fundos e recursos humanos para trabalharem a igualdade de género. Deve haver consciencialização da problemática, deve ser feita uma pesquisa fundamentada, implementar medidas adequadas e avaliar o impacto das mesmas. Devem também haver redes e parcerias com *stakeholders* especializados nas questões de género para que ambas as partes saiam beneficiadas e que haja uma especialização nas questões de género, resultando, por fim, na igualdade de género em pleno no desporto.

6. Futuro da Igualdade de Género no Desporto

Ao longo dos anos vários têm sido os autores a refletir sobre este tema e, embora as opiniões sobre o processo em si possam divergir, genericamente estes autores concordam num ponto: o futuro deve reservar espaço para as mulheres no desporto. Pfister (2010) acredita que as mulheres são, por natureza, mais cooperativas, empáticas e menos agressivas que os homens e que, devido a uma série de características que lhes são peculiares, as mulheres são capazes de trazer mudanças e dar um novo ímpeto ao trabalho dos órgãos políticos e desportivos. Hall e Oglesby (2016) afirmam que tem havido progresso nesta área, mas que as mulheres ainda têm um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade. Talvez este caminho possa passar pela integração de género, tal como se tem vindo a observar noutros setores da sociedade, nomeadamente na política e na indústria. O *mainstreaming* de género é uma abordagem que tem sido incentivada sobretudo na União Europeia e que tem aumentado a presença das mulheres nos cargos de gestão (Pfister, 2010). Cimbrini, Salvador, Fernandes, Göksu e Smith (2019) confirma que o caminho da lei portuguesa relativamente ao equilíbrio de género tem sido lento e que este é um fator que demonstra que a discriminação de género precisa de uma resposta mais convicta tanto do governo como da própria sociedade.

Hall e Oglesby (2016) sugerem que os/as feministas devem trabalhar diretamente com treinadores/as, administradores/as desportivos/as, entre outros agentes do desporto, para que se criem experiências positivas no sentido de uma maior inclusão. Cimbrini et al. (2019, p.61) acredita que se deve repensar a legislação, bem como “criar condições profissionais e organizacionais que favoreçam a consciencialização de género” para poderem romper com

as relações sociais de poder. Pfister (2010) considera que o caminho se faz em direção ao declínio do mito do “sexo forte” e do “sexo fraco” no desporto, conjeturando sobre o facto de o desporto no passado ter pertencido aos homens, acreditando que no futuro irá pertencer a todos os seres humanos. Hall e Oglesby (2016), na mesma perspetiva, admitem que as mulheres já fizeram a sua entrada no desporto e que chegará o dia em que não haverá barreiras à sua plena participação.

III Parte – Estudo Empírico em Portugal

1. Problemática e Objetivos do Estudo

A igualdade de género no desporto é uma realidade que está longe de ser alcançada. Ao longo dos últimos anos tem sido possível alterar de forma positiva, embora muito lenta, estas desigualdades. São imensos os obstáculos e as resistências que tornam esta problemática real em todo o mundo, na União Europeia e, claro, Portugal não é exceção.

Portugal é dos países na União Europeia com pior índice no que concerne à prática desportiva. Quando analisados os dados segregados por sexo, facilmente se entendem as diferenças entre homens e mulheres. Em Portugal, como aliás em toda a União Europeia, os homens praticam mais desporto, estão mais presentes nos cargos de tomada de decisão, bem como na arbitragem, no treino desportivo e na comunicação social desportiva. Os homens dominam o setor desportivo em Portugal e na União Europeia. Urge entender esta problemática que tem vindo a atrasar a evolução do desporto, bem como da mulher desportista, do homem desportista e do ser humano no seu todo, das sociedades, das indústrias, o que, em última instância, atrasa o desenvolvimento do mundo. As desigualdades importam, pois são injustas e só existem para beneficiar o privilégio.

Os objetivos gerais deste estudo são:

- Efetuar um diagnóstico da situação atual da (des)igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia;

- Analisar a opinião de especialistas portugueses/as na área acerca destas políticas públicas de promoção da igualdade de género, bem como das medidas/ações que propõem;
- Antecipar “futuros possíveis” para a igualdade de género no desporto em Portugal no horizonte de 2030, segundo especialistas.

2. Metodologia

O estudo empírico teve por base a análise da opinião de especialistas de diversas áreas profissionais. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram estudadas através de uma análise de conteúdo cuidada.

a) Natureza do Estudo

O estudo empírico tem uma natureza essencialmente interpretativa com procedimentos metodológicos de orientação qualitativa: tanto na definição do tema, como na conceptualização e na definição da recolha dos dados (Dalfovo et al., 2008). O facto de se basear numa pesquisa bibliográfica relevante e, posteriormente, a recolha dos dados ter sido feita através de uma ferramenta qualitativa (as entrevistas) demonstra que o estudo se baseou num processo reflexivo e crítico sobre o tema da igualdade de género e políticas públicas no desporto.

O conhecimento empírico é suportado pela realização de entrevistas semiestruturadas: utilizando um guião e permitindo algumas interpelações no desenrolar da entrevista que, de acordo com (Neves & Domingues, 2007, p.62) “possibilita a recolha de informações objetivas (...)” e é mais flexível tendo em conta a abertura para fazer algumas intervenções que considerássemos importantes no decorrer das mesmas.

b) Participantes

A amostra, por conveniência, é constituída por seis especialistas (1 homem e 5 mulheres) na área do desporto, jornalismo desportivo, gestão desportiva e política, ou seja:

- Técnica Superior Local para a Cidadania e a Igualdade de Género;
- Presidente da Comissão Mulheres e Desporto do Comité Olímpico Internacional;
- Diretora Executiva para o futebol feminino na Federação Portuguesa de Futebol;
- Técnico Superior de Desporto e Treinador de Futsal;
- Jornalista Desportiva na Sport TV;
- Técnica Superior no IPDJ, IP..

Sendo esta uma área multidisciplinar e transversal considerámos importante ouvir uma diversidade de autores/as nos diferentes níveis de decisão e em várias áreas profissionais e estes foram os critérios utilizados na escolha dos/as participantes.

c) Recolha e Análise de Dados: Instrumentos e Procedimentos

O instrumento utilizado para a recolha dos dados necessários foi a entrevista semiestruturada. A entrevista foi elaborada tendo em conta os principais objetivos do estudo e dividida em três partes. Após a sua elaboração, foi enviada para validação por parte de uma especialista académica que deu os contributos necessários para a sua finalização.

Após ter sido validada, a entrevista foi marcada diretamente e via *e-mail* com as/os destinatárias/os. Agendado um dia e uma hora, foi realizada a entrevista presencialmente e gravada utilizando o gravador de um telemóvel. Foi também solicitado às/aos entrevistadas/os o preenchimento e assinatura da declaração de consentimento informado.

A entrevista inicia-se com uma breve descrição do estudo em causa explicando os objetivos do mesmo, bem como a divisão do guião:

1. Apresentação do estudo e caracterização dos/as entrevistados/as;
2. Avaliação da situação das políticas públicas de igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia;
3. Prospetiva das políticas públicas de igualdade de género no horizonte de 2030 em Portugal.

A primeira parte da entrevista teve como objetivos apresentar a pesquisa que está a ser realizada, informar acerca dos procedimentos éticos e formais, bem como caracterizar o/a entrevistado/a em relação aos aspetos relevantes para o estudo – foram realizadas 3 questões.

A segunda parte da entrevista tem como objetivos principais compreender a situação atual em Portugal e na União Europeia, compreender o ponto de vista dos/as entrevistados/as relativamente às políticas públicas que têm sido implementadas sobre o tema, avaliar a eficácia das políticas públicas tendo em conta a opinião dos/as entrevistados/as e compreender o papel dos atores (clubes, associações, etc) na igualdade de género no desporto. Foram realizadas 9 questões.

A terceira e última parte da entrevista tem como objetivos prospetivar o futuro da igualdade de género em Portugal no horizonte de 2030 e finalizar a mesma agradecendo a participação.

Após a realização das entrevistas, foi feita a sua transcrição e enviada para cada entrevistada/o. As/os mesmas/os validaram a transcrição, de forma a que toda a informação nela contida pudesse ser utilizada neste estudo. Por fim, foi feita uma análise de conteúdo que nos conduziu aos resultados.

A análise de conteúdo é, segundo Lima (2013, p.7), “uma técnica que permite a classificação de material, reduzindo-o a uma dimensão mais manejável e interpretável (...)”. Inicialmente, identificámos os dados que considerámos pertinentes (frases, palavras ou expressões) para a análise, eliminando os dados que não tinham relação com os objetivos da entrevista, criando assim as unidades de registo. De seguida, procedemos à categorização das mesmas, criando um sistema de categorização com as respetivas categorias e subcategorias. Conforme indica Esteves (2006, p.109) a categorização é “a operação através da qual os dados (...) são classificados e reduzidos (...)”. As categorias foram criadas através de um procedimento aberto, ou seja, surgiram através do próprio material, tratando-se de “um processo essencialmente indutivo: caminha-se dos dados empíricos para a formulação de uma classificação que se lhes adegue.” (Esteves, 2006, p.110). Esta é, por isso, uma análise de conteúdo indutiva de categorização automática. A partir daqui agrupámos as unidades de registo em categorias e subcategorias próprias e identificadas. Por fim, e já tendo revisto todo o sistema de categorização, foi possível retirar vários indicadores a partir das unidades de registo associadas a cada categoria. Contabilizámos a frequência de unidades de registo para cada categoria e subcategoria e obtivemos os resultados que se seguem.

3. Apresentação e Discussão dos Resultados

Da análise de conteúdo das entrevistas resultou a seguinte grelha de categorias e sub-categorias:

Tabela 4: Análise de conteúdo - categorização.

Categorias	Sub-categorias
1. Políticas públicas para a IG no desporto	1.1 Mudanças
	1.2. Acontecimentos
	1.3. Políticas públicas e IG no desporto
	1.4. Situação Atual
	1.5. Obstáculos
	1.6. Políticas públicas não concretizadas
2. Papel dos atores desportivos	2.1. Relevância dos clubes, instituições e associações desportivas
	2.2. Atores mais relevantes
3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030	3.1. Medidas e ações políticas
	3.2. Situação da IG no desporto em 2030

1. Políticas públicas para a IG no desporto

O primeiro tópico do sistema de categorias refere-se às políticas públicas para a igualdade de género (IG) no desporto em Portugal e na União Europeia. Pretende-se fazer um ponto de situação sobre estas políticas públicas, percebendo as mudanças e acontecimentos mais importantes, os obstáculos que existem, bem como quaisquer medidas e/ou políticas públicas que não tenham sido colocadas em prática.

1.1. Mudanças

No ponto 1.1. é relativo às mudanças nos últimos anos relativamente à igualdade de género no desporto no ponto de vista das/os entrevistadas/os.

1.2. Acontecimentos

O ponto 1.2. relata os acontecimentos cruciais, na ótica da/o entrevistada/o, que estiveram na origem de alguma alteração no paradigma da igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia.

1.3. Políticas públicas e igualdade de género no desporto

O ponto 1.3. diz respeito às políticas públicas existentes cuja finalidade é promover a igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia, de acordo com a opinião das/os entrevistadas/os.

1.4. Situação Atual

No ponto 1.4. as/os entrevistadas/os fazem uma análise da situação atual da igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia.

1.5. Obstáculos

No ponto 1.5. faz-se um levantamento da opinião das/os entrevistadas/os sobre os fatores que impedem/obstaculizam a igualdade de género no desporto.

1.6. Políticas públicas não concretizadas

O ponto 1.6. diz respeito às afirmações sobre as políticas públicas para a IG das/dos entrevistadas/os, sobre as que não foram colocadas em práticas e que poderiam ser importantes para uma maior promoção da igualdade de género em Portugal e na União Europeia.

2. Papel dos atores desportivos

O segundo tópico do sistema de categorias tem como objetivo compreender, na ótica das/os entrevistadas/os o papel dos diversos atores na igualdade de género no desporto, sejam eles clubes, instituições, associações, federações, escola, governo, entre outros.

2.1. Relevância dos clubes, instituições e associações desportivas

O ponto 2.1. refere-se ao ponto de vista das/os entrevistadas/os sobre a importância dos clubes, instituições e/ou associações desportivas na promoção da igualdade de género no desporto.

2.2. Atores mais relevantes

O ponto 2.2. debruça-se sobre a opinião das/os entrevistadas/os sobre os atores/entidades que devem ter um papel mais relevante na promoção da igualdade de género no desporto.

3. Políticas públicas de IG no desporto no horizonte de 2030

O terceiro e último tópico do sistema de categorias tem como finalidade prospetivar o futuro da igualdade de género no desporto em Portugal, no horizonte de 2030, do ponto de vista das/os entrevistadas/os.

3.1. Medidas e ações políticas

O ponto 3.1. diz respeito às opiniões das/os entrevistadas/os sobre possíveis medidas ou ações e políticas que possam melhorar a igualdade de género no desporto em Portugal, ou seja, medidas que as/os entrevistadas/os implementassem tendo em conta a sua experiência e caso pudessem decidir politicamente no país.

3.2. Situação da IG no desporto em 2030

No ponto 3.2. é recolhida a opinião das/os entrevistas/os sobre como será a situação da igualdade de género em Portugal em 2030.

Tabela 5: 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.1. Mudanças.

	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
1. Políticas públicas para a IG no desporto	1.1. Mudanças	1.1.1. Mudanças Ligeiras/Insuficientes	8
		1.1.2. Mudanças Significativas	11

A primeira categoria da análise está relacionada com as políticas públicas para a igualdade de género no desporto. A análise das entrevistas levou-nos a identificar seis subcategorias que consideramos importantes. A este respeito interrogámos as/os entrevistadas/os sobre se, na sua opinião, têm existido mudanças no que à igualdade de género no desporto, em Portugal e na União Europeia, dizem respeito.

Após a análise das entrevistas, encontrámos dois indicadores relevantes na opinião das/os entrevistadas/os. O primeiro indicador informa-nos que, de facto, existem mudanças ligeiras (ou até insuficientes), como refere E5: “(...) ainda não é o suficiente para que haja uma igualdade de género (...)”. As/os entrevistadas/os referem que existe agora uma consciencialização para a problemática e que “há uma sensibilização das pessoas (...)” [E1],

mas efetivamente essas mudanças ainda não são as necessárias. Por outro lado, as/os entrevistadas/os também fazem referência à existência de mudanças significativas (apontadas aliás com maior frequência, como se pode analisar pela tabela acima), em linha com EIGE (2017) quando assinala a ocorrência de mudanças significativas que têm existido nos últimos 20 anos e que têm estreitado as diferenças entre os géneros. A/o entrevistada/o E3 indica que “(...) já [viu] uma evolução enorme.”. Estas mudanças significativas estão espelhadas, para as/os entrevistadas/os, em algumas conquistas como indica E6: “Por essa altura [refere-se à altura em que fazia parte da equipa interministerial para a igualdade] uma das coisas que consegui introduzir foi conseguirmos ter dados desagregados por sexo (...)”. E4 acrescenta que “(...) o número de praticantes femininos tem vindo a aumentar (...) praticamente em todas as modalidades.” e que na Europa “(...) acredito que esse número também tenha aumentado.”

Todas/os as/os entrevistadas/os concordam que existem realmente mudanças e de acordo com a esta análise conclui-se que a maior parte das mudanças que têm existido são significativas, sendo este um tema atual na medida em que têm surgido, “propostas, alertas, apoiando vários projetos deste movimento (...)” [E3] e que está “(...) na agenda, particularmente na União Europeia, mais até no Conselho da Europa.” [E6].

Tabela 6: 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.2. Acontecimentos.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
1. Políticas públicas para a IG no desporto	1.2. Acontecimentos	1.2.1. Legislação e programas de incentivos	11
		1.2.2. Resultados desportivos	4
		1.2.3. Fóruns de discussão	2

Relativamente às políticas públicas para a igualdade de género no desporto, quando interrogámos as/os entrevistadas/os acerca de acontecimento(s) crucial(ais) para uma mudança no paradigma no que diz respeito à igualdade de género em Portugal e na União Europeia, identificámos três indicadores que respondem à questão: legislação e programas de incentivos, resultados desportivos e fóruns de discussão.

O indicador “legislação e programas de incentivos” foi o que obteve mais consenso por parte das/os entrevistadas/os, tendo sido referido mais vezes. E1 indica que “Um acontecimento que (...) foi marcante (...) foi a lei da paridade (...)”, sendo que E3 regista também este acontecimento - “(...) na política, a questão de se abrirem portas ao papel social da mulher foi um passo decisivo.”. Para além da questão da Lei da Paridade que é referida algumas vezes, E2 refere também os contratos-programa desportivos como um acontecimento importante que promove a “(...) participação equilibrada e não discriminatória de mulheres e homens no desporto (...)”. Ainda é referida a importância do direito a estudar - “A questão do direito a estudar (...) foi uma mais-valia para abrir portas (...)” [E3], num regresso ao pós-25 de Abril quando às mulheres foi permitido estudarem “livremente” o que lhes facilitou a entrada no mercado de trabalho em áreas antes reservadas aos homens. E6 refere ainda que o acontecimento mais marcante foi a estratégia

de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, pois as pessoas estão motivadas “(...) e temos ou vamos ter [financiamento], porque é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável na estratégia das Nações Unidas (...)”.

Os resultados desportivos também foram um indicador dos acontecimentos que marcaram a mudança, embora menos referido nas entrevistas. E4 indicou que “(...) a qualificação para o Europeu de futebol feminino (...) foi muito importante.”, enquanto E5 fez referência a “(...) atletas/equipas portuguesas ou atletas/equipas europeias [que] começaram a conseguir ganhar alguns títulos a nível nacional/europeu, [e, por sua vez] começaram a ganhar maior visibilidade (...)”. Os resultados desportivos aparecem como um fator importante que funciona como uma alavanca – a montante desses resultados foram feitos investimentos, ou dada visibilidade, ou até criadas condições para as mulheres se insurgirem no desporto.

Por fim, os fóruns de discussão que, comparativamente aos outros indicadores, foram menos referidos, também aparecem como um acontecimento que ajuda à mudança. E6 refere a importância do fórum recentemente organizado pelo IPDJ, I.P. – *All In: Rumo à igualdade de género no desporto* - como o momento que vai alavancar a mudança e fazer frente à inércia do nosso governo e dos dirigentes desportivos. E5, por outro lado, refere a importância de “(...) alguns congressos que abordam muito essa questão (...)” e que têm sido momentos de partilha e aprendizagem para efetivar a mudança.

Tabela 7: 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.3. Políticas públicas e IG no desporto.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
1. Políticas públicas para a IG no desporto	1.3. Políticas públicas e IG no desporto	1.3.1. Legislação insuficiente	4
		1.3.2. Políticas europeias	6
		1.3.3. Políticas nacionais	4

Questionámos as/os entrevistadas/os sobre se se recordam de alguma política pública cujo objetivo seja promover a igualdade de género no desporto e, em caso positivo, qual ou quais as políticas que consideram mais relevantes e apurámos três indicadores distintos.

As/os entrevistadas/os referiram mais vezes as políticas europeias como as políticas mais relevantes na promoção da igualdade de género. E3 refere a importância da “(...) União Europeia ter subsidiado vários projetos a estimular essa questão da igualdade de género (...)” e E6 indica que na europa “(...) estas ações estratégicas (...) foram definidas com objetivos concretos(...)”, As/os entrevistadas/os ainda referem a importância de políticas internacionais de organismos como o COI e a FIFA: “(...) temos paralelamente toda esta hierarquia de poder própria do desporto, ou seja, como o desporto se organiza, que também introduziu estas políticas e tem vindo a trazer alguns benefícios [as políticas internas das próprias federações internacionais ou comissões, como é o caso da FIFA ou do COI]. Mas isto difere de desporto para desporto (...)” [E6].

Foram também feitas referências às políticas nacionais, embora com menos frequência. E2 escolhe as políticas públicas de igualdade de género no desporto e indica que estas, em Portugal, “(...) têm tido o seu epicentro não na área da governação desportiva, mas sob a tutela da área da igualdade através dos chamados Planos Nacionais para a Igualdade

(...)”. E3 também considera relevante o programa de “(...) ERASMUS apoiado pela Confederação do Desporto (CDP) onde havia muitos projetos para as questões da igualdade de género e também a nível do COP.”

Por fim, também foram feitas referências a uma legislação insuficiente na promoção da igualdade de género. E1 confirma que “existem muitas recomendações (...) vários textos, estudos, congressos (...)” mas que não detetou “(...) nenhuma regra importante para o desporto”, e E6 reforça indicando que não existe “(...) uma visão estratégica que se possa chamar uma política concebida e estrategicamente planeada. Isso não me recorde de termos, em Portugal.” Esta tem sido uma questão abordada já há vários anos, como Carvalho e Cruz (2007) que fizeram referência à falta de medidas e políticas concretas especialmente nas áreas do treino, arbitragem e liderança.

Tabela 8: 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.4. Situação Atual.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
1. Políticas públicas para a IG no desporto	1.4. Situação Atual	1.4.1. Persistência da desigualdade	16
		1.4.2. Disparidade entre os países da União Europeia	5
		1.4.3. Portugal no fundo da tabela europeia	7
		1.4.4. Sinais de melhoria	12

Quisemos neste ponto perceber a situação atual da igualdade de género no desporto, tanto em Portugal como na União Europeia. Foram identificados, pelas/os entrevistadas/os, 4 indicadores que nos explicam a situação atual: por um lado, a persistência da desigualdade (o indicador mais referido ao longo da análise), por outro a disparidade entre os países da União Europeia, o facto de Portugal continuar no fundo da tabela europeia e, por fim, a

situação atual que apresenta sinais de melhoria (o 2º indicador mais referido nas entrevistas).

A desigualdade persiste - é consensual entre as/os entrevistadas/os. E1 indica que “De uma maneira geral a nível europeu os países continuam todos a ter uma menor percentagem de mulheres do que de homens (...)” e E4 justifica com o facto de existir ainda o estereótipo. (...)”. Houve efetivamente algum progresso, mas ainda está longe de ser suficiente para podermos alcançar a igualdade de género no desporto, conforme indica E5 - “Já foi feita alguma coisa, mas ainda estamos longe de chegar ao que é ideal para o desporto não só em Portugal como na União Europeia.”. Vai continuar a ser “(...) uma luta diária, como outras lutas como a da violência contra a mulher.” [E3].

Quanto à disparidade entre os países da União Europeia, E1 refere que “Os países nórdicos da Europa como a Finlândia, a Suécia, a Islândia, atingiram valores muito bons da igualdade de género (...)”, verificando-se assim as imensas “(...) diferenças entre os países da União Europeia (...)” [E3]. O Instituto Europeu para a Igualdade de Género indica que a Suécia é realmente o único país na União Europeia onde existe igualdade de género nos cargos de liderança no desporto, sendo que 43% das pessoas a ocupar estes cargos são mulheres. Nesta linha de pensamento, E5 faz referência a algumas políticas adotadas em países nórdicos que conseguem “(...) “dar conta” de um maior equilíbrio entre ordenados masculinos e femininos.”

A realidade da situação atual para as/os entrevistadas/os coloca Portugal no fundo da tabela europeia: “(...) Portugal é um dos países que tem maior diferença [de igualdade] de género no desporto (...)” [E1]. Desde a falta de jogadoras profissionais no futebol, às áreas do treino e liderança que estão muito aquém daquilo que seria suposto, as/os

entrevistadas/os convergem nas opiniões - “Em Portugal no futebol feminino não temos quase jogadoras profissionais (...)” [E5]; “(...) nós em termos de treinadores e liderança estamos muito mal na fotografia [europeia, ou seja, estamos mal na média europeia] (...)” [E6].

Apesar da situação atual não ser a ideal, existem alguns sinais de melhoria conforme nos indica a análise: “Está muito melhor (...)” [E4]. Segundo as/os entrevistadas/os, estamos a percorrer o caminho certo, desde a desmistificação de alguns estereótipos para os pais - “(...) eles [os pais] já estão mais educados.” [E4], a comunicação social que começa a ter algum cuidado na visibilidade que dá ao desporto feminino - “Em termos de comunicação social está melhor (...)” [E4] e a própria agência da mulher que começa agora a acreditar mais no seu potencial e a sentir-se mais capacitada para estar presente num mundo estereotipadamente masculino - “(...) as mulheres têm saído da sua bolha no sentido de aceitarem tudo o que acontecia. Agora já não. As mulheres começam a perceber que têm condições para mais (...)” [E5].

Tabela 9: 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.5. Obstáculos.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
1. Políticas públicas para a IG no desporto	1.5. Obstáculos	1.5.1. Estereótipos de género/Sexismo	39
		1.5.2. Desigualdade nos incentivos	7
		1.5.3. Acesso desigual aos cargos de decisão/liderança	6
		1.5.4. Acesso às instalações desportivas	5
		1.5.5. Falta de visibilidade/notoriedade	5

Ainda no seguimento das políticas públicas para a igualdade de género no desporto, questionámos sobre os principais fatores que impedem/obstaculizam a igualdade de género no desporto e constatámos 5 indicadores, entre os quais um deles obteve bastante consenso com variadíssimas referências, e os restantes com menor frequência, mas também com alguma importância para as/os entrevistadas/os.

O sexismo e os estereótipos de género que o configuram aparece como o maior obstáculo, sendo o indicador mais vezes referenciado. Tal como se verifica na literatura, o sexismo engloba um conjunto de situações potenciadoras da desigualdade de género no desporto, tais como as barreiras sociais e culturais. E1 fala deste obstáculo na forma de “(...) estereótipo de género, a forma como nós somos ensinados, como encaramos a sociedade, o que esperamos dos outros e do seu comportamento (...)”, acrescentando que são estes mesmos estereótipos que “(...) condicionam a nossa maneira de agir, a nossa maneira de ver o mundo (...) a nossa maneira de atuar.” Além dos estereótipos de género, E2 refere os “(...) preconceitos e as resistências, as várias, múltiplas resistências à área da igualdade de género que ainda causam algum ruído (...)”, e ainda “(...) a nossa cultura.” [E3]. E4 afirma sentir

machismo nas direções, no sentido em que “(...) os homens às vezes têm medo de dar essa visibilidade às mulheres.”. E5 nomeia como obstáculos “(...) a mentalidade e aquilo que é culturalmente aceite pela sociedade.”, e, por outro lado, E6 traz à discussão a reprodução homóloga como um dos grandes entraves. Como verificámos na alínea c) deste trabalho, as barreiras sociais, culturais e religiosas são, efetivamente, grandes obstáculos à igualdade de género no desporto, atuando por meio de atitudes e preconceitos, reforçando uma cultura desportiva dominada por homens e o sexismo subjacente à mesma.

A desigualdade nos incentivos é outro impedimento à participação das mulheres no desporto. Desde o financiamento desigual, às condições estruturais, até ao “(...) valor pecuniário dos prémios que recebem (...)”, as mulheres nunca estão em pé de igualdade com os homens. E4 indica que no geral as equipas femininas sofrem com esta falta de apoio “(...) em termos de patrocínios, *sponsors*, (...)” e que “(...) é muito mais fácil encontrar apoios para uma equipa masculina, (...)”. Lopes et. al (2016) assume que esta posição dos clubes, *stakeholders*, organizações desportivas e todas as restantes organizações que investem (sejam elas o governo, municípios, ou organizações privadas) privilegiam o desporto masculino. E5 reforça que se queremos resultados, é necessário ser feito esse investimento, pois “(...) se não houver investimento, se não houver uma atenção dada a nível financeiro por parte dos clubes (...) Se não houver uma preocupação até com as modalidades femininas os resultados dificilmente vão aparecer.”

Outro indicador referido algumas vezes pelas/os entrevistadas/os é o acesso desigual aos cargos de decisão/liderança. E4 refere que “O recrutamento em termos femininos também pode condicionar [a presença das mulheres no desporto].” O acesso desigual aos cargos de decisão/liderança tem por base uma cultura desportiva dominada por homens

onde o preconceito comanda (Marivoet, 2002). E6 fala ainda da importância da reprodução homóloga como fator essencial que cria esta desigualdade nos cargos de dirigismo e/ou treino desportivo, informando que se trata de “(...) uma questão muito importante porque quando nós não temos mulheres na liderança das nossas organizações desportivas é um fator que não beneficia.”. A reprodução homóloga acontece quando o processo de recrutamento é enviesado e leva a que quem decide recrute as pessoas mais parecidas com aquelas que já pertencem à sua esfera profissional. No caso do desporto sabe-se que são os homens quem mais ocupa essas posições de liderança e decisão e, por sua vez, acabam por escolher outros homens para ocupar outras posições semelhantes, o que leva à reprodução homóloga. Esta é uma prática nefasta para a igualdade de género criando um obstáculo praticamente invisível e difícil de ultrapassar.

O acesso às instalações desportivas, embora menos frequentemente, é outro dos obstáculos apontados pelas/os entrevistadas/os. E1 vai mais longe e explica como o acesso às instalações desportivas são um obstáculo à participação feminina: “Se for ver a situação em Portugal vai reparar por exemplo que as miúdas têm acesso às instalações depois dos rapazes já não precisarem, portanto às tantas horas da noite.”. A literatura diz-nos que este é um grande obstáculo: Tiifu (2016) aborda esta problemática com a indicação de que horários dos espaços desportivos estão mal distribuídos, sendo que os melhores horários ficam reservados, normalmente, para equipas masculinas. E6 também reporta este obstáculo indicando que “As mulheres só entram no pavilhão para treinar quando os seniores masculinos acabam o seu treino que é a partir das dez da noite.”.

A falta de visibilidade/notoriedade é outro obstáculo algumas vezes referido colocando a ênfase na comunicação social que “(...) não atribuem a mesma importância à

participação dos homens e das mulheres.”, como diz E2. As opiniões convergem na visibilidade que é dada ao desporto masculino em detrimento do desporto feminino e E5 explica a situação informando que “A comunicação social não está preparada para dar atenção a algo que a própria sociedade, e especialmente os organismos desportivos, não estão a dar.”. WSFF (2008) vai de encontro a estas indicações, explicando que se não existe exposição mediática apropriada para as mulheres, também vão existir poucos exemplos no feminino o que, inevitavelmente, se torna numa grande barreira.

Tabela 10: 1. Políticas públicas para a IG no desporto - 1.6. Políticas públicas não concretizadas.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
1. Políticas públicas para a IG no desporto	1.6. Políticas públicas não concretizadas	1.6.1. Sem conhecimento	3
		1.6.2. Plano de Ações Estratégicas	1

Por fim relativamente às políticas públicas para a igualdade de género no desporto, interrogámos as/os entrevistadas/os sobre se tinham conhecimento de algumas políticas públicas para a igualdade de género no desporto que não foram colocadas em prática e que poderiam ser importantes na ótica de uma maior promoção da igualdade de género. Não obtivemos muitas respostas e o indicador com mais frequência foi “sem conhecimento”. Na sua maioria, as/os entrevistados não têm conhecimento de políticas públicas que não foram implementadas, como é o exemplo de E4 - “Sinceramente não tenho conhecimento.” – e E1 - “Políticas que não tinham sido postas em prática não conheço nenhuma.”.

Não obstante, o segundo indicador é sobre o plano de ações estratégicas, conforme indica E6 - “Penso que esse plano de ações estratégicas que foi definido em 2014 pela Comissão Europeia tinha sido um bom instrumento para se ter feito alguma coisa. Mas não

foi feito...” – sobre a proposta para ações estratégicas sobre a igualdade de género no desporto entre 2014 – 2020. Este documento foi bastante importante no sentido em que deu um suporte a todas as entidades desportivas com recomendações de ações para atingirem a igualdade de género, mas, na opinião da/o entrevistada/o, poucas ou nenhuma recomendações foram adotadas.

Tabela 11: 2. Papel dos atores desportivos - 2.1. Relevância dos clubes, instituições e associações desportivas.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
2. Papel dos atores desportivos	2.1. Relevância dos clubes, instituições e associações desportivas	2.1.1. Papel fundamental	10
		2.1.2. Função educativa	4

Sobre o papel dos atores desportivos, questionámos as/os entrevistadas/os acerca da importância destes e identificámos dois indicadores: papel fundamental e função educativa.

Durante a análise percebemos que as opiniões das/os entrevistadas/os convergem num ponto: os clubes, associações e instituições desportivas têm um papel fundamental na promoção da igualdade de género no desporto, sendo, tal como indica E2, “(...) de facto entidades e organizações da maior importância (...)”. A frequência com que pudemos observar esta indicação por parte de todas/os as/os entrevistadas/os é significativa, o que quer dizer que realmente estas entidades devem estar preparadas e munidas de recursos para promover a igualdade de género no desporto. E5 refere que os clubes, associações e instituições desportivas “São a base de funcionamento.” e E6 vai mais longe indicando que como “(...) são eles [clubes] que no fundo organizam o desporto em Portugal.”, então “(...) são fundamentais neste incremento na igualdade de participação entre homens e

mulheres.”. E1 finaliza indicando que “A nossa estrutura desportiva está assente nos clubes, nas federações, e são eles que fazem tudo.” e, portanto, os clubes, associações e instituições desportivas devem estar conscientes deste seu papel tão importante. As indicações que existem por parte do EIGE, da Comissão Europeia e do Conselho Europeu sobre as questões da igualdade de género no desporto mostram-nos o quão importantes são os clubes, instituições e associações desportivas. As políticas lançadas no seio destas organizações não só são dirigidas aos governos, como também aos clubes, associações e instituições desportivas, refletindo a importância destes.

Para além deste indicador foi também referido, embora com menos frequência, a função educativa como sendo bastante relevante no papel dos clubes, associações e instituições desportivas. Certas/os entrevistadas/os indicaram que para além do seu papel fundamental na promoção da igualdade de género no desporto, os clubes devem ter presente esta sua função de auxiliar na educação fora do contexto escolar e familiar. E3 revela que “(...) se uma escola estiver a falhar na educação da criança, o clube tem o dever de dar esta ajuda.”, pois o clube é um espaço importante de crescimento e aprendizagem. E4 afirma que “Se o clube der bons exemplos tenho a certeza que vai ajudar a que esse exemplo seja seguido por muitas pessoas.”, visto que o clube é um espaço que partilha ideais seguidos pela comunidade em que se insere. Neste sentido E3 indica ainda que “(...) os clubes têm que reeducar os pais.”, ou seja, devem ajudar os pais a estarem inseridos no contexto desportivo dos/as filhos/as, aceitando-os/as e apoiando-os/as, independentemente da modalidade, dando-lhes as condições necessárias para se envolverem na prática desportiva, a par dos clubes.

Tabela 12: 2. Papel dos atores desportivos - 2.2. Atores mais relevantes.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
2. Papel dos atores desportivos	2.2. Atores mais relevantes	2.2.1. Agentes desportivos	9
		2.2.2. Estado	7
		2.2.3. Professores/as e setor educativo	5
		2.2.4. Movimento Associativo	2
		2.2.5. Ação concertada entre os vários atores	7

Questionámos às/aos entrevistadas/os quais os atores/entidades que devem, na sua opinião, ter um papel mais relevante na promoção da igualdade de género no desporto e obtivemos alguns indicadores interessantes nesta análise.

Os agentes desportivos foram mais referidos que qualquer outro indicador: desde os clubes, federações, associações desportivas e o próprio Comité Olímpico Português, as/os entrevistadas/os acreditam, na sua maioria, que são estes os atores mais importantes para que consigamos atingir a igualdade de género no desporto. E5 refere que são “(...) os clubes, as associações nas próprias cidades, (...) os mais importantes, fazendo referência também ao COP e à FPF a par de E3 que enaltece a FPF pelo trabalho que tem realizado até aqui. E6 fala ainda na “(...) Confederação de Treinadores (...)” indicando tratar-se de “(...) uma entidade com quem é muito importante trabalhar.”. As/os entrevistadas/os também referiram o papel importante dos treinadores enquanto agentes desportivos que devem ser ativos na promoção da igualdade de género no desporto, bem como a Comissão Mulher e Desporto do COP que está bastante atenta à situação atual.

O Estado também foi várias vezes referido como sendo essencial na promoção da igualdade de género no desporto. E4 refere o Estado, pois “(...) Quem governa o país tem que ter um papel ativo nestas situações”. As/os entrevistadas/os defendem que o governo

deve ter um papel ativo e, sabendo do seu poder, acreditam que o governo deve implementar políticas capazes de incrementar a igualdade de género no desporto, tal como indica E5 - “O governo como regulador de tudo o que se passa no nosso país podia criar políticas que fomentassem esta igualdade (...)”. Dentro deste indicador pudemos observar que para as/os entrevistadas/os o IPDJ representa uma parte muito importante das organizações governamentais com poder para fomentar a igualdade de género no desporto: “(...) algumas entidades e algumas pessoas que fazem um trabalho muito meritório neste plano. Portanto, indico a este propósito o IPDJ (...)” [E2]. É ainda referida a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género que, sendo um organismo nacional integrado na Presidência do Conselho de Ministros, “(...) tem sido fantástico na defesa e na proteção do papel da mulher.” [E2].

Os/as professores/as e o setor educativo também são importantes para as/os entrevistadas/os, pois “A escola é a base de tudo.”. E1 considera ainda que os/as professores/as são os/as principais agentes educativos/as e que eles/as têm que também estar sujeitos a uma mudança de mentalidades.”. E3 refere ainda que os/as professores/as estão à frente do processo educacional das crianças, logo após os pais, e isso coloca-os/as num patamar elevado no que ao fomento da igualdade de género no desporto diz respeito. E6 especifica que o mais importante ainda é “(...) o papel dos professores de educação física.”.

Com menos referências, mas também indicado pelas/os entrevistadas/os é o Movimento Associativo. Surge como um ator significativo no desenvolvimento da igualdade de género no desporto, tendo sido referenciada a Associação Portuguesa Mulheres e Desporto.

Por fim, o último indicador que obtivemos na análise que diz respeito a esta subcategoria é a ação concertada entre os vários atores. Este é também um forte indicador, tendo em conta a frequência com que foi referido. As/os entrevistadas/os acreditam que é o conjunto dos vários organismos que vai fazer a diferença neste processo de promover a igualdade de género no desporto. E4 indica que “(...) as federações, o IPDJ, as associações, os clubes e antes dos clubes ainda os municípios, as autarquias locais têm um papel fundamental (...)” e completa indicando que “É uma cadeia enorme, mas todos têm que ajudar todos.”. É importante, então, que os vários organismos trabalhem em conjunto e implementem boas práticas. E3 acredita que a “Escola-clubes-família é a tríade com papel mais importante nesta questão.” e E5 defende que existe “(...) uma dependência muito grande daquilo que pode ser o papel dos diferentes organismos, desde os maiores aos mais pequenos.”.

Desde os agentes desportivos (indicador com mais concordância entre as/os entrevistadas/os), ao Estado (e seus organismos), o Movimento Associativo, os/as professores/as e setor educativo, culminando na ação concertada entre os vários atores, todos devem assumir a sua responsabilidade na promoção da igualdade de género no desporto, e torna-se indispensável que o façam sob pena de não só não progredirmos como sofreremos um retrocesso.

Tabela 13: 3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030 - 3.1. Medidas e ações políticas.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030	3.1. Medidas e ações políticas	3.1.1. Formação/educação/capacitação	20
		3.1.2. Adoção de um sistema de cotas	11
		3.1.3. Incentivos económicos	11
		3.1.4. Promover a participação das mulheres	5
		3.1.5. Acesso a equipamentos, infraestruturas e recursos	4
		3.1.6. Medidas de não discriminação em função do género	3
		3.1.7. Igualdade contratual e salarial	3
		3.1.8. Mobilização da comunicação social	3
		3.1.9. Combate à violência de género	2

Relativamente às políticas públicas para a igualdade de género no desporto no horizonte de 2030, interrogámos as/os entrevistadas/os sobre quais seriam as medidas/ações políticas que proporiam para promoverem a igualdade de género no desporto, caso pudessem decidir politicamente em Portugal sob a tutela do desporto. Foram várias as medidas propostas que nos levaram a identificar 9 indicadores diferentes.

O indicador formação/educação/capacitação foi claramente o mais mencionado pelas/os entrevistadas/os. E1 indica que “Tem que haver formação e chamar a atenção das pessoas, fazê-las ler, pensar e refletir.” e E2 completa acerca da importância de formar na área da igualdade de género no desporto. E3 sugere que o governo obrigue as escolas a fazer (...) ações (...) deste género para os alunos, ou pedir aos professores que debatam isto nas aulas (...). E5 defende que a educação focada no tema da igualdade de género deve acontecer desde cedo nas crianças “(...) para perceberem que todos podemos fazer tudo, não há espaço para essa diferença.”. E6 reforça a importância de “(...) formar as pessoas que ministram o desporto na escola [pois] deveriam ter o mesmo tipo de formação e de

sensibilização para estas questões que os treinadores.”. É importante que quem está à frente do processo educacional esteja capacitado/a para educar para a igualdade de género, e E6 explica que “A educação física vai para além de ensinar os *skills* das modalidades desportivas, por isso é que se chama educação física, tem outras preocupações. (...)”, portanto uma das medidas válidas na sua opinião será a formação de professores de educação física.

Educar as crianças para a igualdade de género, permitindo-lhes perceber os benefícios desta, bem como capacitar quem está à frente do processo, como os pais, os/as professores/as e formar os agentes desportivos e todos/as os/as que possam interferir no processo, estas são medidas relevantes na promoção da igualdade de género no desporto. EIGE (2017) reforça a necessidade de treinar para a igualdade de género e isto é transversal para todas as áreas da sociedade, incluindo o desporto.

A adoção de um sistema de cotas foi referida com alguma frequência, sendo que as/os entrevistadas/os acreditam que “(...) estas cotas vão impulsionar a entrada das mulheres numa área que depois, naturalmente, vai conseguir manter-se e reproduzir-se porque depois as miúdas têm um “modelo” (...)” [E1]. Jacinto et al. (2015) e EIGE (2017) também defendem a utilização de um sistema de cotas para aumentar o número de mulheres não só na participação, como também nos cargos de liderança. O *Council of Europe* (2019) sugere que se utilizem ferramentas de ação positiva, o que vai de encontro à medida proposta pela/o entrevistada/o E6: “Uma das medidas que eu implementava desde logo é esta medida de ação positiva das cotas. Nós temos fundamento legal para o fazer por via das orientações da Comissão Europeia, por via do Plano Estratégico para a Igualdade de Género a nível nacional.” O sistema de cotas é precisamente uma medida de ação positiva para incrementar a percentagem de mulheres nos vários setores e nos vários postos – desde as

atletas até às dirigentes, não esquecendo também as treinadoras e árbitras. É uma medida defendida pela maioria das/os entrevistadas/os e que deve seriamente ser considerada.

Os incentivos económicos são bastante referidos pelas/os entrevistadas/os. Sabe-se que existe falta de financiamento das organizações desportivas e dos próprios patrocinadores no que ao desporto feminino diz respeito. Tanto os prémios como os apoios financeiros são inferiores para as mulheres (Lopes et al., 2016), o que acaba por ser mais um obstáculo que as mulheres têm que enfrentar. E1 indica que devem ser dados benefícios económicos para criar condições para a prática do desporto pelas raparigas.” E E3 reforça que “(...) têm que haver mais apoios financeiros (...)”. E5 idealiza que “(...) devem ser criadas estruturas que permitam que o próprio desenvolvimento do desporto aconteça de outra forma, por exemplo, a criação de bolsas que deem essa facilidade a homens e a mulheres (...)”, mas, claro, as medidas devem ser “(...) promotoras de uma efetiva igualdade nos prémios desportivos (...)” [E2]. E6 também sugere que haja um programa de financiamento que pudesse de algum modo premiar as organizações que conseguissem ter resultados neste aspeto [na promoção da igualdade de género] (...). Não só é importante tornar os incentivos económicos iguais para homens e mulheres, como apostar em incentivos para os clubes que atinjam essa igualdade.

A promoção da participação das mulheres foi também referida, embora ligeiramente menos. E4 defende a importância da promoção das mulheres num clube, indicando que esta medida ajudará a aumentar o número de praticantes, enquanto E3 revela que a esta medida e o aumento consequente do número de mulheres faz com que estas “(...) sejam um exemplo para outras mulheres poderem um dia alcançar o mesmo (...)”. A Comissão Europeia (2014)

defende também a promoção da participação das mulheres, dando ênfase à importância de todos os organismos desportivos adotarem políticas de género.

As/os entrevistadas/os também propuseram medidas de acesso a equipamentos, infraestruturas e recursos, referindo a importância de dar condições às mulheres para a prática desportiva. Este indicador, embora referido com menos frequência, deve ser considerado no sentido de desenvolver a prática desportiva e promover o acesso a infraestruturas e condições igualitárias para as mulheres. E1 refere que se devem “(...) criar estruturas e incentivos para as miúdas praticarem desporto, meios de transporte para ir buscá-las e levá-las, a existência de mais treinadoras, fazer o dia aberto daquela modalidade para elas (...)” e E5 fala também destas questões ao nível do desporto universitário - “(...) serem criadas estruturas: pavilhões, campos que permitam que na faculdade o desporto seja desenvolvido da melhor forma (...)”, especialmente para as mulheres que, como já pudemos observar, ficam sempre com os piores horários para a prática e com os espaços desportivos com menos condições e mais longe. Para além das infraestruturas, os recursos humanos também são importantes e, claro, todas as condições necessárias inerentes à prática: os transportes, a segurança e o acesso aos espaços, tal como indica Appleby & Foster (2013). Desta forma, o planeamento das medidas de promoção da igualdade de género deve ter em conta todos estes fatores.

As medidas de não discriminação em função do género foram outro indicador referido. E2 refere a sua importância, indicando que proporia “(...) medidas que abarcassem novas questões, como é o caso das pessoas que mudam de sexo e como é que se podem integrar nas competições.” E E5 acha importante impor-se “(...) uma mudança de mentalidade dos homens envolvidos no desporto que as apoiam nessas questões.”. O EIGE

(2017) defende que se deve consciencializar nesta área e, a partir daqui, conseguir-se-á, mais facilmente, atingir essa mudança.

A igualdade contratual e salarial também foi referida, embora em menor escala. E5 refere que devem existir contratos profissionais para as atletas, da mesma forma que existem para os atletas, indicando que é “(...) uma medida que acho que devia ser criada o mais rapidamente possível, pois permitia às próprias mulheres não terem que fazer 18 horas fora de casa por precisarem de treinar, trabalhar, cuidar da família...”. Portanto, a desigualdade salarial e a inexistência de contratos profissionais, afastam as mulheres do meio desportivo, pois não conseguem competir a um nível tão elevado quanto estariam dispostas, nem com o mesmo compromisso que os homens, visto que têm que trabalhar para se sustentarem, relegando o desporto para outro plano menos importante nas suas vidas. E5 propõe o combate à desigualdade salarial e a obrigação de contratos profissionais com vista à plena participação da mulher no desporto de alto rendimento.

Outra medida sugerida está relacionada com a mobilização da comunicação social. Saraiva, Ferreira e Silveirinha (2019) demonstram no seu estudo que, em Portugal, 20,8% das notícias nos jornais desportivos representam mulheres atletas e apenas 14% são exclusivamente sobre as atletas. Estes números retratam um valor muito inferior ao que seria expectável tendo em conta que as mulheres representam cerca de metade da população portuguesa e não uma minoria social. E4 sugere que o desporto feminino tenha “(...) um reconhecimento mais pronunciado (...) [para que] as próximas gerações, as próximas mulheres também [queiram] estar neste fenómeno desportivo (...)”, e E2 também sublinha a importância de medidas capazes de “(...) alterar a atitude dos media (...)”. E5 acredita que as medidas estão um pouco interligadas, no sentido em que a partir do momento em que

“(...) grandes nomes [defendam] estas causas (...)” a “(...) sociedade vai começar a mudar, os próprios meios de comunicação social vão passar a ser um veículo muito mais presente naquela que é a informação (...)”.

O indicador menos referenciado foi o combate à violência de género. Entendemos que, embora não seja muito referido, é um indicador importante e que deve ser tido em conta, especialmente porque a literatura alerta para este obstáculo à participação das mulheres. WSFF (2008) faz referência à desistência da prática ou do meio desportivo por parte das mulheres devido a estas questões da violência de género. Neste sentido, devem ser criadas medidas de “(...) irradicação do assédio moral e sexual e [de combate] (...) [à] cultura do medo.”, conforme indica E2.

Em suma, as medidas apresentadas pelas/os nossas/os entrevistadas/os são:

- Adoção de um sistema de cotas;
- Promover a participação das mulheres;
- Medidas de não discriminação em função do género;
- Formação/educação/capacitação;
- Acesso a equipamentos, infraestruturas e recursos;
- Combate à violência de género;
- Incentivos económicos;
- Igualdade contratual e salarial; e
- Mobilização da comunicação social.

Estas medidas surgem na análise dos obstáculos que cada uma/um das/os entrevistadas/os fez, sugerindo o combate a esses obstáculos através da implementação de medidas eficientes que podem, naturalmente, ser adotadas para a promoção da igualdade de género no desporto.

Tabela 14: 3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030 - 3.2. Situação da IG no horizonte de 2030.

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Frequência (f)
3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030	3.2. Situação da IG no horizonte de 2030	3.2.1. Cenário de otimismo moderado	17
		3.2.2. Cenário otimista	13

Na última questão da nossa entrevista pedimos às/aos entrevistadas/os para fazerem uma prospeção sobre a igualdade de género no desporto em Portugal, em 2030. A análise obteve 2 cenários distintos: um cenário de otimismo moderado e um cenário otimista, tendo o primeiro sido referido com maior frequência.

O primeiro indicador declara um cenário de otimismo moderado. E5 refere claramente que existe “(...) um longo caminho para percorrer porque não estão criados os mecanismos suficientes para que as coisas possam caminhar a passos largos para isso.” E E2 acredita que continuarão “(...) a haver resistências (...)”, sendo que E3 justifica: “(...) os nossos projetos só não evoluem tanto por causa dessa cultura, dessa resistência.”. E4 defende que se devem denunciar as situações que criam obstáculos para o desenvolvimento da igualdade de género no desporto, pois de outra forma “(...) vamos passar mais 10/20 anos sempre atrás (...)”. Hall & Oglesby (2016) concordam que já muito foi feito, mas que há um longo caminho

a percorrer para atingirmos a igualdade de género plena no desporto. É algo que “(...) leva gerações a mudar.” [E3] e “Talvez em 20/30 anos [consigamos atingir a igualdade de género], [pois] são coisas que levam tempo.” [E5]. E6 alerta para o facto de que “Se não [existirem] de facto estas medidas de ação positiva que empurrem um pouco, nós vamos continuar a este ritmo.”, indo de encontro às ideias de Hall & Oglesby (2016) que acreditam que o caminho passa pela integração de género, ou *mainstreaming* de género. E6 relembra ainda que o progresso “Não vai ser em crescendo, pode haver regimes em que de um momento para o outro volta tudo à estaca zero.”.

O último indicador trata de um cenário de otimismo. E1 acredita que “Ao longo dos anos (...) as mulheres [se vão] impor pela sua capacidade de fazer as coisas e pela sua qualidade (...)” e E3 reforça esta ideia de cenário otimista indicando que “Daqui a 10 anos estará muito melhor, tenho a certeza!”. Pfister (2010) defende que o futuro do desporto reserva um espaço mais tolerante, mais igualitário, um espaço tanto para homens como para mulheres. E4 afirma, tal como Pfister (2010), que “O desporto é tão bom, tão salutar, tão ético, tão social que há espaço para os dois géneros.”. E5 mantém-se “otimista”, conforme refere, acrescentando que esta mudança irá ser dada numa “(...) fase de transição geracional.”. E1 está otimista especialmente no que concerne ao setor da liderança/tomada de decisão: “(...) nas dirigentes é onde eu acho que vamos conseguir subir mais um bocadinho. As mulheres começam a pouco e pouco a ter acesso à formação na liderança (...)”. As opiniões refletem um cenário otimista onde se prevê uma melhoria significativa na igualdade de género no desporto em Portugal. No entanto, também existem reservas nas/os nossas/os entrevistadas/os.

A análise diz-nos que as/os entrevistadas/os estão com mais reservas que certezas quanto ao futuro da igualdade de género no desporto em Portugal. Em 2030 talvez não tenhamos ainda atingido o pináculo deste percurso íngreme que se tem vindo a percorrer ao longo dos anos. Também ficou claro que todo e qualquer progresso não é estanque e, por isso, pode e deve sempre ser feito mais para manter o que já foi conquistado até aqui e alcançar novas conquistas. Nada poderá dar certezas sobre como estará a situação da igualdade de género em 2030, mas sabemos que o cenário, no geral, é positivo. As/os entrevistadas/os não sabem se a situação será a ideal, possivelmente não será, mas acreditam que com a manutenção do trabalho e o incremento das medidas, o objetivo da igualdade de género plena em 2030 poderá estar mais perto de ser alcançado.

Conclusões

Ao longo de todo o trabalho de revisão de literatura percebemos a evolução que tem existido nas questões da igualdade de género nas várias áreas da sociedade, incluindo no desporto. Este desenvolvimento tem sido transversal a todos os países da União Europeia e, claro, Portugal não é exceção. A juntar à revisão de literatura que foi feita neste sentido, as opiniões das/os entrevistadas/os vieram consolidar o estudo, reforçando algumas ideias e contribuindo com outras. A maior parte das/os entrevistadas/os referem que as mudanças existentes são significativas, mas também houve quem referisse estas mudanças como ligeiras ou insuficientes. Ainda assim, podemos afirmar que as diferenças com a situação passada são significativas e um bom prenúncio no sentido de uma maior igualdade de género no desporto.

Na verdade, como pudemos verificar através dos dados do Eurobarómetro 472, na Europa, a percentagem de homens que praticam desporto é superior à percentagem de mulheres que praticam desporto, sendo esta a realidade que encontramos também em Portugal, embora com diferenças ainda mais acentuadas. Estas diferenças são também encontradas em termos dos cargos de decisão nas organizações desportivas: o EIGE (2019) indica-nos que na União Europeia a percentagem de mulheres a ocupar estes postos está abaixo dos 20%, mas em Portugal esta percentagem desce para aproximadamente 14%.

Noutras áreas profissionais da área do desporto, como o treino desportivo, a comunicação social e a arbitragem, as desigualdades mantêm-se - o EIGE estima que apenas 20 a 30% do total de treinadores/as são mulheres, e, uma vez mais, este número é inferior em Portugal (cerca de 13% de treinadoras mulheres). Na área da comunicação social, a história repete-

se e não só temos menos jornalistas mulheres a fazerem cobertura de grandes eventos desportivos [como, por exemplo, os últimos Jogos Olímpicos onde a percentagem de jornalistas mulheres rondou os 6% a 20% (*Council of Europe, 2019*)], como também os artigos nos principais jornais desportivos são sobretudo sobre homens atletas. Em Portugal, também neste particular as diferenças existem: cerca de 85% dos/as jornalistas são homens e apenas 15% são mulheres (Martins & Cerqueira, 2018). Na arbitragem a situação repete-se, com os últimos dados do IPDJ a refletirem esta desigualdade: apenas 24% do total de árbitros/as são mulheres.

As/os nossas/os entrevistadas/os referem várias vezes a persistência desta desigualdade de género nas várias áreas do desporto, mas apontam para um maior hiato em Portugal do que na União Europeia, o que vai de encontro aos dados recolhidos na literatura. Acreditam que existem sinais de melhoria, pois existe uma evolução nos indicadores muito devida às políticas públicas europeias e nacionais.

As políticas públicas para a igualdade de género no desporto são relativamente recentes. Há 45 anos surgiram as primeiras linhas orientadoras para a igualdade de género no desporto na Europa. Em 1976, surge a Carta Europeia do Desporto para Todos com o intuito de guiar os diversos países europeus na construção de um desporto mais igualitário, justo e salutar. Esta foi a primeira vez que a Europa começou a pensar e a idealizar a igualdade de género no desporto, lançando recomendações e propondo ações. A partir daqui tem havido uma evolução significativa em termos de quantidade de políticas públicas lançadas na União Europeia com o propósito de alcançar a igualdade de género.

Em Portugal, as políticas públicas nesta área tardaram a aparecer. Tivemos de esperar 31 anos até ser aprovada a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, onde vem consignada

a igualdade de género no desporto. Este ano foi importante a nível de políticas públicas para a igualdade de género, pois foi também lançado o III Plano para a Igualdade (onde estava presente pela primeira vez a integração da perspetiva de género no desporto), bem como o Livro Branco sobre o Desporto (Comissão das Comunidades Europeias, 2007), que reforça a importância atribuída a este assunto. A partir daí, quer na União Europeia, quer em Portugal, têm sido lançadas várias políticas públicas no sentido de melhorar a igualdade de género no desporto.

As/os entrevistadas/os nesta investigação referem a legislação existente como um acontecimento marcante que pode ter fomentado a igualdade de género tanto em Portugal como na União Europeia e, efetivamente, estas políticas públicas têm apresentado resultados, de certa forma. Sabemos que quantidade não é, necessariamente, sinónimo de qualidade, ou melhor, que a quantidade de políticas públicas desenhadas e lançadas no âmbito político dos Estados-Membros e mesmo em Portugal, não é representativo daquilo que tem sido feito para alcançar a igualdade de género no desporto. A maior parte destas políticas públicas são recomendações, feitas, quer seja pelos órgãos competentes da União Europeia aos seus Estados-Membros, quer seja pelo governo português aos seus clubes, associações, federações e vários agentes desportivos. As/os inquiridas/os também referem esta problemática: de modo geral, consideram que a maior parte das políticas existentes surgem através da União Europeia e que, ainda assim, estas são insuficientes. As políticas públicas podem ser interpretadas como um dos mecanismos mais eficazes, quando bem aplicados, para o combate aos vários obstáculos existentes para que se consiga a igualdade de género no desporto.

Estes obstáculos são vários e a sua dimensão é proporcional às diferenças existentes, ou seja, quanto maior o obstáculo maior será a diferença entre géneros que vamos encontrar no desporto. A literatura resume estes obstáculos em barreiras sociais, culturais, religiosas, pessoais, e do meio envolvente. Desde as responsabilidades com o lar, a família, à segurança nas ruas, à violência de género, à falta de financiamento, à falta de acesso às instalações desportivas, à avaliação social, a influência das pessoas próximas, ao preconceito e sexismo, vários são os impedimentos que afastam as mulheres do desporto. A recolha de dados feita neste estudo evidencia, sobretudo, o sexismo e os estereótipos de género como o maior obstáculo e, talvez, o mais difícil de remover da sociedade, devido à cultura existente. As/os inquiridas/os, tal como a literatura científica deste campo, referem também a falta de financiamento, a falta de visibilidade nos meios de comunicação e o acesso desigual aos cargos de decisão. Estes são fatores decisivos que devem ser tidos em conta na definição das políticas públicas a implementar para uma maior igualdade de género no desporto.

Esta investigação mostra, também, que os atores mais relevantes na promoção da igualdade de género no desporto são os agentes desportivos (clubes, federações, associações desportivas, COP), o Estado, os professores e setor educativo, o movimento associativo. Todas/os concordam que deve existir, sobretudo, uma ação concertada entre os vários atores que permita trabalharem em conjunto em prol da igualdade de género no desporto com vista à obtenção de melhores e mais rápidos resultados. De facto, todas estas entidades ou organizações são fundamentais para conquistar uma (maior) igualdade de género no desporto - não basta a intervenção do Estado e a implementação de políticas públicas, mas também é necessário que os vários organismos em torno do desporto e da educação façam um trabalho conjunto para promoverem a igualdade de género.

O combate aos obstáculos à igualdade de género no desporto deve ser feito através de medidas eficazes que visem, de acordo com as/os entrevistadas/os e indo também ao encontro da literatura, não só a educação, como a utilização de sistemas de cotas, a erradicação da violência de género nos espaços desportivos, a mobilização da comunicação social, a igualdade salarial e incentivos económicos. Igualmente, deve haver formação e educação para a igualdade de género no desporto e uma consciencialização dos cidadãos em geral e dos agentes desportivos para este tema.

A própria Comissão Europeia (2014) acredita que é através da consciencialização e disseminação do tema que se vai alcançar com mais eficácia a igualdade de género no desporto. É importante não só educar as gerações mais novas (crianças e adolescentes), como formar e capacitar para esta realidade quem assume cargos de maior responsabilidade no sistema desportivo e educativo. Estas são outras das sugestões feitas pelas/os nossas/os inquiridas/os. Na verdade, a educação é uma ferramenta forte e que pode mudar as mentalidades, acabar com os preconceitos e estigmas, semeando a importância da igualdade de género não só no desporto como nas várias áreas da sociedade. As mães, os pais, os/as professores/as, educadores/as, treinadores/as, até os/as dirigentes, até o nosso governo, todos/as devem estar consciencializados para esta questão e esta será uma forma de promover com sucesso a igualdade de género no desporto.

Além da educação, as/os entrevistadas/os referiram a adoção de um sistema de cotas como uma medida bastante útil na promoção da igualdade de género no desporto. A par do que aconteceu na política, as/os entrevistadas/os concordam que se deve impor a entrada das mulheres nas várias áreas do desporto, especialmente em áreas de liderança, tais como o dirigismo ou o treino desportivo. Vários autores e organizações referem esta medida como

sendo extremamente útil visando o aumento do número de mulheres em posições onde até agora só têm estado homens. A União Europeia lançou, inclusive, essas diretrizes aos seus Estados-Membros através de alguns documentos que tem elaborado, aconselhando as medidas de ação positiva (*Council of Europe, 2019*). Tal como aconteceu na política em Portugal, acredita-se que estas são medidas temporárias e que com o tempo e com a normalização da presença da mulher nas diferentes áreas desportivas, estas deixam de ser necessárias. Os incentivos económicos são também medidas referidas pelas/os entrevistadas/os como sendo bastante úteis para a promoção da igualdade de género. Assim, estas/es defendem que devem ser dados os mesmos prémios pecuniários às mulheres que são dados aos homens para uma mesma competição de uma modalidade, sendo que esse pode ser um atrativo para que as mulheres queiram cada vez mais estar no mundo do desporto. A promoção da participação das mulheres no contexto desportivo é outra das medidas referidas pelas/os entrevistadas/os, sendo importante aumentar não só o número de praticantes, como o número de treinadoras, dirigentes, árbitras, jornalistas, para que as gerações mais novas possam ter exemplos a seguir. A própria Comissão Europeia (2014) deu indicadores fortes aos Estados-Membros para que adotem políticas de género de forma a promover a participação das mulheres no desporto. As medidas de acesso às instalações desportivas também são muito importantes, não só na questão dos horários reservados para as mulheres, como também do tipo de infraestruturas. O *Council of Europe* (2019) alerta para a necessidade de os espaços desportivos serem repartidos de forma igual entre homens e mulheres, referindo também que como as mulheres são quem mais sofre com a violência de género, o facto de lhes serem atribuídos os horários mais tardios para a prática desportiva acaba por afastá-las do meio. Também devem ser tomadas medidas de não-discriminação em função do género para que todas as mulheres, inclusive as que

mudam de sexo, se sintam bem no contexto desportivo. A igualdade contratual e salarial é também outra realidade que ainda está longe de se atingir, mas para a qual, como vimos neste estudo, é necessário agir. Devem ser criados contratos profissionais e dadas as mesmas condições às mulheres no desporto, de forma a que elas possam ter uma carreira desportiva da mesma forma que têm os homens. Por fim, mobilizar a comunicação social é outra das medidas que concluímos ser da máxima importância para num futuro breve podermos ver retratado de igual forma o desporto masculino e feminino. Neste particular, deve ser dado esse espaço às mulheres nos jornais desportivos que estão praticamente lotados com artigos de homens para homens.

Para finalizar o nosso estudo, traçamos uma análise prospetiva, a partir das opiniões das/os entrevistadas/os, a qual acabou por ir de encontro à literatura existente, que já reflete um pouco sobre o tema no horizonte de médio prazo. Verificamos, sobretudo, um cenário que designamos por otimismo moderado, quando pensamos sobre a igualdade de género no horizonte de 2030, em Portugal. Em menos de 10 anos espera-se que a situação evolua, mas também não é garantido que será uma evolução rápida o suficiente para que haja uma melhoria significativa na promoção da igualdade de género no desporto em Portugal. Acreditamos, como fazem Pfister (2010) e Hall & Oglesby (2016), que o futuro irá ser favorável a uma maior participação das mulheres nos vários campos do sistema desportivo, mas, claro, terá que ser feito um trabalho consistente neste sentido por parte de todos os agentes desportivos, educativos, sociais e políticos. Neste particular, é fundamental uma alteração na legislação e uma atenção especial às políticas públicas de forma a que a alteração no paradigma se consuma (Cimbrini et al., 2019). Devemos acreditar que a mudança vai continuar a acontecer, mas não devemos ficar à espera que aconteça por si só.

Em suma, a igualdade de género no desporto está ainda longe de ser uma realidade e as políticas públicas existentes até ao momento têm ajudado a encurtar o caminho, mas ainda não são suficientes. Tanto a literatura revista neste estudo, como os dados empíricos recolhidos estão alinhados no sentido em que o cenário é moderadamente otimista, ainda que existam barreiras/obstáculos vários e que todas as pessoas, todas as organizações desportivas e o Estado devem estar alertas para, em conjunto, ultrapassarem esses obstáculos, reforçando, cada vez mais, o papel da mulher no sistema desportivo. Planear, conceber, implementar, ajustar, (re)avaliar, políticas públicas, programas e projetos, envolvendo todos os atores e *stakeholders* dos sistemas desportivo e demais sistemas sociais, de modo concertado, à escala mundial, europeia, nacional, regional e local, será seguramente um caminho frutífero para conseguirmos um meio desportivo mais justo e onde todos/as se possam sentir iguais e livres, independentemente do género.

A limitação a ter em consideração neste estudo prende-se com o número reduzido de entrevistas. Foram entrevistadas seis pessoas de seis áreas diferentes e todas elas foram contributos muito importantes. Acreditamos que se tivessem sido entrevistadas mais pessoas nas mesmas áreas ou em áreas diferentes poderíamos de certa forma apresentar resultados mais consistentes.

O tema da igualdade de género no desporto tem sido cada vez mais debatido e estudado, não obstante existe ainda um longo caminho de estudo e pesquisa a percorrer para conseguirmos equilibrar a balança e alcançar a equidade. Este estudo pode ser o ponto de partida para outras pesquisas, especialmente em Portugal no que às questões das políticas públicas para igualdade de género diz respeito. Desta forma, sugerimos algumas

investigações que possam complementar este estudo e auxiliar no caminho para a igualdade de género no desporto, tais como:

- Entender quais os maiores obstáculos à igualdade de género no desporto em Portugal e que políticas públicas devem ser implementadas para os ultrapassar.
- Compreender as implicações das medidas de ação positiva nos clubes, associações e federações desportivas (como por exemplo a implementação das cotas) e saber que apoios necessitam para cumprir essas medidas.
- Averiguar a forma como a problemática da igualdade de género é integrada na formação de professores/as de educação de física, treinadores/as e todos/as aqueles/as que estão diretamente ligados/as à educação/treino desportivo, no sentido de se definirem recomendações com vista à capacitação destes/as profissionais para a promoção da IG.

É urgente não só estudar este tema da igualdade de género no desporto, como também agir. Na verdade, não basta debater o tema a nível académico; é necessário consciencializar toda a população para o facto de que as desigualdades de género existem não só no desporto, como na sociedade em geral. É preciso mais firmeza na implementação das políticas públicas que dizem respeito a este tema, acreditando que num futuro próximo será normal vermos mulheres no mundo do desporto da mesma forma que vemos os homens. É também importante a existência de pesquisas no terreno que comprovem os avanços (ou, eventualmente, recuos), bem como demonstrem as boas práticas e os seus resultados. Em Portugal, na União Europeia e no Mundo a igualdade de género (no desporto)

deve ser bandeira, pois a capacidade, a resiliência, o trabalho e a força de vontade devem ser sempre premiadas sem discriminação.

Referências Bibliográficas

Amnistia Internacional. (2008). Discriminação no desporto. Portugal.

Appleby, K. M., & Foster, E. (2013). *Gender Relations in Sport* (E. A. Roper Ed.). Rotterdam: Sense Publishers.

Baptista, F., Silva, A., Santos, D., Mota, J., Santos, R., Vale, S., Ferreira, J., Raimundo, A., Moreira, H. (2011). *Livro Verde da Actividade Física*. Instituto de Desporto de Portugal, I.P.

Beauvoir, S. (1970). *O Segundo Sexo. 1. Fatos e Mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Boards, W. o. (2016). *Gender Balance in Global Sport Report*. In. Reino Unido.

Bredtmann, J., Crede, C. J., & Otten, S. (2014). The Effect of Gender Equality on International Soccer Performance. *Ruhr Economic Papers*, 20.

Caritas Portuguesa (2008-2010). *Porque é importante falar em Igualdade de Género atualmente?* Retirado de: <http://cite.gov.pt/pt/acite/projetos005a.html#caderno>

Carvalho, M.J., & Cruz, I. (2007). *Mulheres e Desporto. Declarações e Recomendações Internacionais*. Queijas, Portugal: Associação Portuguesa Mulheres e Desporto.

Cimbrini, T., Salvador, M.L.E., Fernandes, E., Göksu, G.G., & Smith, C. (2019). *Corporate Governance in sport organizations: a gender perspective* [PDF]. Retrieved from: https://www.researchgate.net/profile/Gonca_Guengoer_Goeksu2/publication/336511481_Corporate_governance_in_sport_organizations_a_gender_perspective/links/5da415e7299bf116fea4ad16/Corporate-governance-in-sport-organizations-a-gender-perspective.pdf#page=46

Comissão das Comunidades Europeias. (2007). *Livro Branco sobre o Desporto*. Bruxelas, Bélgica. Retirado de: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3AI35010>

Comissão Europeia. (2010). Declaração da Comissão Europeia por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher 2010. Bruxelas.

Comissão Europeia. (2014). Gender Equality in Sport. Proposal for Strategic Actions 2014 - 2020.

Comissão Europeia. (2015). Compromisso estratégico para a igualdade de género: 2016-2019. Bruxelas.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2017). *Igualdade de Género em Portugal: indicadores-chave 2017*.

Comission, E. (2016). Report on equality between women and men: 2015. Sweden.

Connell, R. W. (2005). Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena. *Chicago Journals*, 30(3), 1801-1825.

Consejo Iberoamericano del Deporte (2011). El deporte y la actividad deportiva como herramienta de inclusión social. In *Cultura desportiva y socialización* (pp. 21).

Conselho da Europa. (2020). Sexismo: Repare nele. Fale dele. Acabe com ele. Retirado de: <https://www.coe.int/pt/web/human-rights-channel/stop-sexism>

Constantino, J. M. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.

Council of Europe (2019). All in: Towards gender balance in sports. Retrieved from: <https://rm.coe.int/prems-081818-gbr-2587-all-in-towards-gender-balance-in-sport-card-16x1/16808b7147>

Council of Europe (2019). Gender Equality and Coaching. Retrieved from: <https://rm.coe.int/bis-factsheet-gender-equality-sport-coaching-en/1680714b8d>

Council of Europe. (2019). Toolkit: How to make an impact on gender equality in sport.

Dalfovo, Michael Samir; Lana, Rogério Adilson; Silveira, Amélia (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 2(4), páginas 01- 13.

Deutsch, F. M. (2007). *Undoing Gender*. *Gender and Society*, 21(1), 106-127.

Dixon, M. A., Warner, S. M., & Bruening, J. E. (2008). *More Than Just Letting Them Play: Parental Influence on Women's Lifetime Sport Involvement*. *Sociology of Sport Journal*, 25(4), 538-559.

Esteves, M. (2006). Análise de Conteúdo. In J. A. Lima; J. A. Pacheco, (org.), *Fazer investigação – Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp.105-125). Porto Editora.

European Commission (2018). *Sport and Physical Activity: Special Eurobarometer 472*.

European Institute for Gender Equality. (2017). *Gender in Sport*. Retrieved from: <https://eige.europa.eu/publications/gender-sport>

European Institute for Gender Equality. (2015). *Gender equality in sport*. Retrieved from: <https://eige.europa.eu/publications/gender-equality-sport>

Fadigas, L. (2015). *Urbanismo e território - as políticas públicas* (L. Edições Sílabo Ed.). Lisboa.

Lopes, M., Ferreira, V., Monteiro, R., Saleiro, S., & Múrias, C. (2016). *Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género na Cultura, Desporto, Juventude e Lazer*. Portugal: CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Fredricks, J. A., & Eccles, J. S. (2005). Family Socialization, Gender, and Sport Motivation and Involvement. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 27(1), 3-31.

Galvão, C. (2016). *Políticas Sociais no Município de Mafra: Desafios e Possibilidades de Implementação sob o Olhar da Sociologia*. (Mestrado), Universidade de Évora, Évora.

Hall, R. L., & Oglesby, C. A. (2016). Stepping Through the Looking Glass: the Future for Women in Sport. *Sex Roles*, 74, 271-274. doi: 10.1007/s11199-015-0572-z

Hardin, M., & Shain, S. (2005). *Strength in Numbers? The Experiences and Attitudes of Women in Sports Media Careers*. *J&MC Quarterly*, 82 (4), 804 – 819.

Hargreaves, J. (1994). *Sporting females: critical issues in the history and sociology of women's sports*. London: Routledge.

Jacinto, E., Marques, L., Almeida, C., & Carvalho, M. J. (2015). *A Igualdade de Género no Desporto*. Lisboa: Estrelas de Papel, Lda.

Januário, C.F.C. (2010). *Políticas Públicas Desportivas: estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto*. (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto). Retirado de: <https://cifi2d.fade.up.pt/files/carlos-januario.pdf>

LaVoi, N.M, & Baeth, A. (2018). Women and Sports Coaching. *The Palgrave Handbook and Sport, Leisure and Physical Education*, 149 – 162.

Lima, J.A. (2013). Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 7-29.

Ludovico, O. (2011). *O Processo de Tornar-se Educador de Infância Num Contexto de Prática Pedagógica Supervisionada*. Universidade de Évora, Évora.

Marivoet, S. (2002). *Aspectos Sociológicos do Desporto*. Livros Horizonte, Lisboa.

Martins, C., & Cerqueira, C. (2018). As jornalistas de desporto em Portugal: minoritárias e com pouco poder. *Estudo em comunicação*, 1(26), 1-17. DOI: 10.20287/ec.n26.v1.a01

Matheson, V. A., & Congdon-Hohman, J. (2011). *International Women's Soccer and Gender Inequality: Revisited*. Economics Department Working Papers. Paper 18.

Neves, E.B.; Domingues, C.A. (2007). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica* [PDF].

Retirado de:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56484475/MANUAL_DE_METODOLOGIA.pdf?1525376448=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMANUAL_DE_METODOLOGIA.pdf&Expires=1605124899&Signature=dvO3RMfvxiNPMmigYaMIBdRtiFC8XXSxN1YMdVxFn3JNmbVxuR1R0pAj2mRcs~asNVGtnxeEy|4uEVZdnh641h54FILIK3IXxWKYgF-snSKhB2VdJ3JTPixY8eDu9zeKy~-NMMpkFDrFn546-QgoDvp5TXvbYtT9XsnocRGuHeYrr-h2tuCSXGVayHZhMcWuLIEV5RMyFtpKJYfuNZ3LNvdgioXJrMx1-36w9W7pfTKPRclfdrgUiHQHo-

[pTa3a03MrmDSR5WQJzGhls5I5DemHvQOeKWWhS02aF5UqYofSFlgVWW-](https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.40.05)

[k0Qscp8tPyHMcSJ-DEu7yJaOG3UjhCSFNHUA &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.40.05)

Noche, B. G. (2014). La igualdad de género en la práctica deportiva y su contribución a la educación para la ciudadanía y la democracia. *Journal for Educators, Teachers and Trainers.*, 5(3), 191-203.

Paibe, G. (2016). Políticas Públicas Desportivas. Estudo centrado em municípios de Moçambique. (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto). Retirado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/104411/2/194161.pdf>

Pfister, G. (2010) Women in sport – gender relations and future perspectives. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics*, 13(2), 234-248.

Pires, G. (2007). *Agôn – Gestão do Desporto*. Portugal: Porto Editora.

Pomar, C. (2006). O Género na Educação Física. Perceções de alunos e alunas do 1º e 2º ciclo do ensino básico. (Doutoramento), Universidade de Évora, Évora.

Pomar, C., Balça, Â., Conde, A. F., García, A. M., García, A. M., Nogueira, C., Vieira, C., Saavedra, L., Silva, P., Magalhães, O. & Tavares, T.C. (2012). *Guião de Educação Género e Cidadania. 2º ciclo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Reid, K. (2016). The Untold Stories of Women Soccer Referees (Unpublished master's thesis). Faculty of Health Sciences, University of Ottawa, Canada.

Saraiva, P., Ferreira, V., Silveirinha, M.J. (2019). A distant finish line for women: gender and the sports press in Portugal (1996 – 2016). *ex aequo*, 40, 67-87. doi: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.40.05>

Sartore, M. L., Cunningham, G. B. (2006). Stereotypes, Race, and Coaching. *Journal of African American Studies*, 10(2), 69-83.

Silva, A. J. (2018). A (In)definição do e no desporto. A Bola.

Taylor, E. A., Wells, J. E. (2017). Institutionalized Barriers and Supports of Female Athletic Directors: A Multilevel Perspective. *Journal of Intercollegiate Sport*, 10(2), 157-183.

Tiifu, F. (2016). *Women's Participation in Sports: Obstacles and Facilitators* (Unpublished master's thesis). University of Calgary, Calgary, AB. doi:10.11575/PRISM/28721

Trolan, E.J. (2013). The impact of the media on gender inequality within sport. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 91, 215-227. doi: 10.1016/j.sbspro.2013.08.420

Tuyckom, C. V., Scheerder, J., & Bracke, P. (2010). Gender and age inequalities in regular sports participation: A cross-national study of 25 European countries. *Journal of Sports Sciences*, 28(10), 1077-1084.

United Nations (2015). *World Population Prospects: The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables*.

Vicente, Lúcia. (2019). *Feminismo de A a Ser*. Lisboa, Portugal: Penguin Random House.

Wadesango, N., Machingambi, S., Ashu, G., & Chireshe, R. (2010). Nature and effects of women's participation in sporting decision-making structures in the context of the 2010 FIFA World Cup. *Agenda: Empowering women for gender equity*, 24(85), 62-75.

Women's Sport and Fitness Foundation (2008). *Barriers to sports participation for women and girls*. Retrieved from: <https://www.lrsport.org/uploads/barriers-to-sports-participation-for-women-girls-17.pdf>

Websites (última visita a 23/04/2021)

<https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/survey/getsurveydetail/instruments/special/surveyky/2164>

<https://eige.europa.eu/taxonomy/term/1367?lang=pt>

<https://unric.org/pt/objetivo-5-igualdade-de-genero-2/>

<https://ipdj.gov.pt/estat%C3%ADsticas>

<https://eige.europa.eu/>

<https://www.cig.gov.pt/>

<https://cidadaniaemportugal.pt/apmd/>

<https://public.tableau.com/profile/all.in.coe#!/vizhome/AllInTableauPublic/Homepage>

<https://www.coe.int/en/web/portal/home>

<http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestas/Desporto.pdf>

<http://isca-web.org/english/leaders/councilofeurope0/sportandthecouncilofeurope>

Anexos

Guião de Entrevista

Igualdade de Género no Desporto: As Políticas Públicas em Portugal e na União Europeia

O presente estudo sobre as políticas públicas referentes à igualdade de género no desporto, em Portugal e na União Europeia, tem como principais objetivos:

- Efetuar um diagnóstico acerca da situação atual da igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia (identificar os benefícios da igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia; identificar as políticas públicas relativas à igualdade de género no desporto e na União Europeia; determinar os obstáculos à igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia, bem como os desafios e propostas de ação);

- Analisar a opinião de especialistas portugueses na área do desporto e da igualdade de género acerca destas políticas públicas de promoção da igualdade de género, bem como de medidas/ações que propõem;

- Antecipar “futuros possíveis” e “medidas possíveis” para promover a igualdade de género no desporto em Portugal no horizonte de 2030, segundo especialistas.

Esta pesquisa será complementada com entrevistas semiestruturadas a especialistas na área da igualdade de género no desporto e/ou responsáveis políticos, vereadores/as, organismos do Estado da Administração Local e Central, bem como dirigentes desportivos, ou seja, responsáveis que tomam decisões relativamente ao desporto e à igualdade de género.

O seguinte guião de entrevista está estruturado em três partes relacionadas com o objetivo do estudo:

1. Apresentação do estudo e caracterização dos/as entrevistados/as.
2. Avaliação da situação das políticas públicas de igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia.
3. Prospetiva das políticas públicas de igualdade de género no horizonte de 2030 em Portugal.

A. Apresentação do estudo e caracterização dos/as entrevistados/as.

Objetivos	Informação a recolher	Questões da entrevista
<p>1. → Apresentar a pesquisa que está a ser realizada, ao/à entrevistado/a, assim como a sua pertinência na área de estudos em questão.</p> <p>2. → Informar acerca dos procedimentos éticos e formais desta entrevista.</p>		<p>O meu nome é Ana Grenha, estudante do mestrado em Direção e Gestão Desportiva na Universidade de Évora. Estou a desenvolver um estudo sobre a igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia de forma a efetuar um diagnóstico da situação atual, bem como prospetivar o caminho que irá ser traçado em relação a esta problemática conseguindo, com a ajuda de especialistas, propor medidas/ações para a melhorar. A investigação é orientada pelo professor José Saragoça e pela professora Clarinda Pomar, ambos professores na Universidade de Évora.</p> <p>De forma a conseguir prosseguir com esta pesquisa, agradeço a sua disponibilidade para a realização desta entrevista que me irá permitir recolher dados necessários muito importantes para a conclusão do estudo. Solicito a sua autorização para gravar esta entrevista de forma a garantir a fidedignidade do seu testemunho. Naturalmente, comprometo-me a garantir o anonimato desta entrevista, bem como a dar-lhe o <i>feedback</i> das conclusões que retirei no final do estudo. Iremos dar início à entrevista, pelo que sugiro que o possamos fazer como se de uma conversa natural se tratasse.</p>
<p>3. → Caracterizar o/a entrevistado/a em relação aos aspetos relevantes para o estudo.</p>	<p>1 – Identificação do perfil do/a entrevistado/a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percurso académico; - Percurso profissional; - Cargo atual e tempo de serviço. 	<p>1) Pode fazer um breve resumo do seu percurso académico, referindo as instituições de ensino onde estudou e os cursos que frequentou?</p> <p>2) Pode fazer um breve resumo do seu percurso profissional e desportivo?</p> <p>3) Qual é o seu cargo atual e há quanto tempo desempenha essas funções?</p>

B. Avaliação da situação das políticas públicas de igualdade de género.

Objetivos	Informação a recolher	Questões da entrevista
<p>1. → Compreender a situação atual em Portugal e na União Europeia relativamente à igualdade de género no desporto.</p> <p>2. → Compreender o ponto de vista dos/as entrevistados/as relativamente às políticas públicas que têm sido implementadas em Portugal e na União Europeia sobre igualdade de género no desporto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução das políticas públicas para a melhoria da igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia. • Ponto de situação em Portugal e na União Europeia sobre a Igualdade de Género e o desporto. 	<p>4) Na sua opinião e atendendo à sua experiência profissional, considera que, nos últimos anos, existem mudanças em relação à igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia?</p> <p>4.1) Se sim, que altura, ou acontecimento(s), considera ter(em) sido crucial(ais) para uma mudança no paradigma no que diz respeito à igualdade de género em Portugal e na União Europeia?</p> <p>5) Recorda-se de alguma política pública que tenha como objetivo promover a igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia?</p> <p>5.1) Se sim, qual ou quais políticas públicas implementadas em Portugal e na União Europeia para a promoção da Igualdade de Género no desporto que considera mais relevantes? Porquê?</p> <p>6) Como analisa a situação atual da igualdade de género no desporto, em Portugal? E na União Europeia?</p> <p>7) Na sua opinião, quais são os principais fatores que impedem/obstaculizam a igualdade de género no desporto?</p>
<p>3. → Avaliar a eficácia das políticas públicas de IG tendo em conta a opinião dos/as entrevistados/as.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas que, na área da igualdade de género do desporto, têm vindo a ser implementadas em Portugal e na União Europeia e que podem ser 	<p>8) Tem conhecimento de algumas políticas públicas para a igualdade de género no desporto em Portugal que considera não terem sido colocadas em prática e que poderiam ser importantes na ótica de uma maior promoção da igualdade de género? Se sim, quais? E na União Europeia? Justifique, por favor.</p>

<p>4. → Compreender o papel dos atores (clubes/ instituições/ associações desportivas, etc.) na igualdade de género no desporto.</p>	<p>consideradas importantes para haver realmente uma mudança.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Opinião dos/as entrevistados/as sobre as políticas públicas implementadas: quais têm criado uma mudança, quais têm sido colocadas em prática e quais não. • Saber se os clubes, instituições e/ou associações desportivas aderem às políticas públicas sobre igualdade de género e desporto. 	<p>9) Qual a importância dos clubes, instituições e associações desportivas na promoção da igualdade de género no desporto? Justifique a sua resposta.</p> <p>10) Na sua opinião, quais são os atores/ as entidades que devem ter um papel mais relevante na promoção da igualdade de género no desporto?</p>
--	---	---

C. Prospetiva das políticas públicas de igualdade de género no horizonte de 2030.

Objetivos	Informação a recolher	Questões da entrevista
<p>1. Prospetivar o futuro da igualdade de género no desporto em Portugal, no horizonte de 2030.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher opiniões de especialistas (entrevistados/as) sobre possíveis medidas/ações e políticas concretas que possam melhorar a igualdade de género no desporto em Portugal. • Conhecer a opinião dos especialistas (entrevistados/as) sobre como poderá 	<p>11) Imagine que tem capacidade para decidir politicamente em Portugal (com a tutela do Desporto): quais as medidas ou ações concretas que proporia para a promover a Igualdade de Género no desporto em Portugal? (considere diferentes tipos de atores, por exemplo: atletas; sociedade; Clubes; Federações; Estado Português; Comissão Europeia; etc. e considere o objetivo que se pretende alcançar)</p> <p>12) Agora, imagine-se em 2030. Como será a situação da igualdade de género no desporto em Portugal?</p>

	<p>ser a situação da (des)igualdade de género no desporto, em Portugal, em 2030.</p>	
<p><u>Fecho da entrevista</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Agradecimento. 	<p>Agradeço a sua colaboração nesta entrevista que me vai permitir avançar e concluir a dissertação. Assim que terminar a transcrição desta entrevista informá-lo-ei/informá-la-ei para que a mesma seja validada. Obrigada!</p>

Declaração de Consentimento Informado

Estudo no âmbito do Mestrado em Direção e Gestão Desportiva na Universidade de Évora
Igualdade de Género no Desporto: As Políticas Públicas em Portugal e na União Europeia

O presente estudo sobre as políticas públicas referentes à igualdade de género no desporto, em Portugal e na União Europeia, tem como principais objetivos:

- Efetuar um diagnóstico da situação atual da (des)igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia (identificar os benefícios da igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia; identificar as políticas públicas relativas à igualdade de género no desporto e na União Europeia; determinar os obstáculos à igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia, bem como os desafios e propostas de ação);

- Analisar a opinião de especialistas portugueses na área acerca destas políticas públicas de promoção da igualdade de género, bem como de medidas/ações que propõem;

- Antecipar “futuros possíveis” e “medidas possíveis” para a igualdade de género no desporto em Portugal no horizonte de 2030, segundo especialistas.

Este estudo é realizado por mim, Ana Grenha, estudante do mestrado em Direção e Gestão Desportiva, e orientado pelo professor José Saragoça e pela professora Clarinda Pomar.

Esta pesquisa será complementada com entrevistas semiestruturadas a especialistas na área da igualdade de género no desporto. Estes especialistas serão responsáveis políticos, vereadores/as, organismos do Estado da Administração Local e Central, bem como dirigentes desportivos, diretores ou académicos/as na área das questões do género, desporto e/ou política, ou seja, responsáveis que tomam decisões ou que estudam o tema relativamente ao desporto e à igualdade de género.

Estas entrevistas serão gravadas através de um gravador de voz.

Os dados recolhidos nesta entrevista serão utilizados exclusivamente para o presente estudo. Comprometo-me a dar-lhe o *feedback* das conclusões que retirei no final deste estudo, bem como a garantir o anonimato desta entrevista, bastando para isso assinar o campo abaixo identificado.

Agradeço, desde já, a sua colaboração nesta entrevista que me vai permitir avançar e concluir a dissertação.

Eu, Ana Rita Martins Grenha, solicito o seu consentimento para a participação deste estudo no âmbito do Mestrado em Direção e Gestão Desportiva.

Assinatura: _____

Data: __ / __ / ____

Assim sendo:

Eu, _____, depois de ler as explicações acima transcritas declaro que aceito participar neste estudo mantendo o anonimato.

Assinatura: _____

Data: __ / __ / ____

Análise de Conteúdo – Indicadores e Unidades de Registo

1. Políticas públicas para a IG no desporto

1.1. Mudanças

- ✚ Mudanças Ligeiras/Insuficientes

- ✚ Mudanças Significativas

1.2. Acontecimentos

- ✚ Legislação e programas de incentivos

- ✚ Resultados desportivos

- ✚ Fóruns de discussão

1.3. Políticas públicas e IG no desporto

- ✚ Legislação insuficiente

- ✚ Políticas europeias

- ✚ Políticas nacionais

1.4. Situação Atual

- ✚ Persistência da desigualdade

- ✚ Disparidade entre os países da União Europeia

- ✚ Portugal no fundo da tabela europeia

- ✚ Sinais de melhoria

1.5. Obstáculos

- ✚ Sexismo

- ✚ Acesso às instalações desportivas

- ✚ Falta de visibilidade/notoriedade

- ✚ Desigualdade nos incentivos

- ✚ Acesso desigual aos cargos de decisão/liderança

1.6. Políticas públicas não concretizadas

- ✚ Sem conhecimento

- ✚ Plano de Ações Estratégicas

2. Papel dos atores desportivos

2.1. Relevância dos clubes, instituições e associações desportivas

- ✚ Papel fundamental

- ✚ Função educativa

2.2. Atores mais relevantes

- ✚ Agentes desportivos

- ✚ Estado

- ✚ Movimento Associativo

- ✚ Professores/as e setor educativo

- ✚ Ação concertada entre os vários atores

3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030

3.1. Medidas e ações políticas

- ✚ Adoção de um sistema de cotas

- ✚ Promover a participação das mulheres

- ✚ Medidas de não discriminação em função do sexo

- ✚ Formação/educação/capacitação

- ✚ Acesso a equipamentos, infraestruturas e recursos

- ✚ Combate à violência de género

- ✚ Incentivos económicos

✚ Igualdade contratual e salarial

✚ Mobilização da comunicação social

3.2. Situação da IG no horizonte de 2030

✚ Cenário otimista

✚ Cenário de otimismo moderado

1. Políticas públicas para a IG no desporto

1.1. Mudanças

- Na sua opinião e atendendo à sua experiência profissional, considera que, nos últimos anos, existem mudanças em relação à igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia?

Indicadores	Unidades de Registo
✓ Mudanças Ligeiras/Insuficientes	“(…) mudanças, mas muito ligeiras (…)” [E1]
	“(…) ainda não é o suficiente para que haja uma igualdade de género (…)” [E5]
	“As questões aparecem e as pessoas vão estando despertas para isso.” [E1]
	“Em termos nacionais, talvez agora tenha sentido uma força, mas não era tema, embora esteja na agenda.” [E6]
	“(…) existem mudanças, mas não as suficientes.” [E5]
	“há (….) uma consciência de que as mulheres têm ficado para trás (….)” [E1]
	“há uma sensibilização das pessoas (….)” [E1]
	“(…) hoje em dia existem ações sobre a igualdade de género (….) nas escolas. Estas crianças provavelmente já vão ser adultos muito mais atentos (….)” [E3]
	“(…) já vi uma evolução enorme.” [E3]

<p>✓ Mudanças Significativas</p>	<p>“Essa questão (dos pais deixarem as filhas jogar futebol) ainda existe talvez um pouco mais na parte interior do país, mas no litoral isso está um pouco mais ultrapassado.” [E3]</p>
	<p>“(…) o número de praticantes femininos tem vindo a aumentar (…) praticamente em todas as modalidades.” [E4]</p>
	<p>“(…) da Europa (…) acredito que esse número também tenha aumentado.” [E4]</p>
	<p>“(…) tem havido uma tentativa de combate à desigualdade salarial no desporto masculino e feminino (…)” [E5]</p>
	<p>“Houve uma altura em que a nível governamental e em termos de administração pública foi feito um grande avanço em muitas áreas de governação que foi as equipas interministeriais para a igualdade (…) e essa pessoa tinha responsabilidade de na sua organização trabalhar as questões da igualdade de género.” [E6]</p>
	<p>“Por essa altura uma das coisas que consegui introduzir foi conseguirmos ter dados desagregados por sexo (…)” [E6]</p>
	<p>“(…) há todo um trabalho que tem sido feito ao nível das organizações desportivas, nomeadamente as federações internacionais, COI, que de certo modo também tem trazido alguns benefícios nessa área.” [E6]</p>
	<p>“(…) de há 10 anos para cá essa estratégia da igualdade de género e paridade foi muito importante e começou a destacar-se não só no desporto (…)” [E3]</p>
	<p>“Eu penso que está na agenda, particularmente na União Europeia, mais até no Conselho da Europa.” [E6]</p>
	<p>“(…) o governo tem feito um pouco disso, propostas, alertas, apoiando vários projetos deste movimento (…)” [E3]</p>

1.2. Acontecimentos

- Se sim, que altura, ou acontecimento(s), considera ter(em) sido crucial(ais) para uma mudança no paradigma no que diz respeito à igualdade de género em Portugal e na União Europeia?

Indicadores	Unidades de Registo
<p>✓ Legislação e programas de incentivos</p>	<p>“Um acontecimento que (...) foi marcante (...) foi a lei da paridade (...)” [E1]</p>
	<p>“(...) na política, a questão de se abrirem portas ao papel social da mulher foi um passo decisivo.” [E3]</p>
	<p>“(...) a questão das cotas (Lei da Paridade) foi necessária, inicialmente, agora já não.” [E3]</p>
	<p>“E é muito notório o que aconteceu no nosso sistema político com a lei da paridade.” [E6]</p>
	<p>“Foi devido às cotas, não tenhamos dúvidas. Agora já ninguém estranha ver uma mulher a falar de política (...)” [E6]</p>
	<p>“Em Portugal (...) apontamos para a promoção da participação equilibrada e não discriminatória de mulheres e homens no desporto, através dos contratos-programa desportivos.” [E2]</p>
	<p>(...) foi incluída uma alínea própria para programas de desenvolvimento do desporto feminino (...)” [E2]</p>
	<p>“(...) a participação feminina e a sua evolução fazem parte dos critérios de avaliação dos planos de atividade apresentados pelas federações desportivas.” [E2]</p>
	<p>“A questão do direito a estudar (...) foi uma mais-valia para a abrir portas (...)” [E3]</p>
	<p>“Têm sido criadas algumas políticas, (...)” [E5]</p>
<p>“Sinto que temos as pessoas, que estão motivadas e que temos ou vamos ter financiamento , porque é um dos objetivos do desenvolvimento</p>	

	sustentável na estratégia das Nações Unidas (...)” [E6]
✓ Resultados desportivos	“(…) a qualificação para o Europeu de futebol feminino (...) foi muito importante.” [E4]
	“(…) desde que ou atletas/equipas portuguesas ou atletas/equipas europeias começaram a conseguir ganhar alguns títulos a nível nacional/europeu, começaram a ganhar maior visibilidade (...)” [E5]
	“Estas coisas ajudaram (conquistas da seleção), por exemplo no que diz respeito ao futebol que é o que mais conheço, a que fosse criado um campeonato nacional (...)” [E5]
	“(…) não houve um caso isolado, mas sim vários casos de sucesso a nível do feminino (desporto feminino) que levaram a que os organismos governamentais e desportivos tivessem mais em conta a igualdade de género.” [E5]
✓ Fóruns de discussão	“(…) também alguns congressos que abordam muito essa questão (...)” [E5]
	“Espero que seja este o momento o fórum <i>All In: Rumo à igualdade de género no desporto, do IPDJ, I.P.</i> para fazermos alguma coisa e não ficarmos apenas pelo fórum.” [E6]

1.3. Políticas públicas e IG no desporto –

- Recorda-se de alguma política pública que tenha como objetivo promover a igualdade de género no desporto em Portugal e na União Europeia? 5.1) Se sim, qual ou quais políticas públicas implementadas em Portugal e na União Europeia para a promoção da Igualdade de Género no desporto que considera mais relevantes? Porquê?

Indicadores	Unidades de Registo
✓ Legislação insuficiente	“existem muitas recomendações (...) vários textos, estudos, congressos (...) mas (...) não detetei nenhuma regra importante para o desporto” [E1]

	<p>“Na atual estratégia para a igualdade não constam praticamente medidas na área do desporto (...)” [E2]</p>
	<p>“A política recomendações da UE que falei há pouco de querer inserir mulheres (...) nas decisões dos diferentes órgãos desportivos.” [E5]</p>
	<p>“Não é uma visão estratégica que se possa chamar uma política concebida e estrategicamente planeada. Isso não me recordo de termos, em Portugal.” [E6]</p>
<p>✓ Políticas europeias</p>	<p>“(...) a União Europeia ter subsidiado vários projetos a estimular essa questão da igualdade de género foram muito importantes (...)” [E3]</p>
	<p>“Na Europa sim, estas ações estratégicas que foram definidas com objetivos concretos, mas eram recomendações aos Estados-Membros, pois a União Europeia não se pode impor no que são as autonomias de cada Estado Membro.” [E6]</p>
	<p>“Aliás, falando das políticas a nível europeu, foi criada uma medida já há alguns anos em que certas federações desportivas obrigavam a que fossem incluídas mulheres nos cargos de poder, (...)” [E5]</p>
	<p>“(...) temos paralelamente toda esta hierarquia de poder própria do desporto, ou seja, como o desporto se organiza, que também introduziu estas políticas e tem vindo a trazer alguns benefícios as políticas internas das próprias federações internacionais ou comissões, como é o caso da FIFA ou do COI . Mas isto difere de desporto para desporto (...)” [E6]</p>
	<p>“(...) COI que tem tido medidas de promoção de igualdade de género há uns anos a esta parte muito relevantes (...)” [E6]</p>

	“(…) chegam mais rápido as medidas por via do setor do desporto por via de instituições como a FIFA, UEFA ou o COI do que propriamente por via da governação nacional.” [E6]
✓ Políticas Nacionais	“As políticas públicas de igualdade de género no desporto têm tido o seu epicentro não na área da governação desportiva, mas sob a tutela da área da igualdade através dos chamados Planos Nacionais para a Igualdade (…)” [E2]
	“(…) objetivo específico 13.2 que diz: “Promover a desconstrução dos estereótipos homofóbicos, bifóbicos, transfóbicos e interofóbicos, designadamente no sistema de educação, no desporto, na comunicação social e na publicidade”.” [E2]
	“(…) o anterior Plano Nacional para a Igualdade foi de alguma forma mais incisivo e colocou esta área num patamar mais elevado.” [E2]
	“(…) ERASMUS apoiado pela Confederação do Desporto (CDP) onde havia muitos projetos para as questões da igualdade de género e também a nível do COP.” [E3]

1.4. Situação Atual

- Como analisa a situação atual da igualdade de género no desporto, em Portugal? E na União Europeia?

Indicadores	Unidades de Registo
✓ Persistência da desigualdade	“De uma maneira geral a nível europeu os países continuam todos a ter uma menor percentagem de mulheres do que de homens (…)” [E1]

	“(…) na União Europeia a situação é parecida (…)” – com Portugal, e, por isso, uma situação desfavorável. [E1]
	“Os países estão todos muito abaixo daquilo que era suposto (…)” [E1]
	“(…) é uma luta diária, como outras lutas como a da violência contra a mulher.” [E3]
	“Há ainda o estereótipo. Eu contacto com muitos pais…” [E4]
	“Há ainda um preconceito muito grande nas miúdas a praticarem desportos que são considerados desportos de miúdos.” [E4]
	“O que eu sinto é que os pais ainda têm muito preconceito nesse tipo de abordagens e situações.” [E4]
	“Em termos de clubes (…) há uma maior aposta (…) no masculino em detrimento do feminino.” [E4]
	“Já foi feita alguma coisa, mas ainda estamos longe de chegar ao que é ideal para o desporto não só em Portugal como na União Europeia.” [E5]
	“Não existe a igualdade (…)” [E5]
	“(…) hoje (…) não existe igualdade salarial, não existe igualdade a nível do próprio tempo pessoal.” [E5]
	“As mulheres continuam a ter muito mais preocupações que os homens (…) Isto afeta até o próprio rendimento das mulheres (…)” [E5]
	“Na prática desportiva ainda temos muitos problemas que têm a ver com o acesso ao espaço, aos locais, à oferta (…)” [E6]
	“(…) apenas 14% dos cargos nas federações desportivas, no espaço da União Europeia, são preenchidos por mulheres.” [E2]
	“(…) percebemos que não há igualdade de género, não é só dizermos, “mas temos equipa masculina e feminina”.” [E4]

	<p>“(…) em termos de participação desportiva estamos na média europeia. (…) Nós estarmos na média europeia não é bom para a europa, quer dizer que estão todos mal.” [E6]</p>
<p>✓ Disparidade entre os países da União Europeia</p>	<p>“Os países nórdicos da Europa como a Finlândia, a Suécia, a Islândia, atingiram valores muito bons da igualdade de género (…)” [E1]</p>
	<p>“(…) na Europa, especialmente em países nórdicos, já surgiram algumas políticas que conseguem “dar conta” de um maior equilíbrio entre ordenados masculinos e femininos.” [E5]</p>
	<p>“Na Espanha são muito ativos nessa área, a população está a tomar muitas iniciativas para a mudança (…)” [E1]</p>
	<p>“Existem muitas diferenças entre os países da União Europeia (…)” [E3]</p>
	<p>“(…) é muito mais longo o processo aqui do que nos países nórdicos.” [E3]</p>
<p>✓ Portugal no fundo da tabela europeia</p>	<p>“(…) Portugal é um dos países que tem maior diferença de (igualdade) de género no desporto (…)” [E1]</p>
	<p>“(…) Portugal é dos países que menos coisas tem feito para contribuir para a mudança.” [E1]</p>
	<p>“(…) sabemos que a igualdade que existe ainda não é a que deva existir, por exemplo, em questões monetárias, de clubes…” [E4]</p>
	<p>“Em Portugal no futebol feminino não temos quase jogadoras profissionais (…)” [E5]</p>
	<p>“(…) duas áreas em que estamos a precisar mesmo de medidas que tragam resultados: a área da liderança (…). Por outro lado, (…). treinadores e das treinadoras.” [E6]</p>
	<p>“Não há razão nenhuma para termos, por exemplo, uma federação de atletismo em que a grande maioria da projeção que tem em termos do produto do seu trabalho é feito por mulheres e que seja uma</p>

	federação que não tenha uma única mulher nos seus órgãos dirigentes.” [E6]
	“(…) nós em termos de treinadores e liderança estamos muito mal na fotografia [europeia, ou seja, estamos mal na média europeia] (…)” [E6]
✓ Sinais de melhoria	“(…) mas estamos no caminho certo. [E3]
	“(…) a nível da Federação, tanto a FIFA como a UEFA têm-nos dado indicações de que o caminho é esse.” [E3]
	“(…) a União Europeia até mesmo relativamente a outros continentes tem trabalhado bem e tem sido uma bandeira da igualdade de género (…)” [E3]
	“(…) este equilíbrio tem cada vez mais se manifestado.” [E3]
	“No nosso país de há 7 ou 8 anos para cá que começamos a sentir mais esse impacto.” [E3]
	“Está muito melhor (…)” [E4]
	“(…) eles os pais já estão mais educados.” [E4]
	“Esse estereótipo que as pessoas ainda têm (….) está melhor.” [E4]
	“Em termos de comunicação social está melhor (…)” [E4]
	“Foram criadas algumas práticas que nos levam a acreditar que daqui a 20/30 anos isso a igualdade seja possível.” [E5]
	“(…) as mulheres têm saído da sua bolha no sentido de aceitarem tudo o que acontecia. Agora já não. As mulheres começam a perceber que têm condições para mais (…)” [E5]
“Já conseguirmos ultrapassar em termos educacionais algumas limitações que havia às mulheres participarem no desporto. Nesse sentido ainda podemos dar muitos passos, mas está melhor.” [E5]	

1.5. Obstáculos

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que impedem/obstaculizam a igualdade de género no desporto?

Indicadores	Unidades de Registo
<p>✓ Estereótipos de género/ Sexismo</p>	<p>“(…) o estereótipo de género, a forma como nós somos ensinados, como encaramos a sociedade, o que esperamos dos outros e do seu comportamento (…)” [E1]</p>
	<p>“É a reprodução que nós fazemos deste estereótipo. Eu acho que este é o principal obstáculo à integração das mulheres.” [E1]</p>
	<p>“(…) questões relacionadas com a afirmação das miúdas na sociedade.” [E1]</p>
	<p>“(…) a história que entendeu sempre o desporto como uma atividade masculina.” [E1]</p>
	<p>“Enquanto não se mudar a mentalidade, nós não conseguimos mudar a postura da nossa sociedade.” [E1]</p>
	<p>“Os estereótipos estão muito enraizados.” [E1]</p>
	<p>“(…) [os estereótipos] condicionam a nossa maneira de agir, a nossa maneira de ver o mundo (….) a nossa maneira de atuar.” [E1]</p>
	<p>“E condiciona imenso o desporto. os estereótipos ” [E1]</p>
	<p>“(…) depois isso vai-se refletir na forma como nós educamos os nossos filhos.” [E1]</p>
	<p>“(…) as próprias famílias facilitam muito mais a prática do desporto aos rapazes do que às raparigas.” [E1]</p>
<p>“(…) os estereótipos de género, os preconceitos e as resistências, as várias, múltiplas resistências à área da igualdade de género que ainda causam algum ruído (….)” [E2]</p>	

	“(...) o desporto, de facto, é só mais uma área em que é preciso continuar a “partir pedra” e a mudar as mentalidades.” [E2]
	“(...) a nossa cultura.” [E3]
	“A mulher começou a ter liberdade apenas após o 25 de Abril (...)” [E3]
	“(...) a mulher era colocada de lado no que diz respeito à sua educação.” [E3]
	“(...) estão tão enraizadas na cultura e na forma de estar da pessoa que é muito difícil mudar.” [E3]
	“(...) acaba por influenciar o desporto, muitas vezes quem está à frente das associações e dos clubes são pessoas com mais de 50 ou 60 anos.” [E3]
	“Há sempre resistências culturais (...)” [E3]
	“(...) ficam muitas vezes desconfiados da decisão de uma mulher (...)” [E3]
	“(...) os clubes e as políticas desportivas vão optar pelo futebol masculino porque está mais enraizado (...)” [E4]
	“Existe esta desconfiança quando a mulher surge numa área dominada por homens: “será que vai fazer bem? (...)” [E4]
	“(...) é muito fácil acabar com o feminino e manter-se o masculino porque há mais praticantes .” [E4]
	“(...) tem a ver com mentalidade das pessoas que gerem o clube.” [E4]
	“(...) o que sinto nas direções muitas vezes é machismo.” [E4]
	“(...) estamos a limitar grandes treinadoras a treinar só feminino porque são mulheres.” [E4]
	“(...) os homens às vezes têm medo de dar essa visibilidade às mulheres.” [E4]

	<p>“Há uma coisa que também tem que se combater: a desconfiança inicial.” [E5]</p>
	<p>“(…) mas isso é-lhes negado porque não há uma mente aberta das direções para contratar uma mulher.” [E4]</p>
	<p>“(…) a mentalidade e aquilo que é culturalmente aceite pela sociedade.” [E5]</p>
	<p>“(…) os homens acabam por ter a vida um bocadinho mais facilitada porque não têm essas obrigações e podem fazer do desporto realmente a sua profissão.” [E5]</p>
	<p>“É uma questão cultural, as pessoas querem saber mais sobre o que já está instituído na sociedade (…)” [E5]</p>
	<p>“Estudas sempre um bocadinho mais, tens sempre mais a provar. Sentes a necessidade de não ter uma margem de erro muito grande.” [E5]</p>
	<p>“Uma delas tem a ver com estas questões estruturais, a tal reprodução homóloga que acaba por trazer um conjunto de pessoas com uma visão fechada que reproduzem sempre os mesmos comportamentos.” [E6]</p>
	<p>“(…) por outro lado, temos as mulheres. Nós muitas vezes não nos disponibilizamos e não nos queremos sentar na mesa do poder.” [E6]</p>
	<p>“A tal agência que é importante que cada uma de nós tenha enquanto individuo porque se queremos mudar alguma coisa não podemos esperar apenas pelo coletivo.” [E6]</p>
	<p>“(…) por um lado a estrutura enquanto um conjunto de comportamentos que se reproduzem e é difícil sair deles; por outro a própria agência, muitas mulheres não estão disponíveis para dar este passo.” [E6]</p>

	<p>“(...) sei que é difícil porque temos toda a dimensão da mulher. Não é a mulher no desporto, é toda a outra dimensão que a mulher tem consigo. Somos uma sociedade em que o cuidar está nas costas da mulher.” [E6]</p>
	<p>“Temos alguns Estados-Membros para quem esta temática ainda causa muitos “fornicoques e comichões””. [E6]</p>
	<p>“As miúdas têm todas as questões do assédio e da violência, todas as questões relacionadas com violações (...)” [E1]</p>
	<p>“(...) exemplo a questão do assédio moral e sexual que no âmbito do desporto é uma questão que está longe de ser devidamente debatida” [E2]</p>
<p>✓ Desigualdade nos incentivos</p>	<p>“(...) as mulheres (...) têm sempre um valor inferior aos homens e isso reflete-se também no valor pecuniário dos prémios que recebem (...)” [E2]</p>
	<p>“(...) interesses económicos: em termos de patrocínios, sponsors, é muito mais fácil encontrar apoios para uma equipa masculina, para uma equipa feminina os apoios são mais escassos.” [E4]</p>
	<p>“Não se conseguem fazer políticas de igualdade de género sem recursos humanos.” [E4]</p>
	<p>“Outra questão é o financiamento.” [E5]</p>
	<p>“Se um clube não te der condições (...) torna-se insustentável (...)” [E5]</p>
	<p>“Acho que se olha primeiro para os resultados antes de se fazer o investimento.” [E5]</p>

	<p>“(…) se não houver investimento, se não houver uma atenção dada a nível financeiro por parte dos clubes (…) Se não houver uma preocupação até com as modalidades femininas os resultados dificilmente vão aparecer.” [E5]</p>
<p>✓ Acesso desigual aos cargos de decisão/liderança</p>	<p>“O recrutamento em termos femininos também pode condicionar.” [E4]</p>
	<p>“(…) quantas treinadoras vêes a treinar homens? Poucas ou nenhuma (...) Porque não têm qualidade, liderança, pulso, conhecimento técnico-tático? Claro que têm! O que falta? A aposta dos clubes para essas treinadoras.” [E4]</p>
	<p>“É uma questão muito importante porque quando nós não temos mulheres na liderança das nossas organizações desportivas é um fator que não beneficia.” [E6]</p>
	<p>“O que acontece é a reprodução homologa, há esta tendência de se reproduzirem.” [E6]</p>
	<p>“Não é por mal, não é por não quererem mulheres, é apenas esta incapacidade de refletir um pouco sobre estas questões e, por vezes, tomar esta iniciativa de ir buscar pessoas fora da caixa.” [E6]</p>
<p>✓ Acesso às instalações desportivas</p>	<p>“A maior parte das treinadoras trabalham com os escalões de formação. Porquê? Porque é que não chegam aos escalões seniores? Não é por falta de competência, com certeza.” [E6]</p>
	<p>“Se for ver a situação em Portugal vai reparar por exemplo que as miúdas têm acesso às instalações depois dos rapazes já não precisarem, portanto às tantas horas da noite.” [E1]</p>

	<p>“O problema agora passa a ser os espaços (...)” [E3]</p>
	<p>“Os horários mais cedo são para as equipas masculinas e os mais tarde para as equipas femininas.” [E4]</p>
	<p>“As mulheres só entram no pavilhão para treinar quando os seniores masculinos acabam o seu treino que é a partir das dez da noite.” [E6]</p>
	<p>“Porque é que um determinado clube tem um centro de estágio topo e a sua equipa sénior feminina tem que jogar em campos emprestados? Não faz sentido.” [E4]</p>
<p>✓ Falta de visibilidade/notoriedade</p>	<p>“(…) media (...) não atribuem a mesma importância à participação dos homens e das mulheres. [E2]</p>
	<p>“Se não houver resultados, não conseguimos chamar pessoas para a modalidade [por não ser dada visibilidade sem resultados].” [E4]</p>
	<p>“(…) por vezes as políticas desportivas só acontecem porque acontecem resultados a montante desse interesse (...)” [E4]</p>
	<p>“Se não houver resultados, não vais falar do tema porque é algo que não é conhecido pelo público e é algo que não está incutido na sociedade culturalmente (...)” [E5]</p>
	<p>“A comunicação social não está preparada para dar atenção a algo que a própria sociedade, e especialmente os organismos desportivos, não estão a dar.” [E5]</p>

1.6. Políticas públicas não concretizadas

- Tem conhecimento de algumas políticas públicas para a igualdade de género no desporto em Portugal que considera não terem sido colocadas em prática e que poderiam ser importantes na ótica de uma maior promoção da igualdade de género? Se sim, quais? E na União Europeia? Justifique, por favor.

Indicadores	Unidades de Registo
✓ Sem conhecimento	“(…) União Europeia, não tenho conhecimento, mas das pesquisas que fiz para esta entrevista também nada vi a este respeito.” [E2]
	“Sinceramente não tenho conhecimento.” [E4]
	“Políticas que não tinham sido postas em prática não conheço nenhuma.” [E1]
✓ Plano de Ações Estratégicas	“Penso que esse plano de ações estratégicas que foi definido em 2014 pela Comissão Europeia tinha sido um bom instrumento para se ter feito alguma coisa. Mas não foi feito...” [E6]

2. Papel dos atores desportivos

2.1. Relevância dos clubes, instituições e associações desportivas

- Qual a importância dos clubes, instituições e associações desportivas na promoção da igualdade de género no desporto? Justifique a sua resposta.

Indicadores	Unidades de Registo
✓ Papel fundamental	“(…) os clubes têm um papel fundamental, porque são eles que dinamizam o desporto.” [E1]
	“A nossa estrutura desportiva está assente nos clubes, nas federações, e são eles que fazem tudo.” [E1]
	“(…) são de facto entidades e organizações da maior importância (…)” [E2]
	“(…) o trabalho dos clubes é fundamental.” [E3]

	“(…) os clubes têm que ter um papel fundamental na sociedade (…)” [E4]
	“É importante que os clubes, as associações, os municípios, o governo, darem o exemplo.” [E4]
	“São a base de funcionamento.” [E5]
	“Os clubes têm um papel fundamental (…)” [E5]
	“Têm um papel muito importante porque são eles que no fundo organizam o desporto em Portugal. Os clubes é quem promove a oferta.” [E6]
	“E nesse sentido as organizações desportivas são fundamentais neste incremento na igualdade de participação entre homens e mulheres.” [E6]
✓ Função educativa	“(…) os clubes têm que reeducar os pais.” [E3]
	“(…) se uma escola estiver a falhar na educação da criança, o clube tem o dever de dar esta ajuda.” [E3]
	“(…) os clubes e os dirigentes acabam por ter um papel fundamental naquela que poderá ser a mudança de mentalidade das pessoas que fazem parte de qualquer associação que seja.” [E3]
	“Se o clube der bons exemplos tenho a certeza que vai ajudar a que esse exemplo seja seguido por muitas pessoas.” [E4]

2.2. Atores mais relevantes

- 10) Na sua opinião, quais são os atores/ as entidades que devem ter um papel mais relevante na promoção da igualdade de género no desporto?

Indicadores	Unidades de Registo
✓ Agentes desportivos	“Os dirigentes dos clubes também têm que estar atentos e não podem deixar questões éticas e de direitos humanos passar ao lado.” [E3]
	“A Federação [FPF] nesse aspeto tem sido fantástica em dar bons exemplos.” [E3]
	“O Comité Olímpico Português, por exemplo. Tem sido uma das associações que mais tem falado sobre isso ao longo dos anos.” [E5]

	<p>“Além do Comité, uma das grandes bandeiras tem sido a Federação (Portuguesa de Futebol).” [E5]</p>
	<p>“(…) são dois organismos o COP e a FPF muito conhecidos que podem ter uma grande influência na mentalidade das pessoas.” [E5]</p>
	<p>“(…) os clubes, as associações nas próprias cidades, até chegarmos à sociedade.” [E5]</p>
	<p>“(…) temos também a Confederação de Treinadores que é uma entidade com quem é muito importante trabalhar.” [E6]</p>
	<p>“Também a Comissão Mulher e Desporto do COP (...) ainda agora realizou um documento onde enviamos uma série de recomendações (...)” [E3]</p>
	<p>“Têm que ser (...) treinadores que são as pessoas que estão à frente do processo educacional depois dos pais, (...)” [E3]</p>
<p>✓ Estado</p>	<p>“O IPDJ (...)” [E2]</p>
	<p>“(…) algumas entidades e algumas pessoas que fazem um trabalho muito meritório neste plano. Portanto, indico a este propósito o IPDJ (...)” [E2]</p>
	<p>“(…) o trabalho da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – tem sido fantástico na defesa e na proteção do papel da mulher.” [E3]</p>
	<p>“(…) o Estado. Quem governa o país tem que ter um papel ativo nestas situações.” [E4]</p>
	<p>“O governo como regulador de tudo o que se passa no nosso país podia criar políticas que fomentassem esta igualdade (...) a nível de formação educacional, desporto escolar (...)” [E5]</p>
	<p>“(…) o IPDJ tem uma função muito importante, até porque é quem financia.” [E6]</p>

	<p>“(…) tem um papel muito importante porque a dependência financeira das federações desportivas do estado ainda é muita.” [E6]</p>
<p>✓ Professores/as e setor educativo</p>	<p>“(…) às escolas, à formação dos professores, tendo em vista o tratamento das crianças com base na igualdade de género (…) os professores são os principais agentes e eles têm que também estar sujeitos a uma mudança de mentalidades.” [E1]</p>
	<p>“Têm que ser professores (…) que são as pessoas que estão à frente do processo educacional depois dos pais, (…)” [E3]</p>
	<p>“A escola é a base de tudo.” [E3]</p>
	<p>“(…) o desporto escolar é muito importante.” [E4]</p>
	<p>“Na parte da educação acho muito importante o papel dos professores de educação física.” [E6]</p>
<p>✓ Movimento Associativo</p>	<p>“(…) a Associação Portuguesa Mulheres e Desporto.” [E2]</p>
	<p>“(…) e também uma ONG, a Associação Portuguesa Mulheres e Desporto.” [E2]</p>
<p>✓ Ação concertada entre os vários atores</p>	<p>“Começando pelos clubes, federações, grandes organismos públicos, no caso o COP (…) o instituto do desporto, a secretaria de estado do desporto, o Estado. Todos eles (…) têm um papel importante a exercer.” [E1]</p>
	<p>“Escola-clubes-família é a tríade com papel mais importante nesta questão.” [E3]</p>
	<p>“(…) as federações, o IPDJ, as associações, os clubes e antes dos clubes ainda os municípios, as autarquias locais têm um papel fundamental (…)” [E4]</p>
	<p>“É uma cadeia enorme, mas todos têm que ajudar todos.” [E4]</p>
	<p>“Não há um ou dois organismos a fazer a diferença, mas o conjunto de todos os</p>

	organismos que podem ajudar a que tudo isto tenha um rumo diferente (...)” [E5]
	“Há uma dependência muito grande daquilo que pode ser o papel dos diferentes organismos, desde os maiores aos mais pequenos.” [E5]
	“O Instituto do Desporto (IPDJ) tem um papel muito importante, se não o mais importante. O Comité Olímpico também. E eu diria a Confederação do Desporto (...)” [E6]

3. Políticas públicas para a IG no desporto no horizonte de 2030

3.1. Medidas e ações políticas

- 11) Imagine que tem capacidade para decidir politicamente em Portugal (com a tutela do Desporto): quais as medidas ou ações concretas que proporia para a promover a Igualdade de Género no desporto em Portugal? (considere diferentes tipos de atores, por exemplo: atletas; sociedade; Clubes; Federações; Estado Português; Comissão Europeia; etc. e considere o objetivo que se pretende alcançar)

Indicadores	Unidades de Registo
✓ Formação/educação/capacitação	“(…) seminários formativos que as fizessem refletir (...)” [E1]
	“Ao nível da formação dos professores (...) havia necessidade de se trabalhar mais estas questões dos estereótipos e do sexismo.” [E6]
	“(…) na formação: de treinadoras, de professores. Criar mecanismos que levassem a informação às pessoas que a deviam adquirir (...)” [E1]
	“(…) depois a formação, levar as pessoas a saberem pensar dentro desta perspetiva da igualdade de género (...)” [E1]
	“Tem que haver formação e chamar a atenção das pessoas, fazê-las ler, pensar e refletir.” [E1]
	“(…) é muito importante sensibilizar e formar nesta área.” [E2]

	“(…) a educação é de facto essencial se queremos, efetivamente, mudar mentalidades e alterar o paradigma.” [E2]
	“O governo tem que obrigar as escolas a fazer (…) ações (…) deste género para os alunos, ou pedir aos professores que debatam isto nas aulas (…)” [E3]
	“Eu não gosto da “obrigatoriedade” porque limita a consciencialização. Mas deve estar imposta esta questão das ações no currículo de algumas disciplinas.” [E3]
	“Uma das primeiras coisas que faria é colocar psicólogos nas escolas a acompanhar os miúdos de perto (…)” [E3]
	“Duas ou três vezes de atividade física obrigatória por semana e nessas idades a prática tem que ser mista.” [E3]
	“(…) O debate sobre estes temas também teria que ser imposto nas escolas (…)” [E3]
	“(…) o governo deve ter essa preocupação a dar apoio aos professores e aos pais.” [E3]
	“(…) a educação é determinante.” [E3]
	“(…) uma maior importância ao desporto escolar, no sentido de inclusão (…)” [E5]
	“(…) educar as pessoas desde pequenas para perceberem que todos podemos fazer tudo, não há espaço para essa diferença.” [E5]
	“No desporto na escola, penso que por via das pessoas que ministram o desporto na escola deveriam ter o mesmo tipo de formação e de sensibilização para estas questões que os treinadores.” [E6]
	“(…) as preocupações que eu vou ter na formação destes agentes que trabalham no clube, tenho para com as pessoas que trabalham com o desporto na escola, assim como no município ou numa empresa... Em termos de formação destes profissionais deve ser transversal às suas várias áreas de intervenção.” [E6]
	“A educação física vai para além de ensinar os skills das modalidades desportivas, por isso é que se chama educação física, tem outras preocupações. Nesse

	sentido, sim, na formação dos professores de educação física tem que se trabalhar bastante.” [E6]
	“(…) na formação dos agentes que intervém no desporto. Na formação de treinadores ou de técnicos.” [E6]
✓ Adoção de um sistema de cotas	“(…) obrigar as comissões executivas, os órgãos de gestão do desporto e as várias entidades desportivas a incluir sempre mulheres.” [E1]
	“(…) aumentando gradualmente o número de mulheres, impondo esse aumento, mas dentro de um horizonte temporal (…)” [E1]
	“Políticas que era bom se as colocassem em prática, era por exemplo a lei da paridade nos organismos de gestão no desporto.” [E1]
	“(…) estas cotas vão impulsionar a entrada das mulheres numa área que depois, naturalmente, vai conseguir manter-se e reproduzir-se porque depois as miúdas têm um “modelo” (…)” [E1]
	“(…) obrigar a ter um mínimo de mulheres, (…)” [E1]
	“(…) na área do desporto criava algum tipo de regra, como por exemplo, em cada X equipas masculinas, tem que haver 1 feminina, pelo menos, no clube.” [E3]
	“(…) criava um género de lei da paridade para cargos diretivos nas associações, federações e clubes.” [E4]
	“(…) nos clubes podíamos adotar essas medidas [adotar o sistema de cotas] para melhorarmos um bocadinho (…)” [E4]
	“A lei da paridade (….) É uma questão um pouco dúbia. (….) Talvez sim, para as coisas mudarem e as pessoas ganharem mentalidade inconscientemente (….)” [E5]
	“Uma das medidas que eu implementava desde logo é esta medida de ação positiva das cotas. Nós temos fundamento legal para o fazer por via das orientações da Comissão Europeia, por via do Plano Estratégico para a Igualdade de Género a nível nacional.” [E6]
“(…) são medidas de ação positiva [as cotas]. São boosts que se implementam e que se lançam para promover	

	estes equilíbrios. A partir do momento em que não há necessidade elas deixam de existir.” [E6]
✓ Incentivos económicos	“Dar benefícios económicos para criar condições para a prática do desporto pelas raparigas.” [E1]
	“(…) e depois as ajudas económicas (…)” [E1]
	“(…) têm que haver mais apoios financeiros (…)” [E3]
	“(…) em questões económicas, tem que se ter uma maior atenção nas equipas femininas.” [E4]
	“(…) as ajudas de custo e todas essas questões deviam ser iguais.” [E4]
	“(…) as ajudas de custo têm que ser iguais (…)” [E4]
	“Mais importante que a comunicação social dar essa visibilidade [darem visibilidade ao desporto feminino] (…) é o próprio investimento que os clubes devem fazer. [os clubes devem investir mais no desporto feminino, antes de exigirem que a comunicação social faça cobertura das suas atletas]” [E5]
	“(…) devem ser criadas estruturas que permitam que o próprio desenvolvimento do desporto aconteça de outra forma, por exemplo, a criação de bolsas que deem essa facilidade a homens e a mulheres (…)” [E5]
	“Depois, a parte do financiamento em termos políticos (…) Ter um programa de financiamento que pudesse de algum modo premiar as organizações que conseguissem ter resultados neste aspeto que é importantíssimo.” [E6]
	“(…) se não fossem respeitadas determinadas normas o financiamento não acontecia, se calhar algumas dessas normas começavam a ser aplicadas ou implementadas mais rapidamente.” [E6]
“(…) medidas promotoras de uma efetiva igualdade nos prémios desportivos (…)” [E2]	
✓ Promover a participação das mulheres	“(…) medidas que promovessem o acesso das mulheres a lugares de decisão (…)” [E2]
	“É importante que o clube tenha mulheres. Vai ajudar (…) a ter maior número de praticantes.” [E4]

	<p>“E o facto de termos cada vez mais mulheres à frente (...) faz com que sejam um exemplo para outras mulheres poderem um dia alcançar o mesmo (...)” [E3]</p>
	<p>“(...) são duas atividades [área do treino e da liderança] em que a presença das mulheres, o tornar-se normal vermos mulheres nestas situações é muito importante para as gerações que vêm atrás, porque torna-o “normal”.” [E6]</p>
	<p>“Se queremos ter uma população mais atenta à igualdade de género é fundamental que esses exemplos venham de cima, dos municípios, dos clubes [sobre inserir mulheres nas direções e promover a sua participação] (...)” [E4]</p>
<p>✓ Acesso a equipamentos, infraestruturas e recursos</p>	<p>“(...) daquilo que se pode fazer: criar estruturas e incentivos para as miúdas praticarem desporto, meios de transporte para ir buscá-las e levá-las, a existência de mais treinadoras, fazer o dia aberto daquela modalidade para elas (...)” [E1]</p>
	<p>“Criar condições desde jovens para que possam praticar desporto e aliado a isso as escolas terem estruturas que permita aos mais pequenos poderem praticar desporto.” [E5]</p>
	<p>“Na faculdade já existe o desporto universitário, mas deviam ser criadas mais infraestruturas e horários que permitam aos alunos conciliar ambas as coisas.” [E5]</p>
	<p>“(...) serem criadas estruturas: pavilhões, campos que permitam que na faculdade o desporto seja desenvolvido da melhor forma (...)” [E5]</p>
<p>✓ Medidas de não discriminação em função do género</p>	<p>“(...) medidas que abarcassem novas questões, como é o caso das pessoas que mudam de sexo e como é que se podem integrar nas competições.” [E2]</p>
	<p>“Esse trabalho inicial é fundamental: quebrar-se com esse estigma e paradigma de que o futsal não é para meninas (...)” [E4]</p>
	<p>“(...) uma mudança de mentalidade dos homens envolvidos no desporto que as apoiam nessas questões.” [E5]</p>

<p>✓ Igualdade contratual e salarial</p>	<p>“(…) a questão dos contratos profissionais (…) Essa é uma medida que acho que devia ser criada o mais rapidamente possível, pois permitia às próprias mulheres não terem que fazer 18 horas fora de casa por precisarem de treinar, trabalhar, cuidar da família…” [E5]</p> <p>“Se esses contratos profissionais forem criados as coisas mudam, os resultados aparecem, pois, as mulheres estão muito mais dedicadas ao desporto (…)” [E5]</p> <p>“(…) tentar combater esta desigualdade salarial, apesar de ser um pouco utópico estarmos a falar disso porque as mulheres trabalham e jogam, qualquer que seja a modalidade.” [E5]</p>
<p>✓ Mobilização da comunicação social</p>	<p>“(…) também medidas que visassem alterar a atitude dos media (…)” [E2]</p> <p>“Se houver grandes nomes a defender essas causas (…) paulatinamente a própria sociedade vai começar a mudar, os próprios meios de comunicação social vão passar a ser um veículo muito mais presente naquela que é a informação e o próprio investimento vai ser muito maior.” [E5]</p> <p>“Se o feminino tiver um reconhecimento mais pronunciado (…) as próximas gerações, as próximas mulheres também vão querer estar neste fenómeno desportivo (…)” – sobre a comunicação social dar visibilidade ao desporto feminino. [E4]</p>
<p>✓ Combate à violência de género</p>	<p>“Em Portugal eu colocaria exatamente o enfoque no assédio moral e sexual.” [E2]</p> <p>“(…) irradicação do assédio moral e sexual e combater (…) a cultura do medo.” [E2]</p>

3.2. Situação da IG no horizonte de 2030

- 12) Agora, imagine-se em 2030. Como será a situação da igualdade de género no desporto em Portugal?

Indicadores	Unidades de Registo
<p>✓ Cenário de otimismo moderado</p>	<p>“(…) não vamos ultrapassar os 40% de mulheres praticantes [mulheres] (…)” [E1]</p>
	<p>“(…) treinadoras, se chegarmos aos 20% será um passo gigante.” [E1]</p>
	<p>“(…) mas há um longo caminho para percorrer porque não estão criados os mecanismos suficientes para que as coisas possam caminhar a passos largos para isso.” [E5]</p>
	<p>“Vai continuar a haver resistências (…)” [E2]</p>
	<p>“(…) os nossos projetos só não evoluem tanto por causa dessa cultura, dessa resistência.” [E3]</p>
	<p>“(…) leva gerações a mudar.” [E3]</p>
	<p>“Não podemos é fingir que as situações erradas não acontecem, se não vamos passar mais 10/20 anos sempre atrás (…)” [E4]</p>
	<p>“Acredito que estará melhor, mas ainda não vai ser o que nós queremos.” [E5]</p>
	<p>“Não sei se 10 anos chegarão para que a igualdade de género seja totalmente praticada em Portugal.” [E5]</p>
	<p>“Depende muito dos valores que nós passarmos à geração mais nova para que possam dar continuidade a este processo.” [E5]</p>
	<p>“Talvez em 20/30 anos, são coisas que levam tempo.” [E5]</p>
	<p>“Estão a ser feitas pequenas coisas que começam a criar a mudança, mas não são suficientes para uma mudança total ou radical.” [E5]</p>
	<p>“(…) depende da sociedade se quer as coisas mais aceleradas ou não e eu acho que deve existir esse interesse.” [E5]</p>
	<p>“Eu espero que seja melhor, mas o que é facto é que eu estou a trabalhar há 23 anos, desde 97’, na área e as coisas têm vindo a evoluir, mas a uma velocidade de caracol. Uma velocidade muito diminuta.” [E6]</p>
<p>“Se não houver de facto estas medidas de ação positiva que empurrem um pouco, nós vamos continuar a este ritmo.” [E6]</p>	

	<p>“Daqui a 10 anos... Tudo depende do que se conseguir fazer. Tomara que consigamos dar aqui estes “empurrões” que são necessários.” [E6]</p> <p>“Não vai ser em crescendo, pode haver regimes em que de um momento para o outro volta tudo à estaca zero.” [E6]</p>
✓ Cenário Otimista	<p>“Ao longo dos anos eu acho que as mulheres vão-se impor pela sua capacidade de fazer as coisas e pela sua qualidade (...)” [E1]</p> <p>“(…) nas dirigentes é onde eu acho que vamos conseguir subir mais um bocadinho. As mulheres começam a pouco e pouco a ter acesso à formação na liderança (...)” [E1]</p> <p>“(…) Eu sou otimista por natureza (...) gostaria que a igualdade de género no desporto em Portugal fosse verdadeiramente plena e uma realidade.” [E2]</p> <p>“Daqui a 10 anos estará muito melhor, tenho a certeza!” [E3]</p> <p>“Mas tenho uma visão positiva porque os miúdos de hoje abordam mais temas problemáticos e desafiantes para a nossa sociedade (...)” [E3]</p> <p>“(…) estou e sou bastante positiva quanto ao nosso futuro.” [E3]</p> <p>“Eu acredito que vai melhorar. Não vai melhorar com aquela velocidade que o desporto precisaria, mas acredito que irá melhorar.” [E4]</p> <p>“Estou otimista, se bem que também tenho reservas.” [E4]</p> <p>“(…) se as políticas de igualdade de género [no desporto] forem incrementadas, tem tudo para melhorar.” [E4]</p> <p>“O desporto é tão bom, tão salutar, tão ético, tão social que há espaço para os dois géneros.” [E4]</p> <p>“Podem ser dados passos certos nesse sentido, mas acredito, e mais por uma questão de interesse das associações e da própria mentalidade, vai ser uma fase de transição geracional.” [E5]</p> <p>“Estou otimista (...)” [E5]</p> <p>“Conseguiríamos dar um salto muito grande se interferirmos nestas duas dimensões: a liderança e atividade de treino desportivo.” [E6]</p>